SEGURANÇA PÚBLICA

JUNGMANN ANUNCIA REFORÇO NA PF E PRF

SERÃO REALIZADOS CONCURSOS PÚBLICOS PARA CONTRATAÇÃO DE MIL PROFISSIONAIS

BRASÍLIA – O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, disse ontem que o governo autorizou a realização de concursos públicos para contratação de novos agentes na Polícia Federal e na Polícia Rodoviária Federal (PRF). Segundo ele, os concursos devem ser realizados ainda neste ano. Serão 500 novas vagas para a Polícia Federal e 500 para a Polícia Rodoviária Federal.

O orçamento do novo ministério para este ano será de R$ 2,7 bilhões, segundo Jungmann, e os valores não serão contingenciados.

"Conversei com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, e teremos contingenciamento zero no Ministério da Segurança", afirmou.

O ministro anunciou ontem as primeiras ações do Ministério da Segurança Pública, voltadas para a solução de gargalos e que demandavam respostas imediatas. "São ações emergenciais e que serão sequenciadas continuamente", afirmou.

Segundo ele, metas nacionais serão definidas nos próximos meses. "É humanamente impossível falar em metas nacionais com apenas 72 horas à frente do ministério", disse.

GLÁUCIO DETTMAR/AGÊNCIA CNJ

ENCONTRO – Presidente do STF, Cármen Lúcia, apresentou ontem a Raul Jungmann o cadastro nacional de presos

Entre as medidas anunciadas, o ministro disse que o governo vai criar um programa para "comprar" o tempo de folga de agentes da PRF. A ideia é ampliar o contingente de agentes patrulhando rodovias em duas mil pessoas.

Os postos de vídeo-monitoramento da PRF serão ampliados dos atuais 30 para 330. Na PF, 20 delegados serão deslocados para a área de combate à corrupção, e o número de agentes que atuam na fronteira será duplicado, para 300.

Embora não tenha anunciado os recursos que serão destinados para os estados aplicarem em segurança, o ministro disse que o governo vai cobrar contrapartidas dos governadores. Uma delas será a ampliação do número de policiais em atuação nas ruas, e não em funções administrativas. Jungmann disse ainda que o governo estuda criar uma Força Nacional de Segurança permanente.

Agência Estado

PREF. DE VESPASIANO. PL Nº 018/2018. PE Nº 005/2018. RP. RESPOSTA AO ESCLARECIMENTO. A íntegra da publicação encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: www.vespasiano.mg.gov.br e www.licitacoes-e.com.br.

PREF. DE VESPASIANO. PL 247/2017 - PP. RP. 083/2017 Ata de Julgamento. A PMV comunica que a ata de julgamento final do referido processo licitatório, encontra-se disponível no site www.vespasiano.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA/MG
Tomada de Preços Nº 004/2018 - Sessão Oficial dia 20/03/2018 às 08:30 hs. Objeto: "Contratação de empresa para Construção do CRAS (Centro de Referencia de Assistência Social) do Município de São João Batista do Glória". O Edital poderá ser retirado pelo site: www.gloria.mg.gov.br ou retirado na sede da Prefeitura Municipal. Informações pelo telefax (35) 3524-0908. S. J. B do Glória/MG. 28/02/2018.
Laila Cristina Pereira
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUITINHONHA
Aviso de Licitação. Processo: 005/2018 - Modalidade Pregão Presencial - 003/2018. A Prefeitura Municipal de Jequitinhonha/MG torna público, que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, objetivando Prestação de serviços para confecção de próteses dentárias, visando o atendimento das demandas do município de Jequitinhonha-MG com entrega dos envelopes de habilitação e proposta até as 09:00:00 do dia 14 de março de 2018, nos termos da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. Aos interessados, demais informações bem como edital completo estarão à disposição na Prefeitura Municipal de Jequitinhonha, situada na Avenida Pedro Ferreira, 159 - Centro. Telefone (33) 3741 1312 - Jequitinhonha, 28 de fevereiro de 2018 - Luiz Carlos Ferreira de Souza - Pregoeiro Oficial.

Câmara Municipal de Betim - CMB. PAC 94/2017. Tomada de Preços 01/2017. Objeto: Aquisição de equipamentos de informática. A presidência da Comissão Permanente de Licitação – CPL da CMB informa que o Departamento de Informática da CMB avaliou a proposta técnica da empresa Segmento Digital Comércio Ltda. A empresa obteve 55,5 pontos e a sua pontuação técnica foi de 311 pontos. A CPL declara aberto o prazo legal para interposição de recurso referente à fase de julgamento de proposta técnica. **Fernando Augusto de Melo - Presidente da CPL – CMB.**

O **SINDICATO DAS INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS E FILANTRÓPICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS** nos termos do seu Estatuto, convoca todos os dirigentes que atuam nos estabelecimentos de saúde, das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais para comparecerem em Assembleia Geral Extraordinária, munidos de documento com foto e termo de posse ou representantes com documento com foto e procuração, a realizar-se no dia 07 de março de 2018, em Belo Horizonte, às 14 horas em primeira chamada e às 14h e 30 min em segunda chamada, no endereço Av. Afonso Pena, 2.142, Bairro Funcionários, Praça Tiradentes, Livrarias Paulinas, além das demais assembleias consultivas realizadas de forma itinerante em alguns municípios do Estado de Minas Gerais, com a seguinte pauta: 1) Discussão e aprovação da pauta de reivindicações recebidas dos sindicatos profissionais que atuam nos estabelecimentos de saúde da categoria econômica das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais, como por exemplo: Santas Casas, Hospitais Filantrópicos, Comunidades Terapêuticas, dentre outras instituições cadastradas no Cadastro Nacional de Entidades de Saúde; 2) Autorização para Diretoria do SINIBREF-MG negociar e firmar Convenção Coletiva de Trabalho; 3) Autorização para a Diretoria do SINIBREF-MG negociar e firmar, quando necessário, Acordos e Dissídios Coletivos de Trabalho; 4) Discussão e aprovação do mecanismo necessário para a sustentabilidade financeira da entidade sindical patronal; 5) Outros assuntos de interesse da categoria. Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2018. **ELAINE PEREIRA CLEMENTE – Diretora Presidente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA/MG. Republicação TP Nº 001/2018. Objeto: Contratação de empresa de Engenharia especializada para construção de Campo de futebol Society e vestiário no Bairro Cabanas, Mariana/MG. Contrato de financiamento BDMG/BF nº 240.262/17. Abertura: 19/03/2018 às 08h45min. Informações, esclarecimentos e Edital. Sala da CPL. Praça JK S/Nº, Centro de 08:h às 17 horas, site: www.pmmariana.com.br, e-mail: licitacaoprefeiturademariana@gmail.com. Tel: (31) 3557-9055. Mariana 28 de Fevereiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE JURAMENTO/MG
Torna-se público o Proc. 001/18- PP 001/2018 – Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços técnicos, em tecnologia da informação, customização, capacitação, suporte e manutenção mensal do software publico de gestão municipal disponível no portal do software publico brasileiro-SPB, assessoria contábil, Credenciamento: 15/03/18 - 09:30h - **Informações na sede câmara.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O Município de Nova Lima, torna público, que fará realizar o **Pregão Presencial nº 013/2018. Objeto:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de apreensão, transporte e guarda de animais de médio e grande porte soltos nas vias públicas. Data de realização **13/03/2018 às 09:30 hs**. O edital poderá ser retirado no site **www.novalima.mg.gov.br,** em **Transparência/Publicações**.
Nova Lima, 28 de fevereiro de 2018.
Daniel Santana Soares, Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG. AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018. O Município de Conceição do Mato Dentro – MG torna público que realizará o Processo nº 025/2018 – Pregão Presencial nº 005/2018, tipo MENOR PREÇO POR LOTE; cujo objeto é a aquisição cartuchos de toners e cartuchos de tinta, para atendimento as necessidades das diversas Secretarias do município de Conceição do Mato Dentro/MG. Dia da abertura: 15 de março de 2018 às 09h30min. Maiores informações pelo telefone (31) 3868-2398 - Edital disponível no site oficial do Município – www.cmd.mg.gov.br. Gisele de Sousa Cunha – Pregoeira.

CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG
Torna-se público o Proc. 001/18- PP 001/2018 – Contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços técnicos, em tecnologia da informação, customização, capacitação, suporte e manutenção mensal do software publico de gestão municipal disponível no portal do software publico brasileiro-SPB, assessoria contábil, Credenciamento: 14/03/18 - 09:30h - **Informações na sede câmara.**

CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUMIRIM/MG
Torna-se público o Proc. 002/18- PP 002/2018 – Aquisição de Combustível, Credenciamento: 14/03/18 - 10:30h - **Informações na sede câmara.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2018 - Objeto: O Registro de Preços para contratações de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em veículos de pequeno, médio e grande porte, para atender a frota de veículos, motocicletas e máquinas do Município, bem como para manutenção do convênio com a Polícia Militar, com fornecimento de peças e acessórios genuínos da marca do veículo, ou originais de fábrica. Abertura: 14/03/2018. O edital poderá ser retirado no setor de licitações situado à Rua do Rosário, nº114, Centro, Jaguaraçu/MG, e-mail: licitacoes@jaguaracu.mg.gov.br, site: www.jaguaracu.mg.gov.br - Maria Aparecida Gonçalves - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULISTAS/MG. RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO EDITAL – Publicado no DOE-MG no dia 23/02/2018, DOU no dia 23/02/2018, Jornal Hoje em Dia no dia 23/02/2018, Processo Licitatório 012/2018, Pregão Presencial n.º 008/2018. Onde se lê Entrega dos Envelopes até o dia 07 de Março de 2018 as 13hs00min leia-se Entrega dos Envelopes até o dia 14 de Março de 2018 as 08hs15min. Informações pelo Tel. (33) 3413-1183, E-mail:licitacao@paulistas.mg.gov.br, em horário comercial. Evandro Ribeiro Carvalho, Prefeito Municipal. Paulistas-MG, 28 de Fevereiro de 2018.

Termo de Encerramento do Chamamento Publico 02/2017 - Nos termos do relatório final da Comissão Especial de Seleção e após o julgamento do recurso interposto, foram inabilitadas todas as Organizações Sociais participantes: GAMP - Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e Saúde Publica e HMTJ - Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus. Pelo exposto declaro frustrado o Chamamento Publico n° 02/2017 e determino seu encerramento. **Bruno Diniz Pinto** - Em 27 de fevereiro de 2018.

ASSOCIAÇÃO DAS DISTRIBUIDORAS DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EM MINAS GERAIS – ADIPROFAR-MG
O Presidente desta Associação, fazendo uso das atribuições que lhe conferem os Artigos 19/20/21 e 23 (dezenove, vinte, vinte e um e vinte e três) do Estatuto social, CONVOCA os Senhores Associados, em pleno gozo de seus direitos estatutários, para se reunirem em Assembleia Geral Eleitoral, para eleger o Conselho Diretor e Conselho Fiscal (membros efetivos e suplentes) para o biênio 2018/2020 a ser realizada no dia 11 de abril de 2018 às 18:00 horas em primeira convocação, com a presença mínima de 1/3 (um terço) ou em segunda convocação às 18:30 horas com qualquer número de associados presentes e em gozo de seus direitos estatutários, em sua sede social na Rua Platina, 463 sala 09 Bairro Prado-BH-MG.
Belo Horizonte 28 de fevereiro de 2018

RODRIGO ALVES DA SILVA
Presidente Conselho Diretor 2016/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO JACURI/MG
Aviso de Licitação
Processo Administrativo nº 015/2018 - Credenciamento por Inexigibilidade nº 001/2018. O Município de São José do Jacuri/MG, torna púbico que fará realizar a partir de 02/03/2018 de 08:00 às 16:00 horas até 31/12/2018, a abertura do credenciamento para contratação para prestação de serviços de médicos generalistas, para atendimento na Unidade Básica de Saúde do Município de São José do Jacuri/MG, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde, nos quantitativos e especificações contidas no Edital Informações, Prédio Prefeitura. tel: (33) 3433-1314, e-mail: licitaja@hotmail.com.br.
Wilton Halley Coelho Costa
Presidente CPL

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE BETIM, IGARAPÉ E SÃO JOAQUIM DE BICAS. EDITAL DE COBRANÇA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL
Em cumprimento ao que determinam os Artigos 8º, Inciso IV, da Constituição Federal de 05/10/88, e 605 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), este Sindicato, pelo presente Edital, comunica a todas as empresas que possuam em seus quadros trabalhadores metalúrgicos, que a contribuição relativa a seus empregados deverá ser descontada na folha de pagamento do mês de Março e recolhida à Caixa Econômica Federal (Agência 0892 - Conta nº 12-0), até o fim do mês de Abril, na conformidade das disposições legais supra e artigo 582 da mesma Consolidação. Essa contribuição corresponde a 1/30 (Um trinta avos) do salário (Entendendo-se este como o salário propriamente dito e as demais parcelas componentes) percebido no mês de Março de 2018. Todos os empregados em atividade - de setor público e privado, estão sujeitos ao desconto da contribuição sindical. Quanto ao recolhimento da contribuição, as guias deverão ser acompanhadas da relação nominal dos contribuintes ou cópias das folhas de pagamento, com o valor da remuneração do mês de recolhimento, o desconto e a função de cada empregado, e remetidas a esta Entidade dentro de 15 (Quinze) dias, contados da data do recolhimento da referida Contribuição Sindical, conforme exigência contida em Portaria Ministerial nº 3.570, de 04 de Outubro de 1977. O não cumprimento das disposições contidas no presente Edital sujeitará o empregador às penalidades e impedimentos e cobrança executiva judicial prevista nos Artigos 606 e seguintes da CLT. Betim, 27 de Fevereiro 2018. Sindicato dos Trabalhadores nas Industrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Betim, Igarapé e São Joaquim de Bicas, João Alves de Almeida - Presidente.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES, TURISMO E LAVANDERIAS DE JUIZ DE FORA E REGIÃO – Por este edital, o Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares, Turismo e Lavanderias de Juiz de Fora e Região – SINDECOHTUL, código da entidade sindical n.º 020.409.07239-1, CNPJ 21.607.452/0001-06, vem NOTIFICAR e CONVOCAR os Empregados e Empregadores das CATEGORIAS PROFISSIONAIS do COMÉRCIO HOTELEIRO E SIMILARES, TURISMO E LAVANDERIAS DE JUIZ DE FORA E REGIÃO (Alto Do Rio Doce, Antônio Carlos, Antônio Prado de Minas, Aracitaba, Arantina, Araponga, Argirita, Br. De Monte Alto, Barbacena, Barroso, Belmiro Braga, Bias Fortes, Bicas, Bom Jardim De Minas, Cajuri, Coronel Pacheco, Chácara, Chiador, Coimbra, Cel. Xavier Chaves, Descoberto, Desterro De Melo, Divino, Dona Euzébia, Dores De Campos, Ervália, Estrela Dalva, Eugenópolis, Ewbanck Da Câmara, Guarani, Guarara, Guidoval, Guiricema, Ibertioga, Itamarati De Minas, Laranjal, Lima Duarte, Madre De Deus De Minas, Mar De Espanha, Maripá De Minas, Matias Barbosa, Mercês, Miradouro, Mirai, Olaria, Oliveira Fortes, Paiva, Palma , Paula Cândido, Pedro Teixeira, Pequeri, Piau, Piedade Do Rio Grande, Piraúba, Prados, Recreio, Rio Novo, Rio Pomba, Rio Preto, Ritápolis, Rochedo De Minas, Rodeiro, Santa Bárbara Do Tugúrio, Santa Rita De Ibitipoca, Santa Rita De Jacutinga, Santana Do Deserto, Santana De Garambéu, Santo Antonio Do Aventureiro, Santos Dumont, São João Del Rei, São João Nepomuceno, São Miguel Do Anta, Senador Cortes, Silverânia, Simão Pereira, Tabuleiro, Tiradentes, Tocantins, Viçosa), quanto ao recolhimento **OBRIGATÓRIO** da contribuição Sindical conforme determina o artigo 582 da CLT, que deverá ser descontada à base da remuneração equivalente à 1 (um) dia normal de labor por profissional na folha de pagamento do mês de março, e recolhido à esta entidade sindical em guias próprias até o dia 30 de abril de 2017 na CEF, conforme aprovado por unanimidade pelos trabalhadores em Assembleia Geral realizada em 08 de fevereiro de 2018. O Descumprimento os obrigará no débito atualizado com penas do artigo 600 da CLT. Os comprovantes de recolhimento, junto com a relação nominal dos empregados deverão ser encaminhada para a entidade sindical até 15 (quinze) dias após o recolhimento.
Juiz de Fora, 09 de fevereiro de 2018.
Edivaldo da Silva Dornelas - Presidente

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA – FHOMUV

AVISO DE LICITAÇÃO – Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: **LICITAÇÃO Nº 027/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018** – do tipo **"MENOR PREÇO"**, tendo por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM AVALIAÇÃO CARDIOLÓGICA, PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES INTERNADOS DA FHOMUV**, mediante as condições estabelecidas em Edital. **Data da sessão: dia 14/03/2018, às 8h. Retirada do Edital:** www.fhomuv.com.br. **Informações**: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

AVISO DE LICITAÇÃO – Fundação Hospitalar do Município de Varginha – FHOMUV, torna público a abertura do procedimento: **LICITAÇÃO Nº 030/2018 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018** – do tipo **"MENOR PREÇO"**, tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE CAFETEIRA INDUSTRIAL E TORNEIRAS**, mediante as condições estabelecidas em Edital. **Data da sessão: dia 20/03/2018, às 8h. Retirada do Edital:** www.fhomuv.com.br. **Informações**: (035) 3690-1008/1009/1010/1011 – edital@fhomuv.com.br.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais (SINPRAFARMA-MG) convoca toda a categoria dos trabalhadores no ramo de medicamentos, associados ou não, em especial os da Cidade de Conselheiro Lafaiete/MG, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 06/03/2018, Rua Homero Seabra, 72, Centro, de Conselheiro Lafaiete/MG, às 12:00 hs. em primeira e 12:30 hs. em segunda e 17:00 hs. Em primeira e 17:30 em segunda convocação para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: Votação e Aprovação da Pauta de Reivindicações 2018 para a cidade de Conselheiro Lafaiete/MG, a ser encaminhada ao Sindicato Patronal. Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2018. Paulo Cesar de Oliveira - Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS

O PREGOEIRO, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL n°024/2018,** tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.** Objeto; Tem por objeto registrar preço para futura e eventual aquisição de mudas de árvores para serem utilizadas na arborização de ruas e avenidas onde houver necessidade de replantio nas vias do Município, conforme especificações constantes deste Termo de Referência. **Sessão dia 23/03/2018 14:00 horas.** Edital completo na Divisão de Licitação desta Prefeitura, ou pela internet no endereço: www.alfenas.mg.gov.br. Alfenas (MG), 28 de fevereiro de 2018. Anna Carolina Silvério Martins – Pregoeira.

ADENDO. A Prefeitura comunica o Adendo ao **PREGÃO 132/2017,** referente ao registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços e posterior aquisição de materiais para a confecção e instalação de calhas, exaustores e rufos. MOTIVO: alteração no modelo de proposta e Adiamento da data de abertura do certame, para constar o **dia 26 de março de 2018 às 14 horas**. Alfenas 28 de fevereiro de 2018.

EDITAL RESUMIDO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2018.

A Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba – CODIUB, com sede na Av. Dom Luis Maria Santana, 146, Bairro Santa Marta, CNPJ nº 18.597.781/0001-09, por meio da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria nº 002/2018, torna público que fará realizar **CONCORRÊNCIA**, do tipo **maior desconto linear sobre o valor global dos serviços**, tendo como objeto a contratação de serviços de aerofotogrametria, atualização de base cadastral urbana georeferenciada e fornecimento de sistema de informações geográficas (SIG), conforme Termo de Referência, visando atender aos objetivos finalitários da CODIUB.

Data limite para entrega dos documentos de Habilitação e Proposta de Preços: - Até as 8:30 horas do dia 04 de abril de 2018.

Horário para Abertura dos Envelopes: - 9:00 horas do mesmo dia e no mesmo local.

Valor global estimado da licitação: R$ 7.934.200,00 (sete milhões, novecentos e trinta e quatro mil, duzentos reais).

Fonte de Recursos: Próprios.

Local para entrega dos envelopes (habilitação e proposta de preço) e julgamento da referida licitação: Av. Dom Luiz Maria de Santana nº 146, Bairro Santa Marta - Departamento Administrativo da Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba.

Informações: O Edital e/ou documentos pertinentes poderão ser visualizados junto ao Portal eletrônico oficial da **Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba Codiub**, pelo link: http://www.codiub.com.br/codiub/acervo/concorrencia0012018.pdf ou poderão ser solicitados junto ao Departamento Compras/Licitação", através do *e-mail*: ***licitacao@codiub.com.br***. Demais informações podem ser obtidas pelo telefone (34) 3319-6900.

Uberaba/MG., 27 de fevereiro de 2018.

Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba - Codiub
Evaldo José Espíndula
Presidente da C.P.L.

Aviso de Sessão - O Município de Contagem, através da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, informa data para a realização do **Pregão Eletrônico nº 006/2018** - cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS (SOLUÇÕES PÓS ESTÉREIS) PADRONIZADOS, EM ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONTAGEM - Data: 14 de Março de 2018 às 09h00min - **Local:** Av. Gal. David Sarnoff, 3.113 - Cidade Industrial - Contagem/MG. **RETIRADA DE EDITAL:** http://www.contagem.mg.gov.br/?se=licitacoes - Comissão Permanente de Licitação - Equipe de Pregão. **Bruno Diniz Pinto**, Secretário Municipal de Saúde. Em 28 de Fevereiro de 2018.

Aviso de Sessão - O Município de Contagem, através da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, informa data para a realização do **Pregão Eletrônico nº 002/2018** - cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PADRONIZADOS, SOLUÇÕES PARENTERAIS DE GRANDE VOLUME EM ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONTAGEM - Data: 14 de Março de 2018 às 09h00min - **Local:** Av. Gal. David Sarnoff, 3.113 - Cidade Industrial - Contagem/MG. **RETIRADA DE EDITAL:** http://www.contagem.mg.gov.br/?se=licitacoes - Comissão Permanente de Licitação - Equipe de Pregão. **Bruno Diniz Pinto**, Secretário Municipal de Saúde. Em 28 de Fevereiro de 2018.

Aviso de Sessão - O Município de Contagem, através da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, informa data para a realização do **Pregão Eletrônico nº 003/2018** - cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ANTI-INFECCIOSOS PADRONIZADOS - EM ATENDIMENTO A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONTAGEM - Data: 14 de Março de 2018 às 09h00min - **Local:** Av. Gal. David Sarnoff, 3.113 - Cidade Industrial - Contagem/MG. **RETIRADA DE EDITAL:** http://www.contagem.mg.gov.br/?se=licitacoes - Comissão Permanente de Licitação - Equipe de Pregão. **Bruno Diniz Pinto**, Secretário Municipal de Saúde. Em 28 de Fevereiro de 2018.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - torna público a Suspensão temporária do Pregão Presencial 011/18, Processo Licitatório n° 019/2018. Objeto: registro de preços para serviços de locação de cpap, concentradores de oxigênio e fornecimento de recarga de oxigênio, com comodato de cilindros, com prestação de serviços de instalação, montagem e manutenção técnica preventiva e corretiva para atender as demandas da secretaria municipal de saúde do município de Lagoa Santa. Lagoa Santa em 28/02/2018 - Euvani Lindourar Pereira/Pregoeira.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/2018.

Pelo presente edital de Convocação, o **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capelinha - MG**, CNPJ nº 21.248.729/0001-51, com sede na Rua José Pimenta de Figueiredo, n° 501, Bairro Centro, Capelinha – MG, para cumprimento do disposto no art. 605 da CLT, cientifica os empregadores rurais estabelecidos na sua base territorial de que deverão descontar dos salários de seus empregados, referente ao mês de março de 2018, a contribuição sindical, cujo valor está estabelecido no art.582 da CLT e recolhê-la no mês de abril de 2018, sob pena de sua cobrança ser acrescida das cominações do artigo 600 da CLT, ficando desde já notificados os senhores empregados e empregadores, que a assembléia geral extraordinária realizada dia 15/025/2018 autorizou, previa e expressamente o desconto da contribuição sindical de todos integrantes da categoria profissional, associados ou não, atendendo às formalidades exigidas nos artigos 578 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

Capelinha, 22 de fevereiro de 2018.
Expedito Peçanha de Oliveira.
Presidente do Sindicato.

Aviso de Resultado de Recurso e Encerramento de Processo - O Município de Contagem, através da Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde, informa o Resultado do Recurso e do **Chamamento Público Nº 02/2017**, cujo objeto é a operacionalização, gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde, assim como obras de reforma, modernização de infraestrutura e construção nas UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO VARGEM DAS FLORES, SEDE, RESSACA, PETROLÂNDIA e JK e DO COMPLEXO HOSPITALAR - HOSPITAL MUNICIPAL e MATERNIDADE MUNICIPAL DE CONTAGEM/MG (CENTRO MATERNO INFANTIL JUVENTINA PAULA DE JESUS): Conhecido o recurso interposto pela Organização Social GAMP - GRUPO DE APOIO A MEDICINA PREVENTIVA E A SAUDE PÚBLICA, por tempestivo e no mérito julgado improcedente, mantendo todas as Organizações Sociais inabilitadas, nos termos da motivação constante nos autos. Em virtude das inabilitações, fica declarado frustrado o Chamamento Público e encerrado o processo. Os envelopes do programa de Trabalho lacrados estarão disponíveis para retirada das partes pelo período de 30 (trinta) dias corridos a contar desta publicação. Caso não sejam retirados, serão descartados pelo município - Comissão Especial de Seleção. **Bruno Diniz Pinto**, Secretário Municipal de Saúde. Em 27 de fevereiro de 2018.

EDITAL DE SEGUNDO E ÚLTIMO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
BELO HORIZONTE-MG

Data do leilão: 20/03/2018 A partir das: 12:00
Local:AGENCIA DA CAIXA - AVENIDA ALVARES CABRAL, 1700, SANTO AGOSTINHO BELO HORIZONTE-MG.

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matricula JUCEMG: 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959, PATOS DE MINAS, MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/66 e regulamentaçao complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo devidamente corrigido no prazo impreterível de 08(oito) dias, sob pena de perda do sinal dado.

A venda com financiamento da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA será feita através de Carta de Crédito, conforme normativo do Agente Financeiro, que poderá ser obtida junto a qualquer Agencia especificada ao lado dos contratos, após análise cadastral e comprovação de renda.

Os interessados na obtenção de Carta de Crédito para aquisição dos imóveis constantes deste edital e/ou utilização dos recursos do FGTS deverão procurar uma Agencia da EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA indicada com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência com relação a data do leilão.

As vendas serão realizadas pelo maior lance.

É vedada a participação de empregados e dirigentes da CAIXA, seus companheiros ou cônjuges, casados sob o regime de comunhão universal ou comunhão parcial de bens, ofertando lances no 1º e 2º leilões das execuções extrajudiciais.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED 1D4B0 - CONTRATO 2008102000065- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - 0081 - TUPINAMBAS.

HAYDE OLIVEIRA ARAUJO, BRASILEIRO(A), FAZENDEIRA CPF 34500960600, CI MG-3353716 SSP/MG, DIVORCIADO(A), **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: CASA, A RUA FERNANDO FRANCA CAMPOS, Nº 27, LOTE Nº 16, QUARTEIRAO 40, PARTE II, BAIRRO SAO BENTO, EM BELO HORIZONTE, 1º PAVIMENTO 139,69M2, 2º PAVIMENTO 101,99M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

PATOS DE MINAS, 01/03/2018
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

O CRN9 através de sua Comissão de Licitação torna público que fará licitação na Modalidade Tomada de Preço nº 01/2018, Tipo MENOR PREÇO GLOBAL, cujo objeto é A aquisição de materiais de escritório para o CRN9 conforme detalhamento no memorial descritivo (Anexo III). O Edital poderá ser adquirido na Rua Maranhão, 310, 4º andar, Santa Efigênia, Belo Horizonte MG ou pelo site do CRN9: http://crn9.org.br/pessoa-juridica/licitacoes/. As informações serão obtidas neste mesmo local, de 2ª a 6ª feira, de 09:00 às 17:00 ou pelo e-mail licitacao@crn9.org.br .

Belo Horizonte – MG, 27/02/2018.
Comissão de Licitação do CRN9

EDITAL DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL. EXERCÍCIO DE 2018. O SINDICATO INTERMUNICIPAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE ARCEBURGO/MG. Base Territorial: Alpinópolis, Alterosa, Arceburgo, Bom Jesus da Penha, Carmo do Rio Claro, Cássia, Conceição da Aparecida, Guaranésia, Ibiraci, Itamogi, Itaú de Minas, Jacuí, Monte Santo de Minas, Nova Resende, São Sebastião do Paraíso e São Tomás de Aquino/MG, em atendimento ao disposto no Artigo 605, do Decreto Lei nº 5.452 de 1º de Maio de 1943; comunica aos senhores empresários das respectivas categorias de: Profissionais em Empresas e Indústrias; do Trigo; do Milho e da Soja; da Mandioca,; do Arroz; da Aveia; do Açúcar; do Açúcar de Engenho; de Refinação do Açúcar; de Torrefação e Moagem de Café; de Refinação do Sal; de Panificação e Confeitaria; de Produtos de Cacau e Bala; de Mate; de Laticínio e Produtos Derivados; de massas Alimentícias e Biscoitos;de Cerveja de Alta Fermentação; de Cerveja de Baixa Fermentação; de Cerveja e de Bebidas em Geral; do Vinho; de Águas Minerais; de Azeite e de Óleos Alimentícios; Doces e Conservas Alimentícias; de carnes e Derivados; do Frio; do fumo; da Imunização e Tratamento de Frutas; do Beneficiamento do Café (Inclusive Re-Beneficiamento); Indústria Alimentar de Congelados; Super congelados; Sorvetes; Concentrados e Liofilizados; de Rações Balanceadas; do Café Solúvel e da Pesca a obrigatoriedade de descontar da folha de pagamento relativa ao mês de MARÇO de 2015 (Artigo 582/CLT) a CONTRIBUIÇÃO SINDICAL, devida pelos empregados, correspondente a um (01) dia de trabalho da respectiva remuneração, e recolhê-la em guias fornecidas por esta Entidade em qualquer agência bancária integrante do sistema de arrecadação de tributos federais em conta específica do Sindicato obreiro, até o dia 30 (Trinta) de abril de 2018 (Artigo 583/CLT). As empresas que não receberem guias em tempo hábil poderão solicitá-las através do telefone: (35) 3556-2050 ou no seguinte endereço: Rua Ce. Lucas Magalhães, 799 - Centro, Arceburgo/MG. As empresas inadimplentes ficarão sujeitas a multas, juros e correção estabelecidos no Artigo 600 da CLT, além de outras penalidades impostas pela fiscalização do trabalho. Arceburgo/MG, 23 de Fevereiro de 2018. Alex Messias de Araujo - Presidente.

EDITAL CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA - 2018. Pelo presente Edital, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Produtos Alimentares de Três Corações e Região, reconhecido pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, sob o Código Sindical 914.603.834.97619-8, inscrito no CNPJ sob o nº 07.899.176/0001-76. Em cumprimento o que determina o Art. 605 da CLT, faz saber aos Senhores Empregadores, de todos os empregados da categoria profissional da Indústria de Produtos Alimentares, sendo eles: Trabalhadores na Indústria do trigo, milho, soja e mandioca; do açúcar em geral; do arroz, feijão, aveia, centeio, cevada, batata; de torrefação, moagem e beneficiamento do café; de café solúvel; de beneficiamento, acondicionamento e embalagem de produtos de origem vegetal; de preparação e refinação do sal; de derivados do beneficiamento do cacau, achocolatados, bombons, chocolates e pastas; de balas, caramelos, pastilhas, drops e gomas de mascar; de panificação e confeitaria; de massas alimentícias, macarrão, bolos, biscoitos, tortas, casquinhas para sorvete; de fabricação e preparação de raviólis, lasanhas, capeletes, pizzas, salgados em geral, sopas em pó e líquida; de pós para pudim, gelatina, bolo, refresco e sorvete; de especiarias, condimentos, azeite, óleos vegetais alimentícios, gorduras, gorduras compostas para alimentação e vinagres; de fermentos e leveduras; de farinhas, pós de origem vegetal e animal para alimentação; do mate; de conservas e doces; de abate, frigorificação e preparação de carnes bovina, suína, equina, aves e pequenos animais, conservas de carne e subprodutos; do pescado, preparação, frigorificação e conserva; de congelados, supercongelados, polpas, concentrados e liofilizados; do frio; do fumo; de imunização, tratamento, embalagem e industrialização de frutas; de refrigerantes, sucos, refrescos, xaropes, cervejas, vinhos, aguardentes, licores, gaseificação e engarrafamento de águas minerais e outras bebidas; de rações balanceadas e demais alimentos preparados para animais; de alimentos dietéticos e de Laticínios e derivados, com base Territorial: Andrelândia, Areado, Bom Sucesso, Campo Belo, Cana Verde, Carmo de Minas, Carrancas, Carvalhópolis, Caxambu, Cristina, Dom Viçoso, Ibituruna, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Jesuânia, Luminárias, Maria da Fé, Minduri, Nazareno, Olímpio Noronha, Passa Tempo, Pedralva, Perdões, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo, São Bento Abade, São João Del Rei, São Thomé das Letras, São Tiago, São Vicente de Minas, Seritinga, Serrania, Serranos, Soledade de Minas, Três Corações e Virgínia, estão notificados a descontar nos salários dos empregados, na folha de pagamentos do mês de Março de 2018, o valor da remuneração de um dia de trabalho e recolhê-lo até o dia 30 de Abril do corrente ano, conforme o estabelecido nos Artigos, 582 e 583 da CLT. Mediante Guias próprias, que serão encaminhadas por esta Entidade ou podendo ser retirada pelo site da CEF, fica estabelecido que os referidos recolhimentos, deverão ser feitos pela rede bancária conveniados a Caixa Econômica, sendo a ausência dos recolhimentos ou feitos fora do prazo, ensejarão as penalidades e ônus fixados pelos Artigos 553 e 600 da CLT. Quaisquer dúvidas pertinentes ao presente Edital, poderão ser esclarecidas, pelos telefones: (35) 3235-565 e 98862-2332. Três Corações, 27 de Fevereiro de 2018. Rogério Prado Ribeiro - Presidente.

EDITAL DE PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO E INTIMAÇÃO
BELO HORIZONTE - MG

Data do leilão:20/2/2018 - A partir das: 12:00
Local: AGENCIA DA CAIXA - AVENIDA ALVARES CABRAL, 1700, SANTO AGOSTINHO, BELO HORIZONTE , MG

ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR, Leiloeiro Oficial matrícula JUCEMG: 831 estabelecido a AVENIDA FRANCISCO DE PAULA FERREIRA, Nº 959, PATOS DE MINAS ,MG, telefone 3438142286 faz saber que devidamente autorizado pelo Agente Fiduciário do EX_BNH, venderá na forma da lei Nº 8004, de 14/03/1990 e Decreto Lei Nº 70 de 21/11/1966 e regulamentação complementar RC 58/67, RD 08/70 e CFG 10/77, no dia e local acima referidos, os imóveis adiante descritos para pagamento de dívidas hipotecárias em favor de EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA.

A venda à vista, sem utilização de recursos do FGTS ou Carta de Crédito, será feita mediante pagamento à vista, podendo o arrematante pagar, no ato, como sinal 20% (vinte por cento) do preço de arrematação e o saldo no prazo impreterível de 08 (oito) dias devidamente corrigido pelo índice que remunera as cadernetas de poupança do dia do aniversário do contrato, sob pena de perda do sinal dado além da comissão legal do leiloeiro.

Os lances mínimos para venda serão no valor dos créditos hipotecários e acessórios, ou avaliação do imóvel, nos termos do Art. 1484 do CC, sendo o maior dos dois valores, sujeitos, porém, a atualização até no momento da realização da praça.

As despesas relativas a comissão de leiloeiro, registro, imposto e taxas, inclusive condomínio, e despesas com execução extrajudicial correrão por conta do arrematante. Caso o imóvel esteja ocupado, o arrematante fica ciente que será o responsável pelas providências de desocupação do mesmo.

O leiloeiro acha-se habilitado a fornecer aos interessados, informações pormenorizadas sobre os imóveis.

Ficam desde já intimados do presente leilão, os mutuários, caso não sejam localizados.

SED:1929C- CONTRATO: 8114908002858- EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA- AGENCIA: BELO HORIZONTE

ELCIO DE FREITAS, BRASILEIRO(A), MILITAR, CPF 34924337668, CI 065014-3 PM/MG, CASADO(A) COM **MAFALDA TOFANELI BRANDAO DE FREITAS**, BRASILEIRO(A), CPF 62418378691, CI 4199833/ SSPMG.

SUZANE AMORIM DE OLIVEIRA, BRASILEIRO(A), EMP. TRANSP. RODOV., CPF 55953948620, CI 3637018 SSPMG, SOLTEIRO(A) **e cônjuge, se casado(a) estiver.**

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 204, BLOCO B, RESIDENCIAL HELIOPOLIS, A RUA NAIR PENTAGNA GUIMARAES, 165, LOTES 01 A 36, QUADRA 29-A, BAIRRO HELIOPOLIS, EM BELO HORIZONTE, COM 59,816M2, COM TODAS AS SUAS INSTALACOES, BENFEITORIAS, PERTENCES, ACESSORIOS E GARAGEM SE HOUVER.

SALDO DEVEDOR + ACESSÓRIOS: R$ 222.821,09
VALOR AVALIAÇÃO art. 1484 CC: R$ 183.995,08
PATOS DE MINAS, 2/2/2018
ISAIAS ROSA RAMOS JUNIOR

LOG COMMERCIAL PROPERTIES E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 09.041.168/0001-10

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da LOG Commercial Properties e Participações S.A. ("Companhia" ou "LOG"), submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. As informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$ mil), exceto quando indicado o contrário, e têm como base as informações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A LOG encerra 2017 convicta da manutenção de sua estratégia, que permite uma base diversificada de clientes, atendendo a necessidade de cada cliente com flexibilidade modular, atuando em 18 cidades brasileiras distribuídos em 9 estados. Temos em nosso DNA baixo custo de construção e possibilidade de compra em alta escala. Isso nos permite entregar aos nossos clientes, preços atrativos, permitindo que eles sejam competitivos em seus mercados de atuação. Destacamos abaixo os principais resultados da estratégia da LOG:

Carteira diversificada de locatários: permite que a LOG tenha uma baixa representatividade de cada cliente no faturamento, e tenha uma rápida reposição dos galpões vagos. Ao final de 2017, o prazo médio de relocação de distratos foi de 2,3 meses. A inadimplência líquida acumulada em 2017 foi de 1,31%.

Dentro da diversidade dos nossos locatários e dos seus respectivos segmentos de atuação, nossa carteira permite uma combinação de: (i) qualidade de locatários, sendo aproximadamente 25% do nosso backlog total de contratos assinados, composto por clientes com alto nível de rating público emitido (nacional ou internacional); e (ii) e crescimento e retorno, com a nossa atual base de clientes ocupando mais de um empreendimento e em expansão, além de política de precificação mais eficiente em busca de retorno.

Encerramos 2017 com a taxa de vacância em 8,7%. Segundo dados da Colliers, a média do mercado brasileiro de galpões foi de 26% ao final de setembro de 2017. No eixo Rio-SP, mercado mais competitivo do Brasil, a taxa de vacância da LOG ao final de 2017 foi de 1,4%, enquanto a taxa do mercado foi de 28%.

Absorção bruta: a LOG obteve 302 mil m² de ABL (sendo 184 mil m² de ABL de novas locações e 118 mil m² de ABL em renovações), 104% maior que o ano de 2016. Demonstrando, mais uma vez, a eficácia do modelo de negócio da Companhia.

Estrutura de capital e redução do endividamento: realizamos um aumento de capital no valor de R$308 milhões no 3T17 e, durante o 4T17, concluímos algumas operações financeiras. Emitimos debêntures no montante de R$251 milhões, pré-pagamos dívidas cujo vencimento era no curto prazo, alongando, portanto, o perfil da dívida. Caso todas as operações de pagamentos e captações, realizadas até esta data, tivessem ocorridas até dia 31/12/2017, a *duration* da LOG seria de 2,86 anos, enquanto ao final de setembro de 2017 era de 1,92 ano.

Com objetivo de proteger o fluxo de caixa da Companhia de possíveis oscilações no CDI, aproveitando o momento de compressão da taxa de juros futura, temos atualmente contratos de Swap de valor nocional de R$225 milhões, com diferentes vencimentos em 2018 e 2019.

A LOG está preparada para aproveitar a melhora do cenário macroeconômico, e principalmente, o crescimento do comércio eletrônico, que demanda um serviço de entrega cada vez mais rápido e eficiente. Por isso, a capacidade de atuação nacional com ativos próximos dos grandes centros de consumo, entrega de galpões modulares em curto espaço de tempo, através dos projetos cujo terreno e infraestrutura já foram concluídos, habilitam a LOG para aproveitar o máximo desse novo cenário da economia brasileira.

Atualmente, temos 228 mil m² de ABL e parte das obras que foram iniciadas em 2017 e 2018 pela Companhia, serão desses projetos. No 4T17, demos continuidade à construção de 113 mil m² de ABL (100%) e a expectativa é aumentar em mais de 20% o portfólio de ABL entregue no ano de 2018, sendo que desse total 54% do novo ABL já se encontra locado.

Nos próximos meses, prevemos entregar Goiânia G4 e Rio campo Grande G1, com aproximadamente 25 mil m² de ABL. Em fevereiro de 2018, vamos iniciar mais uma construção, de 51 mil m² de ABL (100%) em Fortaleza, cuja nossa vacância atual naquele mercado está em 0%. Mesmo com todas as obras em andamento, e a expectativa de crescimento no número de ABL entregue, a LOG inicia 2018 com aproximadamente 95% da receita estimada para o ano já contratada. Dessa forma, temos segurança de que estamos no caminho certo e ainda mais preparados para crescer, novamente, acima do crescimento da economia brasileira.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de janeiro de 2018 e 05 de fevereiro de 2018, foi quitado integralmente o valor remanescente da 9ª emissão de debêntures e da 6ª emissão, respectivamente.

Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o recebimento da terceira e última parcela no valor de R$90 milhões referente ao aumento de capital no valor total de R$308 milhões, suportado pelos atuais acionistas da Companhia.

RELATÓRIO DE DESEMPENHO

1. Desempenho Financeiro

Em 2017, a Companhia registrou crescimento de seus dados financeiros, em comparação com o ano anterior:

- Recorde de Absorção Bruta, em 2017 realizamos 302 mil m² de ABL;
- Encerramos dezembro com a taxa de vacância de galpões em 8,7%, abaixo do mercado brasileiro em 16,3 pontos percentuais, cuja vacância foi de 26,0%.
- Receita Operacional Líquida de R$99,5 milhões, melhora de 2,8% em relação a 2016;
- Aumento do EBITDA Ajustado em 2,3% em 2017 versus 2016;
- O FFO Ajustado atingiu R$36,7 milhões no ano de 2017, contra R$35,1 milhões no ano de 2016, um aumento de 4,5%;

1.1 Receita Operacional

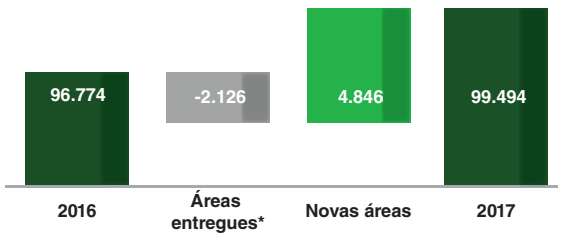
Receita Operacional Líquida (em R$ mil)	2017	2016	Var .% 2017 x 2016
Receita Operacional Líquida	**99.494**	**96.774**	**2,8%**
Receita de Locações	106.026	103.605	2,3%
(-) Impostos	(6.532)	(6.831)	-4,4%

Na comparação entre o 12M17 e 12M16, o aumento foi de 2,8% e na comparação do 4T17 com o 4T16, o aumento foi de 4,9%, ambos em linha com as expectativas da Companhia de aumento da taxa de ocupação, da entrada em operação de novos empreendimentos e do início da retomada de preços, por ajustes contratuais e em novos negócios concluídos em 2017.

No quadro abaixo apresentamos a abertura das receitas totais de locações:

Receita Locações (em R$ mil)	2017	2016	Var .% 2017 x 2016
Receita de Locações	**106.026**	**103.605**	**2,3%**
Receita de Locações	102.983	97.911	5,2%
Linearização de Receita	3.043	5.694	-46,6%

Evolução da Receita Operacional Líquida de Locações (R$ mil)



** Crescimento das receitas de locação resultantes da evolução da comercialização e dos preços de locação das áreas entregues até 31/12/16.*

1.2 EBITDA e EBITDA Ajustado

EBITDA e EBITDA Ajustado (em R$ mil)	2017	2016	Var .% 2017 x 2016
(=) Lucro / Prejuízo Líquido	37.413	35.656	4,9%
(+) IR e CSLL	(13.273)	(32.760)	-59,5%
(+) Resultado financeiro	47.774	51.555	-7,3%
(+) Depreciação	243	235	3,4%
EBITDA	**72.157**	**54.686**	**31,9%**
Margem EBITDA	**72,5%**	**56,5%**	**16,0p.p**
(-) Operação não recorrente*	(235)	-	0,0%
(-) Valor Justo de propriedade para Investimento	(2.787)	24.477	-111,4%
(-) Valor Justo de propriedade para investimento nas Subsidiarias	8.003	(1.097)	-829,5%
(+) Gastos Direitos IPO	2.685	-	0,0%
EBITDA Ajustado	**79.823**	**78.066**	**2,3%**
Margem EBITDA Ajustado	**80,2%**	**80,7%**	**-0,4p.p**

* Refere - se a baixa de um projeto e receita na administração de obra para um locatário.

O EBITDA (apurado em conformidade com a ICVM 527/12) cresceu 31,9% de 2016 para 2017, principalmente pelo aumento da Receita Líquida.

No EBITDA Ajustado foi eliminado o efeito do valor justo das propriedades para investimento, de operações não recorrentes e do efeito extraordinário da despesa com IPO.

O crescimento do EBITDA Ajustado pode ser visto na comparação entre todos os períodos analisados. A melhora da geração de caixa visto através dessa medida, é fruto, principalmente, do aumento da receita líquida, em razão de aumento da nossa taxa de ocupação e de ajustes nos preços.

A Margem de EBITDA Ajustado permaneceu estável na comparação entre os períodos.

1.3 FFO (Funds From Operations) e FFO Ajustado

1.3 FFO (Funds From Operations) e FFO Ajustado

FFO e FFO Ajustado (em R$ mil)	2017	2016	Var .% 2017 x 2016
(=) Lucro/Prejuízo Líquido	37.413	35.656	4,9%
(+) Depreciação	243	235	3,4%
FFO	**37.656**	**35.891**	**4,9%**
Margem FFO	**37,85%**	**37,1%**	**0,8 p.p**
(-) Operação não recorrente*	755	4.181	-81,9%
(-) Valor Justo de propriedade para investimento	(2.787)	24.477	-111,4%
(-) IR e CS diferidos do Fair Value	(8.680)	(28.307)	-69,3%
(-) Valor Justo de propriedade para investimento nas subsidiárias	8.003	(1.097)	-829,5%
(+) Gastos Diretos IPO	2.685	-	0,0%
(-)IR e CS diferidos ds gastos com IPO	(914)	-	0,0%
FFO Ajustado	**36.718**	**35.145**	**4,5%**
Margem FFO Ajustado	**36,9%**	**36,3%**	**0,6p.p**

*Refere - se a baixa de um projeto e receita na administração de obra para um locatário .

O contínuo aumento do FFO Ajustado e da Margem do FFO Ajustado, demonstrado na comparação entre o 2017 e o 2016, também confirma a gestão eficiente da operação. Esses fatores, são resultado dos intensivos esforços na construção, entrega, locação de áreas e do controle das despesas permitindo uma melhor alavancagem operacional do nosso negócio.

1.4 Lucro Líquido Ajustado

Lucro / Prejuízo Líquido Ajustado (em R$ mil)	2017	2016	Var .% 2017 x 2016
Lucro/Prejuízo Líquido	37.413	35.656	4.9%
(-) Operação não recorrente *	755	4.181	-81,9%
(-) Valor Justo de propriedade para investimento **	(3.464)	(4.927)	-29,7%
(+) Gastos Diretos IPO***	1.771	-	0,0%
Lucro Líquido Ajustado	**36.475**	**34.910**	**4,5%**

* Refere - se a baixa de um projeto e receita na administração de obra para um locatário.
** Resultado de Fair Value na Holding, controladas e controladoras em conjunto. Inclui os efeitos dos impostos.
*** Refere -se ao efeito líquido dos gastos diretos com o IPO

O lucro líquido na comparação entre os 12M17 e os 12M16, teve um aumento de 4,9%, em função, principalmente, da melhora dos resultados financeiros e da continuidade do crescimento da Companhia, focada no aumento de sua taxa de ocupação, na gestão de custo e no controle de suas despesas operacionais. Os aumentos entre estes períodos citados, ocorrem mesmo se desconsiderarmos os efeitos dos ajustes de valor justo das propriedades para investimento, conforme apresentado no quadro acima, quando eliminamos os efeitos extraordinários.

1.5 Dividendos

Conforme proposta da Administração da Companhia, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os dividendos do exercício de 2017 são como segue:

1.5 Dividendos

Conforme proposta da Administração da Companhia, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os dividendos do exercício de 2017 são como segue:

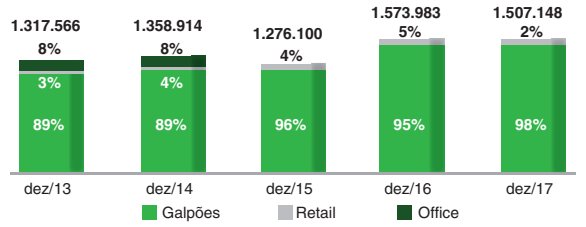
Dividendos Proposto (em R$ mil)	2017
Lucro do exercício	**37.411**
Reserva legal - 5% do lucro de exercício	(1.871)
Lucro disponível para distribuição	35.540
Dividendos propostos - 10% do lucro disponível para distribuição	3.554
Dividendos porpostos por ação (reais por ação)	0,0515

2. Desempenho Operacional

Portfólio LOG

O portfólio potencial da LOG em 31 de dezembro de 2017 totalizava aproximadamente 1,5 milhão de m² de ABL, com projetos distribuídos em 25 cidades e 9 estados do território nacional. Os ajustes ocorridos entre dezembro de 2016 e dezembro de 2017, foram em razão de alterações em projetos que estavam em fase de desenvolvimento.

Evolução do Porfólio Potencial (%LOG em ABL)



ABL Aprovado

Além dos 682 mil m² de ABL já entregues, a Companhia possui portfólio aprovado de projetos que não se encontram em operação, totalizando, aproximadamente, 422 mil m² (% LOG) de ABL, pulverizados nas regiões sul, sudeste, centro-oeste e nordeste, permitindo expandir sua atuação imediata, conforme identificação de demanda.

2.1 Desempenho na Geração de Ativos

Encerramos o ano de 2017 com 113 mil m² de ABL (100%) em construção. Sendo 37 mil m² de ABL em MG, 18 mil m² de ABL no RJ e 7 mil m² de ABL em GO, 33 mil m² de ABL em PR e 19 mil m² de ABL em SE.

2.2 ABL Entregue

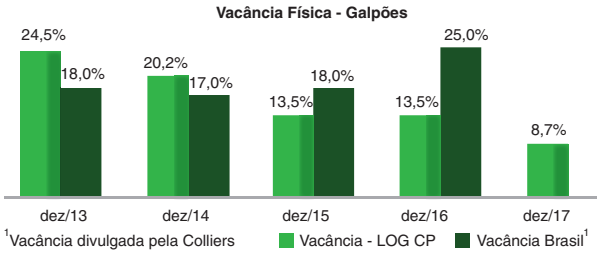
Em 31 de dezembro de 2017, tínhamos 682 mil m² de ABL entregues, distribuídos em 18 cidades e 8 estados brasileiros.

A estratégia da Companhia desde a sua constituição é atuar de forma diversificada, mantendo presenças em mercados consolidados como Rio de Janeiro e São Paulo, e em mercados em desenvolvimento tais como as regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e outros estados do Sudeste onde há baixa concorrência, tanto para períodos de menor atividade econômica, como para os de maior crescimento.

2.3 Vacância

Apresentamos abaixo a vacância física histórica ajustada da Companhia, comparada com a vacância do mercado divulgada pela Colliers International.

Vacância Física - Galpões



* Até a data da divulgação de resultados da LOG, a Colliers não havia publicado seu relatório de mercado data base 2017.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Conselho de Administração (7 membros)

Integrado por 7 membros titulares, reúne-se ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente quando convocado por seu presidente ou por qualquer um de seus conselheiros. Os membros são eleitos em assembleia geral, com mandatos para um ano. Entre as principais atribuições do Conselho de Administração estão: políticas estratégicas e orientações gerais do negócio, deliberações relevantes, eleição de diretores e fiscalização da gestão. Atualmente, o conselho de Administração é composto por Rubens Menin Teixeira de Souza, Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez, Leonardo Guimarães Correa, Marcelo Martins Patrus, Ryan Hawley, Barry Sternlicht e Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa.

Diretoria Executiva (2 membros)

Os Diretores Executivos têm responsabilidades individuais – estabelecidas pelo Estatuto Social - acerca da rotina executiva da Companhia. São eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de um ano, podendo haver reeleição ou destituição antes do término do mandato. A remuneração dos administradores é determinada de acordo com os fatores (i) funções e (ii) responsabilidades e desempenho da gestão executiva para atingir o objetivo de aumentar o valor das ações da Companhia.

Estes diretores são: Felipe Enck Gonçalves, Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores e Sérgio Fischer Teixeira de Souza, Diretor Presidente.

Comitês

O Conselho de Administração da LOG Commercial Properties instituiu três comitês internos de apoio instituídos em reunião realizada em 04 de outubro de 2011. Os comitês possuem a finalidade de assessorar e propor soluções para aumentar a eficácia de suas decisões. São eles: Comitê de Investimentos, Comitê de Finanças, Comitê de Gestão e Assessoramento.

Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimento é responsável pela definição da estratégia de expansão dos negócios e pela avaliação e aprovação das aquisições de terrenos. É composto por cinco conselheiros (Rubens Menin Teixeira de Souza, Marcelo Martins Patrus, Marcos Cabaleiro Fernandez, Ryan William Hawley e Vanessa Cristina Resende Viana) e por um diretor executivo (Sérgio Fischer Teixeira de Souza).

Comitê de Finanças

O Comitê de Finanças é responsável pelas definições das estratégias financeiras, bem como acompanhamento do desempenho econômico e financeiro da Companhia. É formado por dois conselheiros (Leonardo Guimarães Correa e Ryan Hawley) e por um diretor executivo (Felipe Enck Gonçalves).

Comitê de Assessoramento e Gestão

O Comitê de Assessoramento e Gestão é responsável pelo suporte na condução de processos estratégicos relacionados a investimentos, aprovações de projetos e obtenção de licenças, construção e relacionamento com órgãos públicos. É composto por dois acionistas (Hudson Gonçalves Andrade e Homero Paiva Aguiar), por dois conselheiros (Rubens Menin Teixeira de Souza e Marcos Cabaleiro Fernandez) e por um diretor executivo (Sérgio Fischer Teixeira de Souza).

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que os nossos auditores independentes – KPMG Auditores Independentes ("KPMG") - não prestaram no ano de 2017 serviços que não os relacionados à auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

A Administração da LOG agradece aos acionistas, aos clientes e fornecedores e às instituições financeiras pelo apoio e confiança. E aos seus colaboradores pela dedicação e empenho, responsáveis, em grande parte, pelos resultados até agora alcançados.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2018.
A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017, 31 DE DEZEMBRO E 1º DE JANEIRO DE 2016 - Valores expressos em milhares de reais - R$

Ativo	Nota explicativa	Individual 31/12/17	Individual 31/12/16 Reapresentado	Individual 01/01/16	Consolidado 31/12/17	Consolidado 31/12/16 Reapresentado	Consolidado 01/01/16
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	3	**2.250**	40.190	13.175	**2.815**	40.508	14.059
Títulos e valores mobiliários	3	**208.447**	102.417	-	**209.591**	103.830	-
Contas a receber	4	**8.520**	11.216	7.243	**22.321**	24.094	19.119
Impostos a recuperar		**6.262**	5.327	6.400	**8.646**	7.476	8.532
Despesas antecipadas		**816**	5.262	2.386	**2.248**	6.785	4.329
Instrumentos financeiros derivativos	17(a)	**-**	-	186	**-**	-	186
Outros		**330**	-	-	**441**	442	1
Total do ativo circulante		**226.625**	164.412	29.390	**246.062**	183.135	46.226
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários	3	**546**	573	683	**2.553**	2.603	3.199
Contas a receber	4	**3.013**	4.315	7.451	**13.662**	12.800	14.641
Despesas antecipadas		**467**	570	4.214	**4.021**	3.694	7.862
Impostos a recuperar		**14.200**	14.658	15.166	**37.809**	40.953	38.403
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	**114.303**	90.014	51.052	**114.556**	90.213	51.052
Outros		**924**	475	150	**1.313**	1.049	608
Total do ativo realizável a longo prazo		**133.453**	110.605	78.716	**173.914**	151.312	115.765
Investimento em controladas e controladas em conjunto	5	**1.954.717**	1.830.040	1.671.313	**254.751**	247.220	237.314
Propriedades para investimento	6	**435.082**	434.670	430.170	**2.397.662**	2.298.800	2.174.413
Imobilizado e intangível		**1.321**	1.495	1.624	**1.414**	1.631	1.800
Total do ativo não circulante		**2.524.573**	2.376.810	2.181.823	**2.827.741**	2.698.963	2.529.292
Total do ativo		**2.751.198**	2.541.222	2.211.213	**3.073.803**	2.882.098	2.575.518

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Individual 31/12/17	Individual 31/12/16 Reapresentado	Individual 01/01/16	Consolidado 31/12/17	Consolidado 31/12/16 Reapresentado	Consolidado 01/01/16
Passivo circulante							
Fornecedores		**1.023**	726	801	**4.867**	3.561	6.601
Empréstimos e financiamentos	7	**48.468**	22.878	79.053	**89.817**	63.400	116.860
Debêntures	7	**129.127**	273.850	33.719	**129.127**	273.850	33.719
Instrumentos financeiros derivativos	17(a)	**97**	-	-	**97**	-	-
Salários, encargos sociais e benefícios		**2.637**	2.293	2.223	**2.993**	2.523	2.401
Impostos e contribuições a recolher		**1.266**	672	620	**3.869**	2.680	2.559
Adiantamentos - permutas	8	**37.238**	-	-	**38.749**	1.570	3.518
Impostos diferidos	9	**-**	-	-	**1.204**	948	965
Dividendos a pagar	11	**3.554**	8.466	1.634	**3.554**	8.466	1.634
Outros		**331**	310	306	**1.650**	632	722
Total do passivo circulante		**223.741**	309.195	118.356	**275.927**	357.630	168.979
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos	7	**105.362**	121.155	140.000	**311.115**	356.070	398.352
Debêntures	7	**399.975**	295.764	416.027	**399.975**	295.764	416.027
Instrumentos financeiros derivativos	17(a)	**1.019**	-	-	**1.019**	-	-
Adiantamentos - permutas	8	**-**	40.000	40.000	**1.033**	41.073	42.406
Impostos diferidos	9	**-**	-	-	**61.057**	54.958	51.125
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	10	**618**	495	739	**823**	495	739
Outros		**687**	456	326	**2.902**	1.824	2.017
Total do passivo não circulante		**507.661**	457.870	597.092	**777.924**	750.184	910.666
Total do passivo		**731.402**	767.065	715.448	**1.053.851**	1.107.814	1.079.645
Patrimônio líquido							
Capital social	11	**1.222.287**	1.003.820	729.043	**1.222.287**	1.003.820	729.043
Reservas de capital		**(450)**	1.961	24.840	**(450)**	1.961	24.840
Reservas de lucro		**802.920**	769.063	741.882	**802.920**	769.063	741.882
Ajuste de avaliação patrimonial		**(4.961)**	(687)	-	**(4.961)**	(687)	-
Lucros acumulados		**-**	-	-	**-**	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		**2.019.796**	1.774.157	1.495.765	**2.019.796**	1.774.157	1.495.765
Participações dos acionistas não controladores		**-**	-	-	**156**	127	108
Total do patrimônio líquido		**2.019.796**	1.774.157	1.495.765	**2.019.952**	1.774.284	1.495.873
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.751.198**	2.541.222	2.211.213	**3.073.803**	2.882.098	2.575.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Individual 2017	Individual 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receita líquida	13	**17.130**	18.318	**99.494**	96.774
Lucro bruto		**17.130**	18.318	**99.494**	96.774
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	14	**(4.911)**	(4.959)	**(10.188)**	(10.961)
Despesas gerais e administrativas	14	**(8.570)**	(7.559)	**(9.676)**	(8.538)
Honorários da administração	14	**(1.051)**	(1.005)	**(1.051)**	(1.005)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	6	**1.842**	(2.031)	**2.787**	(24.477)
Outras despesas operacionais, líquidas	14	**(3.478)**	(197)	**(5.329)**	(528)
Resultado de equivalência patrimonial	5	**34.620**	13.009	**(4.123)**	3.186
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**35.582**	15.576	**71.914**	54.451
Resultado financeiro					
Encargos financeiros	15	**(30.760)**	(27.130)	**(58.209)**	(60.672)
Receitas financeiras	15	**9.659**	8.239	**10.435**	9.117
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**14.481**	(3.315)	**24.140**	2.896
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente		**-**	-	**(6.177)**	(5.078)
Diferido	9	**22.930**	38.962	**19.450**	37.838
	9	**22.930**	38.962	**13.273**	32.760
Lucro do exercício		**37.411**	35.647	**37.413**	35.656
Lucro atribuível a:					
Acionistas controladores				**37.411**	35.647
Acionistas não controladores				**2**	9
				37.413	35.656
Lucro por ação:					
Básico (centavos por ação)	12	**0,65415**	0,81278	**0,65415**	0,81278
Diluído (centavos por ação)	12	**0,65242**	0,80992	**0,65242**	0,80992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 -Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Individual 2017	Individual 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Receitas					
Receita de aluguéis	13	**18.884**	20.150	**106.026**	103.605
Outras receitas		**200**	46	**787**	1.168
Variação do valor justo de propriedades para investimento	6	**1.842**	(2.031)	**5.473**	(22.019)
Receitas relativas à construção de ativos próprios		**55.572**	94.730	**104.714**	140.025
Provisão para risco de crédito	4	**(628)**	(85)	**(1.747)**	(111)
		75.870	112.810	**215.253**	222.668
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS E COFINS)					
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		**(22.208)**	(18.634)	**(69.001)**	(56.589)
		(22.208)	(18.634)	**(69.001)**	(56.589)
Valor adicionado bruto		**53.662**	94.176	**146.252**	166.079
Depreciação	14	**(236)**	(228)	**(243)**	(235)
Valor adicionado líquido produzido		**53.426**	93.948	**146.009**	165.844
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	5	**34.620**	13.009	**(4.123)**	3.186
Receitas financeiras		**10.128**	8.693	**10.920**	9.601
		44.748	21.702	**6.797**	12.787
Valor adicionado total a distribuir		**98.174**	115.650	**152.806**	178.631
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:		**6.982**	5.648	**10.153**	12.741
Remuneração direta		**6.085**	4.928	**8.590**	10.680
Benefícios		**565**	465	**1.077**	1.459
F.G.T.S		**332**	255	**486**	602
Impostos, taxas e contribuições:		**(18.904)**	(33.298)	**(472)**	(17.089)
Federais		**(19.055)**	(33.504)	**(594)**	(17.352)
Estaduais		**9**	12	**28**	20
Municipais		**142**	194	**94**	243
Remuneração de capitais de terceiros:		**72.685**	107.653	**105.712**	147.323
Juros		**71.844**	107.151	**101.895**	142.148
Aluguéis		**751**	458	**3.586**	4.996
Arrendamento mercantil		**65**	15	**81**	18
Outros		**25**	29	**150**	161
Remuneração de capitais próprios:		**37.411**	35.647	**37.413**	35.656
Dividendos	11	**3.554**	8.466	**3.554**	8.466
Lucros retidos	11	**33.857**	27.181	**33.857**	27.181
Participação dos não controladores		**-**	-	**2**	9
Valor adicionado distribuido		**98.174**	115.650	**152.806**	178.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - Valores expressos em milhares de reais - R$

	Individual 2017	Individual 2016	Consolidado 2017	Consolidado 2016
Lucro do exercício	**37.411**	35.647	**37.413**	35.656
Efeito de mudança na participação relativa em controlada em conjunto	**(4.274)**	(687)	**(4.274)**	(687)
Total de resultados abrangentes do exercício	**33.137**	34.960	**33.139**	34.969
Resultados abrangentes atribuível a:				
Acionistas controladores			**33.137**	34.960
Acionistas não controladores			**2**	9
			33.139	34.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - MÉTODO INDIRETO - Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Individual 2017	Individual 2016 Reapresentado	Consolidado 2017	Consolidado 2016 Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercício		**37.411**	35.647	**37.413**	35.656
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas)atividades operacionais:					
Depreciação	14	**236**	228	**243**	235
Resultado de equivalência patrimonial	5	**(34.620)**	(13.009)	**4.123**	(3.186)
Amortização de despesas antecipadas		**468**	637	**2.273**	3.003
Provisão para risco de crédito	4	**628**	85	**1.747**	111
Resultado financeiro		**21.834**	14.336	**48.722**	46.930
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		**1.071**	5.301	**1.071**	5.301
Impostos diferidos		**(22.930)**	(38.962)	**(16.629)**	(35.345)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	6	**(1.842)**	2.031	**(5.473)**	22.019
Opções de ações		**228**	264	**228**	264
		2.484	6.558	**73.718**	74.988
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		**578**	(5.462)	**(3.628)**	(7.785)
Impostos a recuperar		**(175)**	1.763	**324**	2.841
Despesas antecipadas		**4.081**	131	**1.937**	(1.291)
Outros ativos		**(779)**	(326)	**(263)**	(880)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Salários, encargos sociais e benefícios		**344**	70	**470**	122
Impostos e contribuições a recolher		**594**	(146)	**6.834**	4.651
Outros passivos		**375**	(110)	**2.424**	(527)
Recebimento pela venda de controlada		**5.203**	4.540	**5.203**	4.540
Imposto de renda e contribuição social pagos		**-**	-	**(5.645)**	(4.728)
Dividendos recebidos de investidas	5	**63.806**	71.422	**1.257**	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**76.511**	78.440	**82.631**	71.931
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento / aquisição de investimentos		**(105.880)**	(126.978)	**(10.733)**	(3.887)
Aumento em títulos e valores mobiliários		**(314.938)**	(253.020)	**(339.586)**	(294.236)
Redução em títulos e valores mobiliários		**213.209**	153.425	**238.436**	194.196
Recebimento por distrato de terreno		**2.410**	-	**2.410**	-
Aquisições de propriedades para investimento		**(4.445)**	(3.513)	**(50.597)**	(65.705)
Outros		**(4.334)**	(786)	**(4.301)**	(753)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(213.978)**	(230.872)	**(164.371)**	(170.385)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido		**273.186**	305.782	**273.186**	305.782
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		**(304.827)**	(274.610)	**(334.396)**	(301.697)
Resgate de instrumento financeiro derivativo		**-**	(5.115)	**-**	(5.115)
Pagamento de juros		**(74.835)**	(95.424)	**(100.773)**	(122.891)
Aumento de obrigações com empresas relacionadas		**-**	110.201	**-**	110.201
Pagamento de obrigações com empresas relacionadas		**-**	(111.387)	**-**	(111.387)
Aportes de acionistas		**218.467**	251.634	**218.467**	251.634
Gastos com emissão de ações	11 (f)	**(3.998)**	-	**(3.998)**	-
Pagamentos de dividendos	11 (d)	**(8.466)**	(1.634)	**(8.466)**	(1.634)
Aportes de acionistas não controladores		**-**	-	**27**	10
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**99.527**	179.447	**44.047**	124.903
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(37.940)**	27.015	**(37.693)**	26.449
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		**40.190**	13.175	**40.508**	14.059
No fim do exercício	3	**2.250**	40.190	**2.815**	40.508
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(37.940)**	27.015	**(37.693)**	26.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016 - Valores expressos em milhares de reais - R$

	Capital social			Reservas de capital		Reservas de lucro				Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	Participações de acionistas não controladores	
	Subscrito	A integralizar	Gasto com emissão de ações	Ágio na emissão de ações	Opções outorgadas reconhecidas	Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial			Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	**729.043**	**-**	**-**	**23.143**	**1.697**	**16.848**	**725.034**	**-**	**-**	**1.495.765**	**108**	**1.495.873**
Aumento de capital	250.175	-	-	1.459	-	-	-	-	-	251.634	-	251.634
Capitalização de reservas	24.602	-	-	(24.602)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aportes de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Constituição de reserva de opções de ações	-	-	-	-	264	-	-	-	-	264	-	264
Efeito de mudança na participação relativa em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	(687)	(687)	-	(687)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	35.647	-	35.647	9	35.656
Destinação do lucro do exercício:												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	1.782	-	(1.782)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(8.466)	-	(8.466)	-	(8.466)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	25.399	(25.399)	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**1.003.820**	**-**	**-**	**-**	**1.961**	**18.630**	**750.433**	**-**	**(687)**	**1.774.157**	**127**	**1.774.284**
Capitalização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	308.466	(90.000)	(2.639)	-	-	-	-	-	-	215.827	-	215.827
Bônus de subscrição	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Aportes de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27	27
Constituição de reserva de opções de ações	-	-	-	-	228	-	-	-	-	228	-	228
Efeito de mudança na participação relativa em controladas em conjunto	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.274)	(4.274)	-	(4.274)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	37.411	-	37.411	2	37.413
Destinação do lucro do exercício:												
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	1.871	-	(1.871)	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	(3.554)	-	(3.554)	-	(3.554)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	31.986	(31.986)	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**1.312.287**	**(90.000)**	**(2.639)**	**-**	**2.189**	**20.501**	**782.419**	**-**	**(4.961)**	**2.019.796**	**156**	**2.019.952**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017. Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A LOG Commercial Properties e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, na categoria "B", com sede na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 10º andar, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.041.168/0001-10, constituída em 10 de junho de 2008, que tem por objetivo a: (i) administração de bens próprios; (ii) prestação de serviços de engenharia e de construção de imóveis residenciais e/ou comerciais; (iii) incorporação, construção, comercialização e locação de imóveis próprios ou de terceiros, residenciais e/ou comerciais; e (iv) participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista. Os empreendimentos são desenvolvidos pela LOG Commercial Properties e Participações S.A., suas controladas e controladas em conjunto ("Grupo") e têm como atividade principal a construção e locação (mediante arrendamento operacional) de galpões industriais, shopping centers, strip malls e o loteamento e venda de terrenos industriais. Os empreendimentos estão localizados nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Sergipe e Bahia. Vide relação e informações adicionais das controladas e controladas em conjunto na nota 5. O Grupo está em fase de expansão cautelosa de seu portfólio de empreendimentos visando melhor alocar os recursos disponíveis com o objetivo de manutenção de crescimento de seu fluxo de caixa operacional. Dentro desse contexto, visando manter um nível de liquidez adequado, melhorar a estrutura de capital e a manutenção de sua capacidade de investimentos, o Grupo mantém constantes discussões com as instituições financeiras para novas operações, objetivando melhorar ainda mais o perfil de endividamento. Em 14 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a realização da oferta pública inicial de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, e, devido a condições de mercado, em 18 de maio de 2017, a Comissão de Valores Mobiliários deferiu a solicitação da Companhia para cancelamento de tal oferta. Em 18 de agosto de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), aumento de capital de R$308 milhões, integralmente suportados pelos atuais acionistas da Companhia. Tal aumento de capital, foi realizado em três parcelas, nos meses de agosto e outubro de 2017 e janeiro de 2018. Os recursos advindos desse aumento de capital foram alocados em pagamento de dívidas e desenvolvimento de projetos, visando aumentar o fluxo de caixa operacional da Companhia. Além do aumento de capital, a Companhia continua avaliando oportunidades de mercado para obtenção de recursos adicionais com o objetivo de implementar seu plano de negócios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras, principais políticas contábeis e novos pronunciamentos

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras: I. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade ("*International Financial Reporting Standards – IFRS*"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. As demonstrações financeiras individuais da Companhia não são consideradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade por considerarem a capitalização de juros sobre os ativos qualificáveis das investidas. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **II. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelo saldo de "caixa e equivalentes de caixa", "títulos e valores mobiliários", "instrumentos financeiros derivativos" e "propriedades para investimento", mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **III. Bases de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia, de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. As controladas da Companhia incluídas na consolidação estão relacionadas na nota 5. *É usado o método de consolidação integral, sendo* os saldos dos ativos, passivos e resultados das controladas combinados com os correspondentes itens das demonstrações financeiras da Companhia, linha a linha, e eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo. **2.2 Principais políticas contábeis: (a) Contas a receber:** Representado substancialmente por aluguéis a receber de ativos locados, líquidos da provisão para risco de crédito, que é constituída com base na avaliação da Administração, de forma individualizada por cliente, considerando os riscos envolvidos. A Administração da Companhia considera a referida provisão como suficiente para cobrir perdas identificadas. As contas a receber por aluguéis não são ajustadas a valor presente por apresentar substancialmente vencimentos de curto prazo e/ou não apresentar efeito relevante nas demonstrações financeiras. Os saldos das contas a receber de longo prazo se referem ao efeito de linearização de receita, em conformidade com item 50 do CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (nota 2.2 (o)). **(b) Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e critérios contábeis dos balanços da Companhia. Os lucros e prejuízos resultantes das transações entre empresas do Grupo são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente na extensão das participações na investida que não sejam relacionadas ao Grupo. **(c) Propriedades para investimento:** As propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo, com mensuração de nível 3 (premissas descritas abaixo). Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, a avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada por avaliadores externos, com as qualificações requeridas e experiência recente na avaliação de propriedades em locais similares e foi mensurada conforme segue: • Terrenos: avaliação realizada pelo Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, mediante o qual o valor do terreno é obtido pela comparação direta com outros terrenos semelhantes situados na mesma região geoeconômica. • Empreendimentos em operação ou em estágio de construção: avaliação realizada mediante fluxo de caixa descontado para o período de dez anos, momento no qual se considera a saída do investimento (desinvestimento) por meio de uma venda hipotética da propriedade simulando o princípio da perpetuidade. As seguintes premissas foram consideradas: • As taxas de desconto utilizadas consideram as características dos imóveis em avaliação e oscilaram de 8,5% a 10,5% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (8,75% a 10,75% a.a. e 8,75% a 11,0% a.a. em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente). • O desinvestimento foi calculado por meio da aplicação de taxas que oscilaram de 8,0% a 8,5% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (8,25% a 8,5% a.a. e 8,5% a 9,5% a.a. em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente). • Foram projetadas despesas correspondentes a 1,0 aluguel em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, para remuneração do trabalho de consultor imobiliário responsável pela locação do imóvel (1,0 a 1,5 aluguel em 1º de janeiro de 2016). Em 31 de dezembro de 2017, foram utilizadas taxas de 1,5% e 2,0% do valor de venda residual de remuneração do trabalho do consultor imobiliário responsável pela venda do imóvel no final do horizonte (2,0% em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016). A propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação, quando aplicável. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel é reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado. **(d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se existir uma obrigação legal ou não formalizada que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que recursos econômicos sejam exigidos para liquidar a obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. **(e) Empréstimos, financiamentos e debêntures:** São reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos dos pagamentos e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado, no mesmo prazo de pagamento dos financiamentos que os originaram, com base na taxa efetiva de cada transação. O Grupo optou por apresentar os juros pagos relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures como atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa, uma vez que representam custos dos recursos captados. **(f) Custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Em decorrência das atividades de financiamento serem coordenadas de forma centralizada na Companhia, os juros incorridos na referida empresa, referentes ao financiamento de ativos qualificáveis de suas investidas, são capitalizados e apresentados na rubrica de investimento (demonstrações individuais), líquido dos ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com os ativos qualificáveis. Nas demonstrações consolidadas, os valores referentes às controladas são reclassificados para o custo das propriedades para investimento qualificáveis financiadas. Devido ao fato das propriedades para investimentos serem mensuradas ao valor justo, os referidos custos são alocados ao resultado deduzindo-os do cálculo da equivalência patrimonial das investidas (demonstrações individuais) e do cálculo da variação do valor justo (demonstrações consolidadas).**(g) Plano de opções de compra de ações:** A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações, pelo qual recebe serviços de determinados colaboradores em contrapartida a instrumentos patrimoniais (opções de compra de ações). A Companhia reconhece os custos de remuneração no resultado pelo método linear durante o período de serviço requerido (*vesting period*), compreendido entre a data de outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. Os custos de remuneração são mensurados pelo valor justo na data de outorga das opções de compra de ações e foram estimados com base no modelo de valorização de opções denominado Black & Scholes, vide nota 11 (e). **(h) Tributação:** O imposto de renda, a contribuição social e os impostos sobre vendas, correntes e diferidos, são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente, quando aplicável. **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia e algumas controladas apuram o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real. Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas e controladas em conjunto, em sua maioria, optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, cuja base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços de locação acrescido das receitas financeiras. Sobre o lucro tributável se aplica a alíquota regular de 15% acrescida do adicional de 10% - para lucros superiores a R$240 anuais para imposto de renda - e de 9% para a contribuição social. As empresas controladas e controladas em conjunto, que optaram pelo lucro presumido como regime de tributação, adotam como facultado pela legislação fiscal vigente, o regime de caixa para apuração do resultado de prestação de serviços de locação de imóveis comerciais e para tributação de receitas financeiras. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos em sua totalidade, conforme descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores compreendidos nas demonstrações financeiras e *são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das* demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado de forma a refletir o montante que se espera que seja recuperado. **Impostos sobre as receitas:** A receita é apresentada líquida de impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Para fins de cálculo do Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a alíquota total é de 9,25% no lucro real (regime de não cumulatividade) e de 3,65% no lucro presumido. **(i) Apuração do resultado:** As receitas de aluguéis são reconhecidas pelo método linear durante o período de vigência dos contratos em questão e estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, deduzidas dos impostos sobre as mesmas, na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o regime de competência. **(j) Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos das transações diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados em uma das quatro categorias a seguir: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. O Grupo apresenta ativos financeiros, os quais são classificados em conformidade com as categorias abaixo descritas:

Categoria	Ativos financeiros	Mensuração
Pelo valor justo por meio de resultado	- Caixa e equivalentes de caixa - Títulos e valores mobiliários - Instrumentos financeiros derivativos	Mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado do exercício.
Empréstimos e recebíveis	- Contas a receber	Mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros da Companhia: • Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, contas bancárias, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até noventa dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. • Títulos e valores mobiliários: Os saldos representam substancialmente aplicações em fundos restritos que incluem na sua carteira títulos públicos e privados (ambos pós fixados), com alta liquidez em mercados ativos. • Instrumentos financeiros derivativos: Instrumentos financeiros não especulativos, para proteção patrimonial, conforme descrito na nota 17 (a). • Contas a receber: Representado substancialmente por aluguéis a receber de ativos locados, conforme descrito no item 2.2 (a). O Grupo baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. O Grupo avalia na data do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, com exceção da provisão para risco de crédito (nota 4), não foram apontados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perda e, portanto, nenhuma provisão para perda foi constituída.**Passivos financeiros:** Os principais passivos financeiros mantidos pelo Grupo são empréstimos, financiamentos e debêntures. Esses passivos são mensurados e apresentados conforme mencionado no item "e" acima. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são extintas e canceladas, ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos não especulativos, principalmente para proteção de sua exposição ao risco de taxa de juros. Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e em cada data do balanço. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente. **(k) Ajuste a valor presente:** São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. O Grupo avalia periodicamente o efeito deste procedimento. **(l) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Companhia, que impactam certos ativos e passivos, receitas e despesas nos exercícios demonstrados. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor justo de propriedades para investimento, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos, impostos diferidos ativos, análise da redução ao valor recuperável de ativos e provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros. **(m) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Grupo. **(n) Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia elabora demonstrações do valor adicionado (DVA), Individual e Consolidado, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável para companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **(o) Arrendamentos:** A determinação se um contrato é, ou contém, um arrendamento é baseado na substância do contrato na data de início. Arrendamentos mercantis para os quais o Grupo, como arrendador, não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são creditados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **(p) Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O resultado por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver, mais a quantidade de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. **(q) Informações por segmento:** A Companhia apresenta o segmento operacional de locações, o qual contempla galpões industriais e em menor escala *retail* (*shopping center e strip malls*) e *office*. **2.3 Novos pronunciamentos**: As normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, são abaixo apresentadas. O Grupo pretende adotar estas normas quando entrarem em vigência.

IFRS	CPC	Pronunciamento	Data de entrada em vigor
IFRS 15	CPC 47	Receitas de contratos com clientes	Períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2018
IFRS 9	CPC 48	Instrumentos financeiros	
IFRS 16	CPC 06 (R2)	Arrendamentos	Períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2019

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas alterações tenham efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras de 2016:** Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia realizou reclassificações contábeis e, para fins comparativos, está reapresentando os saldos

de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, conforme demonstrado abaixo:

		Individual					
		01/01/16			31/12/16		
Balanço patrimonial	Item	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	13.858	(683)	13.175	143.180	(102.990)	40.190
Títulos e valores mobiliários	(a)	-	-	-	-	102.417	102.417
Outros ativos circulantes		16.215	-	16.215	21.805	-	21.805
Total do ativo circulante		30.073	(683)	29.390	164.985	(573)	164.412
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários	(a)	-	683	683	-	573	573
Outros ativos não circulantes		2.181.140	-	2.181.140	2.376.237	-	2.376.237
Total do ativo não circulante		2.181.140	683	2.181.823	2.376.237	573	2.376.810
Total do ativo		2.211.213	-	2.211.213	2.541.222	-	2.541.222
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.211.213	-	2.211.213	2.541.222	-	2.541.222

		Consolidado					
		01/01/16			31/12/16		
Balanço patrimonial	Item	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	(a)	17.258	(3.199)	14.059	146.941	(106.433)	40.508
Títulos e valores mobiliários	(a)	-	-	-	-	103.830	103.830
Outros ativos circulantes		32.167	-	32.167	38.797	-	38.797
Total do ativo circulante		49.425	(3.199)	46.226	185.738	(2.603)	183.135
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários	(a)	-	3.199	3.199	-	2.603	2.603
Outros ativos não circulantes		2.526.093	-	2.526.093	2.696.360	-	2.696.360
Total do ativo não circulante		2.526.093	3.199	2.529.292	2.696.360	2.603	2.698.963
Total do ativo		2.575.518	-	2.575.518	2.882.098	-	2.882.098
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.575.518	-	2.575.518	2.882.098	-	2.882.098

		Individual 2016			Consolidado 2016		
Demonstração dos fluxos de caixa	Item	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais							
Lucro líquido do exercício		35.647	-	35.647	35.656	-	35.656
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa aplicado nas atividades operacionais:							
Resultado financeiro	(a)	17.048	(2.712)	14.336	50.124	(3.194)	46.930
Demais ajustes		(43.425)	-	(43.425)	(7.598)	-	(7.598)
		9.270	(2.712)	6.558	78.182	(3.194)	74.988
(Aumento) redução nos ativos operacionais		(3.894)	-	(3.894)	(7.115)	-	(7.115)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		75.776	-	75.776	4.058	-	4.058
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		81.152	(2.712)	78.440	75.125	(3.194)	71.931
Aumento em títulos e valores mobiliários	(a)	-	(253.020)	(253.020)	-	(294.236)	(294.236)
Redução em títulos e valores mobiliários		-	153.425	153.425	-	194.196	194.196
Demais ajustes		(131.277)	-	(131.277)	(70.345)	-	(70.345)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(131.277)	(99.595)	(230.872)	(70.345)	(100.040)	(170.385)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		179.447	-	179.447	124.903	-	124.903
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		129.322	(102.307)	27.015	129.683	(103.234)	26.449
Caixa e equivalentes de caixa							
No início do exercício		13.858	(683)	13.175	17.258	(3.199)	14.059
No final do exercício		143.180	(102.990)	40.190	146.941	(106.433)	40.508
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		129.322	(102.307)	27.015	129.683	(103.234)	26.449

(a) Reclassificação de saldos referentes a aplicações em fundo restrito e saldos bloqueados decorrentes de garantias prestadas pela Companhia e controladas, da rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para "Títulos e valores mobiliários". As reclassificações referentes ao fundo restrito foram realizadas em decorrência da presença de títulos privados (pós fixados), na carteira deste fundo, que possuem vencimentos acima de noventa dias, contados da data de aquisição destes papéis.

3. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

A composição é como segue:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
		Reapresentado			Reapresentado	
Caixa e equivalentes de caixa:						
Caixa	**13**	16	21	**18**	19	22
Bancos - conta movimento	**65**	61	478	**622**	361	661
Aplicações financeiras:						
Certificados de depósitos bancários (CDB)	**2.172**	25.067	12.676	**2.173**	25.067	12.676
Compromissadas com lastro em debêntures (i)	**-**	15.046	-	**2**	15.061	700
Total de caixa e equivalentes de caixa	**2.250**	40.190	13.175	**2.815**	40.508	14.059
Títulos e valores mobiliários:						
Fundo de investimento restrito (ii)	**98.206**	102.417	-	**99.007**	103.187	-
Fundo de investimento (iii)	**110.787**	573	683	**112.794**	2.603	3.199
Compromissadas com lastro em debêntures (i)	**-**	-	-	**204**	643	-
Certificados de depósitos bancários (CDB) (iv)	**-**	-	-	**139**	-	-
Total de títulos e valores mobiliários	**208.993**	102.990	683	**212.144**	106.433	3.199
Circulante	**208.447**	102.417	-	**209.591**	103.830	-
Não circulante	**546**	573	683	**2.553**	2.603	3.199
	208.993	102.990	683	**212.144**	106.433	3.199

(i) As aplicações em compromissadas com lastro em debêntures têm a recompra diária garantida pelo emissor, permitindo seu resgate imediato, conforme a necessidade do Grupo e tem rendimento atrelado a variação do CDI. O saldo classificado em títulos e valores mobiliários refere-se a bloqueios em garantia prestado pelo Grupo a empréstimos contratados. (ii) O Grupo possui fundo de investimento restrito, administrado por instituição bancária de primeira linha, responsável pela custódia dos ativos e liquidação financeira de suas operações. O fundo constituído tem como objetivo acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possui aplicações em títulos públicos, de outras instituições financeiras e em fundos de investimentos abertos, que, por sua vez, aplicam principalmente em títulos de renda fixa. (iii) As cotas de fundos de investimentos não restritos se referem ao montante disponível de fundos dados em garantia a empréstimos de Plano Empresário de empreendimentos. (iv) Aplicações em CDB mantidos como garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures, infraestrutura de obras e outros. As aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários incluem rendimentos auferidos de 98,61% do CDI – Certificados de Depósitos Interbancários no Individual e 98,72% do CDI no Consolidado em 31 de dezembro de 2017 (103,53% do CDI no Individual e 103,39% do CDI no Consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 107,62% do CDI no Individual e 105,05% do CDI no Consolidado em 1º de janeiro de 2016) e são ajustados ao valor justo, quando aplicável. A composição da carteira do fundo de investimento restrito, na proporção das cotas detidas pela Companhia e controladas, é demonstrada conforme segue:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
		Reapresentado			Reapresentado	
Certificados de depósitos bancários (CDB)	**4.069**	5.066	-	**4.101**	5.104	-
Operações compromissadas	**1.730**	2.792	-	**1.744**	2.813	-
Cotas de fundos não exclusivos	**77.641**	73.700	-	**78.275**	74.254	-
Debêntures	**1.096**	562	-	**1.105**	566	-
Letras financeiras	**13.670**	20.297	-	**13.782**	20.450	-
Total	**98.206**	102.417	-	**99.007**	103.187	-

4. Contas a receber

A composição de contas a receber, é como segue:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Locação	**8.541**	9.299	7.666	36.145	32.679	27.720
Venda de controlada (nota 5 (a))	**-**	4.767	5.062	-	4.768	5.062
Distrato de terreno (nota 16(h))	**2.411**	-	-	2.411	-	-
Outros	**1.216**	1.550	1.966	2.243	2.594	4.014
	12.168	15.616	14.694	40.799	40.041	36.796
Provisão para risco de crédito	**(635)**	(85)	-	(4.816)	(3.147)	(3.036)
Total	**11.533**	15.531	14.694	35.983	36.894	33.760
Circulante	**8.520**	11.216	7.243	22.321	24.094	19.119
Não circulante	**3.013**	4.315	7.451	13.662	12.800	14.641
	11.533	15.531	14.694	35.983	36.894	33.760

A locação refere-se a aluguéis dos galpões industriais e *strip malls* firmados mediante arrendamento operacional, sujeitos à Lei 8.245/91 ("Lei de Locação") que inclui, dentre outros, procedimentos relativos a cancelamento dos contratos de locação e respectivas multas rescisórias, que são acordadas comercialmente com cada locatário. Os contratos são reajustados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) ou do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A venda de controlada refere-se ao valor a receber pela venda da MRV LOG SP I Incorporações SPE Ltda. ("Office Park Pirituba") para a MRV Engenharia e Participações S.A., conforme nota 5 (a). O distrato de terreno refere-se ao valor a receber pelo distrato de contrato de compra e venda de terreno adquirido da MDI Desenvolvimento Imobiliário Ltda., conforme nota 16 (h). Apresentamos abaixo o escalonamento do vencimento das contas a receber:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
A vencer:						
Até 12 meses	**8.058**	10.262	6.902	**20.760**	22.187	17.824
De 13 a 24 meses	**3.013**	4.315	7.451	**13.662**	12.800	14.641
	11.071	14.577	14.353	**34.422**	34.987	32.465
Vencido:						
Até 30 dias	**30**	79	159	**192**	192	545
De 31 a 90 dias	**136**	123	92	**161**	190	627
Acima de 90 dias	**931**	837	90	**6.024**	4.672	3.159
	1.097	1.039	341	**6.377**	5.054	4.331
Total	**12.168**	15.616	14.694	**40.799**	40.041	36.796

Segue abaixo a movimentação da provisão para risco de crédito para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016:

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	**(85)**	-	**(3.147)**	(3.036)
Constituição	**(628)**	(85)	**(1.747)**	(111)
Baixa	**78**	-	**78**	-
Saldo final	**(635)**	(85)	**(4.816)**	(3.147)

Os recebimentos mínimos futuros garantidos contratualmente, escalonados por vencimento, são como segue:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
1 ano	**21.732**	21.605	22.811	**104.633**	105.756	103.156
2 anos	**16.203**	20.872	22.312	**83.892**	81.811	89.132
3 anos	**9.938**	6.986	18.494	**56.431**	48.987	63.023
4 anos	**7.709**	2.519	4.976	**37.181**	29.131	31.182
5 anos	**6.451**	1.865	1.965	**28.279**	19.518	14.290
Após 5 anos	**21.263**	4.197	5.176	**92.576**	43.455	16.720
Total	**83.296**	58.044	75.734	**402.992**	328.658	317.503

5. Investimento em controladas e controladas em conjunto

Refere-se às participações em controladas e controladas em conjunto, representadas essencialmente por sociedades de propósito específico, conforme segue:

Empreendimento	Início da operação	Localização
Controladas em conjunto - Em operação:		
Cabral Investimentos SPE Ltda. ("Cabral")	11/13	Contagem/MG
Parque Torino Imóveis S.A. ("Torino")	04/15	Betim/MG
Controladas em conjunto - Em fase pré-operacional:		
Betim I Incorporações SPE Ltda. ("Loteamento Betim")	-	Betim/MG
Controladas - Em operação:		
Contagem I SPE Ltda. ("LOG I")	02/09	Contagem/MG
Contagem II Incorporações SPE Ltda. ("LOG II")	03/11	Contagem/MG
Jundiaí Incorporações SPE Ltda. ("LOG Jundiaí")	04/11	Jundiaí/SP
Goiânia I Incorporações Imobiliárias SPE Ltda. ("LOG Goiânia")	04/12	Goiânia/GO
Hortolândia Incorporações SPE Ltda. ("LOG Hortolândia")	09/12	Hortolândia/SP
LOG São José dos Pinhais I SPE Ltda. ("LOG SJP")	04/13	São José dos Pinhais/PR
LOG Juiz de Fora I SPE Ltda. ("LOG Juiz de Fora")	06/13	Juiz de Fora/MG
LOG Feira de Santana I SPE Ltda. ("LOG Feira de Santana")	06/13	Feira de Santana/BA
LOG Maracanaú I SPE Ltda. ("LOG Fortaleza")	08/13	Maracanaú/CE
LOG Via Expressa SPE Ltda. ("LOG Via Expressa")	11/13	Betim/MG
LOG Viana I SPE Ltda. ("LOG Viana")	04/14	Viana/ES
LOGCP Londrina I SPE Ltda. ("LOG Londrina")	06/14	Londrina/PR
LOG Itatiaia SPE Ltda. ("LOG Itatiaia")	07/14	Itatiaia/RJ
LOG Rio SPE Ltda. ("LOG Rio")	02/17	Campo Grande/RJ
Controladas - Em fase pré-operacional:		
MRV LOG MDI SJC I Incorporações SPE Ltda. ("LOG SJC Sony")	-	São José dos Campos/SP
LOG Sumaré Deltalog I SPE Ltda. ("LOG Sumaré")	-	Sumaré/SP
LOG SJRP I Incorporações SPE Ltda. ("LOG SJRP")	-	São José do Rio Preto/SP
LOG Macaé I SPE Ltda. ("LOG Macaé")	-	Macaé/RJ
LOG RP I SPE Ltda. ("LOG RP")	-	Ribeirão Preto/SP
LOG Curitiba I SPE Ltda. ("LOG Curitiba")	-	Curitiba/PR
LOG Aracajú SPE Ltda. ("LOG Aracajú")	-	Nossa Senhora do Socorro/SE
LOG Uberaba SPE Ltda. ("LOG Uberaba")	-	Uberaba/MG
LDI LOG Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("LDI")	-	Belo Horizonte/MG
LE Empreendimentos e Participações S.A. ("LE Empreendimentos")	-	Belo Horizonte/MG

(a) As principais informações de cada investimento estão resumidas a seguir:

	Informações das investidas		Informações da Companhia				
	Capital social		Participação no capital social				
	31/12/17		31/12/17		31/12/16		01/01/16
	Valor	Número de quotas/ações	Número de quotas/ações	Percentual contratual	Percentual contratual		Percentual contratual
Controladas em conjunto:							
Cabral	39.247	78.494.000	39.247.000	50,00%	50,00%		50,00%
Torino	138.487	318.600	127.440	40,00%	40,00%		40,00%
Loteamento Betim	47.124	84.325.968	42.162.984	50,00%	50,00%	(*)	50,00% (*)
Controladas:							
LOG I	73.601	61.460.917	61.455.917	99,99%	99,99%		99,99%
LOG II	22.514	20.353.954	20.352.154	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Jundiaí	47.429	35.874.919	35.873.675	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Goiânia	94.617	46.930.180	46.930.170	99,90%	99,90%		99,90%
LOG Hortolândia	78.188	13.000.000	12.999.999	100,00%	100,00%		100,00%
LOG SJP	27.445	23.351.000	23.350.999	100,00%	100,00%		100,00%
LOG Juiz de Fora	48.027	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Feira de Santana	19.094	19.041.000	19.040.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Fortaleza	83.340	34.037.979	34.037.978	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Via Expressa	76.467	47.000.000	46.999.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Viana	130.118	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Londrina	44.991	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Itatiaia	34.370	27.410.838	27.410.837	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Rio	78.365	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG SJC Sony	54.695	52.500.000	52.499.999	100,00%	100,00%		100,00%
LOG Sumaré	712	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG SJRP	9.971	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Macaé	14.449	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG RP	21.749	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Curitiba	27.131	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Aracajú	15.757	10.000	9.999	99,99%	99,99%		99,99%
LOG Uberaba	5.940	10.000	9.900	99,00%	99,00%		99,00%
LDI	3.893	24.690.048	24.689.948	100,00%	100,00%		100,00%
LE Empreendimentos	1.223	10.000	9.900	99,00%	0,00%		0,00%

(*) Percentual efetivo de participação de 50,00% em 31 de dezembro de 2016 (48,03% em 31 de dezembro de 2015).

	Informações das investidas								Equivalência do exercício	
	Patrimônio líquido			Resultado do exercício		Investimento				
	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	2017	2016	31/12/2017	31/12/2016	01/01/2016	2017	2016
Controladas em conjunto:										
Cabral	**112.248**	117.249	115.145	**(3.745)**	2.104	**55.483**	57.984	56.932	**(1.244)**	1.052
Torino	**346.218**	337.249	331.910	**(7.185)**	5.340	**138.513**	134.926	132.790	**(2.874)**	2.136
Loteamento Betim	**94.052**	85.517	80.943	**(10)**	(4)	**47.026**	42.759	38.876	**(5)**	(2)
Juros capitalizados (*)	**-**	-	-	**-**	-	**13.729**	11.551	8.716	**-**	-
Total das controladas em conjunto - Consolidado	**552.518**	540.015	527.998	**(10.940)**	7.440	**254.751**	247.220	237.314	**(4.123)**	3.186
Controladas:										
LOG I	**186.649**	177.074	161.303	**21.892**	29.946	**186.630**	177.056	161.286	**21.890**	29.943
LOG II	**44.997**	44.351	44.013	**2.027**	2.297	**44.993**	44.347	44.008	**2.027**	2.297
LOG Jundiaí	**80.767**	73.347	73.639	**9.720**	452	**80.759**	73.340	73.632	**9.719**	452
LOG Goiânia	**147.963**	119.429	107.779	**1.360**	8.910	**147.815**	119.310	107.672	**1.359**	8.901
LOG Hortolândia	**142.680**	129.736	129.653	**16.564**	3.524	**142.680**	129.736	129.653	**16.564**	3.524
LOG SJP	**38.280**	31.989	28.486	**3.277**	468	**38.280**	31.989	28.486	**3.277**	468
LOG Juiz de Fora	**71.368**	67.649	62.730	**1.686**	2.684	**71.361**	67.642	62.724	**1.686**	2.684
LOG Feira de Santana	**29.802**	26.944	25.968	**690**	(1.086)	**29.799**	26.941	25.965	**690**	(1.086)
LOG Fortaleza	**135.195**	146.490	122.759	**(13.446)**	4.983	**135.181**	146.475	122.747	**(13.445)**	4.983
LOG Via Expressa	**110.348**	104.023	100.318	**2.579**	3.151	**110.337**	104.013	100.308	**2.579**	3.151
LOG Viana	**137.533**	130.912	123.054	**8.966**	9.423	**137.519**	130.899	123.042	**8.965**	9.422
LOG Londrina	**87.508**	80.983	73.774	**4.381**	5.534	**87.499**	80.975	73.767	**4.381**	5.533
LOG Itatiaia	**42.063**	38.854	35.872	**3.089**	2.806	**42.059**	38.850	35.869	**3.089**	2.806
LOG Rio	**129.923**	114.231	61.454	**7.892**	12.204	**129.910**	114.220	61.448	**7.891**	12.203
LOG SJC Sony	**103.196**	105.051	102.776	**(2.204)**	2.178	**103.196**	105.051	102.776	**(2.204)**	2.178
LOG Sumaré	**7**	8	8	**-**	(1)	**7**	8	8	**-**	(1)
LOG SJRP	**23.508**	22.734	22.611	**606**	(180)	**23.506**	22.732	22.609	**606**	(180)
LOG Macaé	**41.877**	39.896	38.487	**1.579**	1.218	**41.873**	39.892	38.483	**1.579**	1.218
LOG RP	**51.919**	53.245	52.277	**(2.177)**	379	**51.914**	53.240	52.272	**(2.177)**	379
LOG Curitiba	**53.668**	43.472	40.762	**9.934**	2.503	**53.663**	43.468	40.758	**9.933**	2.503
LOG Aracajú	**28.623**	21.612	19.936	**5.952**	1.437	**28.620**	21.610	19.934	**5.951**	1.437
LOG Uberaba	**12.135**	10.644	6.211	**1.571**	4.339	**12.014**	10.538	6.149	**1.555**	4.296
LDI	**268**	488	403	**(239)**	38	**268**	488	403	**(239)**	38
LE Empreendimentos	**84**	-	-	**(1.139)**	-	**83**	-	-	**(1.128)**	-
Juros capitalizados (*)	**-**	-	-	**-**	-	**-**	-	-	**(45.805)**	(87.326)
Total das controladas	**1.700.361**	1.583.162	1.434.273	**84.560**	97.207	**1.699.966**	1.582.820	1.433.999	**38.743**	9.823
Total do Individual	**2.252.879**	2.123.177	1.962.271	**73.620**	104.647	**1.954.717**	1.830.040	1.671.313	**34.620**	13.009

(*) Valor referente aos encargos financeiros capitalizados provenientes dos empréstimos, financiamentos e debêntures, tomados pela Companhia para aquisição/desenvolvimento de propriedades para investimento e loteamento industrial nas investidas.

Em março de 2015, a Companhia e a controlada LDI LOG Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("LDI"), alienaram suas participações societárias na empresa MRV LOG SP I Incorporações SPE Ltda. ("Office Park Pirituba") para a MRV Engenharia e Participações S.A. ("MRV"). O efeito da venda para a MRV está detalhado abaixo:

	Venda de investimento		Efeito total no resultado
	LOG	LDI	
Preço de venda	109.989	11	110.000
Ajuste a valor presente	(5.801)	(1)	(5.802)
	104.188	10	104.198
Baixa do investimento	(104.188)	(10)	(104.198)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.000	-	1.000
	1.000	-	1.000

Em 25 de novembro de 2015, a Companhia fez uma cessão de crédito referente à venda da controlada acima, ao HSBC Bank Brasil S.A. Devido ao fato da Companhia não reter os riscos e as responsabilidades sobre os créditos cedidos, estes valores foram baixados da rubrica contas a receber. Conforme contrato de cessão, a Companhia mantinha o direito de receber os valores referentes à atualização pelo IPCA (desde março de 2015), que corresponde a zero em 31 de dezembro de 2017 (R$4.768 e R$5.062 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente). Estes valores foram recebidos em parcelas mensais até outubro de 2017. b) Controladas em conjunto: • A Cabral Investimentos SPE Ltda. ("Cabral") tem como principal objetivo a construção de propriedades para investimentos nos segmentos de shopping centers, lojas comerciais e outros ativos para locação. • O Parque Torino Imóveis S.A. ("Torino") tem como objetivo a atividade de aluguel de imóveis próprios, construção de edifícios e incorporação de empreendimentos imobiliários. • A Betim I Incorporações SPE Ltda. ("Loteamento Betim") tem como principal objetivo o loteamento industrial destinado a venda e desenvolvimento, construção e locação de ativos comerciais, principalmente galpões logísticos. Apesar das principais decisões estratégicas quanto aos negócios a serem desenvolvidos e definição da estrutura de capital das controladas em conjunto serem definidas de forma compartilhada, a Companhia apresenta importante papel na administração financeira, contábil e operacional das empresas Cabral e Loteamento Betim. Os riscos e benefícios decorrentes dos resultados líquidos gerados por essas empresas são assumidos por cada acionista, conforme seu percentual de participação. As controladas em conjunto não apresentam restrições contratuais de distribuições de recursos provenientes de suas operações para seus controladores. As principais informações financeiras são como seguem:

	Cabral			Torino			Loteamento Betim		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Caixa e equivalentes de caixa e TVM	16.354	15.415	20.724	3.485	1.147	3.731	4	16	3
Contas a receber	101	548	5.076	-	10	10	-	-	-
Estoque	-	-	-	-	-	-	9.459	6.973	12.033
Outros ativos circulantes	374	41	719	216	197	199	-	12	-
Total do circulante	16.829	16.004	26.519	3.701	1.354	3.940	9.463	7.001	12.036
Estoque	-	-	-	-	-	-	84.890	78.835	68.962
Propriedade para investimentos	101.360	107.483	95.830	353.460	347.400	339.225	-	-	-
Outros ativos não circulantes	1.934	-	234	61	57	-	1	3	2
Total do não circulante	103.294	107.483	96.064	353.521	347.457	339.225	84.891	78.838	68.964
Total do ativo	120.123	123.487	122.583	357.222	348.811	343.165	94.354	85.839	81.000
Passivo circulante	6.003	2.944	2.628	394	170	110	71	322	57
Passivo não circulante	1.872	3.294	4.810	10.610	11.392	11.145	231	-	-
Patrimônio líquido	112.248	117.249	115.145	346.218	337.249	331.910	94.052	85.517	80.943
Passivo e patrimônio líquido	120.123	123.487	122.583	357.222	348.811	343.165	94.354	85.839	81.000

	Cabral		Torino		Loteamento Betim	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita operacional	4.568	2.812	5.559	3.138	-	-
Custo operacional	-	-	-	-	-	-
Outras despesas operacionais	(1.551)	(1.589)	(1.313)	(1.128)	(8)	(2)
Resultado financeiro	1.212	2.473	256	186	(2)	(2)
Variação do valor justo de propriedades para investimento	(7.441)	(660)	(11.348)	3.661	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(533)	(932)	(339)	(517)	-	-
Resultado	(3.745)	2.104	(7.185)	5.340	(10)	(4)

c) As movimentações dos saldos de investimentos em controladas e controladas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são como seguem:

	Saldos iniciais	Aportes (reversões) de capital	Equivalência patrimonial	Recebimentos de dividendos	Outros	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017:						
Controladas em conjunto:						
Cabral	57.984	-	(1.244) (*)	(1.257)	-	55.483
Torino	134.926	6.461	(2.874)	-	-	138.513
Loteamento Betim	42.759	4.272	(5)	-	-	47.026
Juros capitalizados	11.551	-	-	-	2.178	13.729
Total das controladas em conjunto - Consolidado	247.220	10.733	(4.123)	(1.257)	2.178	254.751
Controladas:						
LOG I	177.056	1.897	21.890	(14.213)	-	186.630
LOG II	44.347	597	2.027	(1.978)	-	44.993
LOG Jundiaí	73.340	2.668	9.719	(4.968)	-	80.759
LOG Goiânia	119.310	27.451	1.359	(305)	-	147.815
LOG Hortolândia	129.736	968	16.564	(4.588)	-	142.680
LOG SJP	31.989	3.014	3.277	-	-	38.280
LOG Juiz de Fora	67.642	4.165	1.686	(2.132)	-	71.361
LOG Feira de Santana	26.941	2.168	690	-	-	29.799
LOG Fortaleza	146.475	7.078	(13.445)	(4.927)	-	135.181
LOG Via Expressa	104.013	9.610	2.579	(5.865)	-	110.337
LOG Viana	130.899	12.871	8.965	(15.216)	-	137.519
LOG Londrina	80.975	3.811	4.381	(1.668)	-	87.499
LOG Itatiaia	38.850	4.325	3.089	(4.205)	-	42.059
LOG Rio	114.220	10.028	7.891	(2.229)	-	129.910
LOG SJC Sony	105.051	349	(2.204)	-	-	103.196
LOG Sumaré	8	(1)	-	-	-	7
LOG SJRP	22.732	168	606	-	-	23.506
LOG Macaé	39.892	402	1.579	-	-	41.873
LOG RP	53.240	851	(2.177)	-	-	51.914
LOG Curitiba	43.468	262	9.933	-	-	53.663
LOG Aracajú	21.610	1.059	5.951	-	-	28.620
LOG Uberaba	10.538	176	1.555	(255)	-	12.014
LDI	488	19	(239)	-	-	268
LE Empreendimentos	-	1.211	(1.128)	-	-	83
Juros capitalizados (**)	-	-	(45.805)	-	45.805	-
Total das controladas	1.582.820	95.147	38.743	(62.549)	45.805	1.699.966
Total do Individual	1.830.040	105.880	34.620	(63.806)	47.983	1.954.717
Exercício findo em 31 de dezembro de 2016:						
Total do Consolidado	237.314	3.885	3.186	-	2.835	247.220
Total do Individual	1.671.313	126.979	13.009	(71.422)	90.161	1.830.040

(*) Contempla o reconhecimento de R$628 referente à distribuição desproporcional de lucros.
(**) Baixa dos juros capitalizados devido à adoção do valor justo para as propriedades para investimento.

6. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para obter renda com aluguéis ou para valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito) e são demonstradas como segue:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Galpões industriais	395.142	384.740	370.100	2.357.722	2.248.870	2.114.343
Strip malls	39.940	49.930	60.070	39.940	49.930	60.070
Total	435.082	434.670	430.170	2.397.662	2.298.800	2.174.413

A movimentação do saldo de propriedades para investimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, é como segue:

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	434.670	430.170	2.298.800	2.174.413
Adições	1.678	3.256	50.692	55.049
Juros capitalizados (nota 7)	2.552	3.275	48.357	91.357
Distrato (*)	(5.660)	-	(5.660)	-
Variação do valor justo	1.842	(2.031)	5.473	(22.019)
Saldo final	435.082	434.670	2.397.662	2.298.800

(*) Refere-se a distrato de contrato de compra e venda de terreno, conforme detalhado na nota 16 (h).

Os efeitos da variação do valor justo das propriedades para investimento (PPI), líquidos de PIS/COFINS diferidos, no resultado é conforme segue:

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Variação do valor justo de PPI	1.842	(2.031)	5.473	(22.019)
Pis/Cofins diferido	-	-	(2.686)	(2.458)
Variação do valor justo de PPI no resultado	1.842	(2.031)	2.787	(24.477)

Em 31 de dezembro de 2017, do total de propriedades para investimento, R$2.087.150 foram dados em garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures firmados pela Companhia e suas controladas (R$2.195.570 e R$2.030.985 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente).

7. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Empréstimos e financiamentos

A posição dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016 é como segue:

			31/12/17			31/12/16	01/01/16
Modalidade	Vencimento do principal	Taxa efetiva a.a. (*)	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total
Individual:							
Capital de giro	09/13 a 09/17	CDI + 1,83%	-	-	-	-	15.372
Capital de giro	06/16	CDI + 4,85%	-	-	-	-	50.212
Capital de giro	02/18	CDI + 2,51%	25.109	-	25.109	-	-
Financiamento à construção	12/13 a 10/24	CDI + 1,92%	5.739	31.126	36.865	40.331	42.835
Financiamento à construção	12/13 a 11/23	TR + 9,42%	3.460	15.848	19.308	21.534	23.204
Financiamento à construção	12/13 a 11/23	TR + 9,43%	1.714	7.851	9.565	10.668	11.495
Financiamento à construção	07/14 a 06/22	TR + 11,33%	4.176	13.608	17.784	20.614	22.790
Financiamento à construção	08/14 a 07/22	TR + 11,32%	2.372	7.911	10.283	11.866	13.088
Financiamento à construção	04/15 a 09/22	TR + 11,07%	2.890	10.126	13.016	14.935	16.404
Financiamento à construção	10/15 a 09/25	TR + 9,72%	582	3.630	4.212	4.540	4.769
Financiamento à construção	03/15 a 07/23	TR + 9,62%	1.514	6.482	7.996	9.377	10.619
Financiamento à construção	09/16 a 08/26	TR + 10,10%	459	3.240	3.699	3.936	3.697
Financiamento à construção	09/16 a 08/26	TR + 10,04%	997	7.028	8.025	8.541	8.022
(-) Custo de captação			(544)	(1.488)	(2.032)	(2.309)	(3.454)
Total do Individual			48.468	105.362	153.830	144.033	219.053
Controladas:							
Financiamento à construção	12/13 a 11/23	TR + 9,37%	1.836	8.404	10.240	11.427	12.317
Financiamento à construção	02/14 a 01/22	TR + 11,62%	3.227	9.255	12.482	14.702	16.408
Financiamento à construção	08/14 a 07/22	TR + 11,05%	1.478	4.931	6.409	7.399	8.169
Financiamento à construção	11/14 a 10/22	TR + 10,74%	783	2.802	3.585	4.108	4.507
Financiamento à construção	02/15 a 01/25	TR + 10,05%	1.886	10.627	12.513	13.621	14.398
Financiamento à construção	04/15 a 03/25	TR + 9,99%	1.608	9.305	10.913	11.844	12.487
Financiamento à construção	02/15 a 01/25	TR + 9,99%	2.672	15.045	17.717	19.279	20.393
Financiamento à construção	04/15 a 03/25	TR + 9,99%	3.501	20.217	23.718	25.745	27.167
Financiamento à construção	04/15 a 03/25	TR + 10,00%	1.553	8.980	10.533	11.442	12.077
Financiamento à construção	04/15 a 03/25	TR + 10,02%	1.819	10.502	12.321	13.373	14.112
Financiamento à construção	10/15 a 09/25	TR + 9,71%	2.709	16.901	19.610	21.145	22.211
Financiamento à construção	08/14 a 07/25	TR + 9,78%	2.344	14.239	16.583	17.918	18.854
Financiamento à construção	01/15 a 12/22	TR + 10,14%	3.322	12.444	15.766	18.799	21.490
Financiamento à construção	05/15 a 04/23	TR + 10,05%	2.070	8.389	10.459	12.343	14.005
Financiamento à construção	08/15 a 07/23	TR + 10,07%	1.408	6.033	7.441	8.717	9.839
Financiamento à construção	01/15 a 04/23	TR + 9,59%	3.511	14.237	17.748	20.963	23.680
Financiamento à construção	01/15 a 04/23	TR + 9,61%	2.130	8.640	10.770	12.721	14.478
Financiamento à construção	04/16 a 03/26	TR + 10,14%	3.177	21.215	24.392	26.096	26.173
Financiamento à construção	02/16 a 01/26	TR + 9,75%	975	6.377	7.352	7.892	8.147
(-) Custo de captação			(660)	(2.790)	(3.450)	(4.097)	(4.753)
Total das controladas			41.349	205.753	247.102	275.437	296.159
Total do Consolidado			89.817	311.115	400.932	419.470	515.212

(*) Considera o custo contratual da dívida, mais outros custos de captação e manutenção da dívida.

Segue abaixo o escalonamento do vencimento dos empréstimos e financiamentos:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Período após a data do balanço						
1 ano	48.468	22.878	79.053	89.817	63.400	116.860
2 anos	22.234	21.048	26.169	61.205	58.168	61.425
3 anos	22.284	21.046	19.607	61.333	58.166	54.862
4 anos	22.339	21.070	19.606	61.413	58.216	54.860
Após 4 anos	38.505	57.991	74.618	127.164	181.520	227.205
Total	153.830	144.033	219.053	400.932	419.470	515.212

A movimentação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	144.033	219.053	419.470	515.212
Captações	25.000	172.000	25.000	172.000
Encargos financeiros provisionados	14.711	29.483	41.236	62.655
Variações cambiais (*)	-	(3.406)	-	(3.406)
Custo de captação de recursos	(161)	(1.161)	(161)	(1.161)
Amortização do custo de captação de recursos	438	2.305	1.085	2.965
Pagamento de principal	(16.045)	(247.610)	(45.614)	(274.697)
Pagamento de encargos financeiros	(14.146)	(26.631)	(40.084)	(54.098)
Saldo final	153.830	144.033	400.932	419.470

(*) Refere-se a capital de giro originalmente captado em moeda estrangeira no valor de US$8.253 (R$30.000, na data da captação). Conforme descrito na nota 17(a), a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo para proteção da exposição à variação da taxa do dólar, fixando sua remuneração ao CDI.

A captação de recursos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é como segue:

	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Vencimento de principal	Taxa contratual (a.a.)	Valor captado (*)
Individual e Consolidado:						
Capital de giro	12/17	Único	Único	02/18	CDI + 2,50%	25.000
Total						25.000

(*) Não considera os custos de captação.

b) Debêntures

A posição das debêntures em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016 é como segue:

			Individual e Consolidado				
			31/12/17			31/12/16	01/01/16
Emissão	Principal - vencimento	Taxa efetiva a.a. (*)	Circulante	Não circulante	Total	Total	Total
3ª emissão	06/14 a 12/22	CDI + 1,97%	408	66.000	66.408	86.956	94.066
4ª emissão	08/16 a 02/19	CDI + 1,90%	32.048	35.000	67.048	94.629	105.209
6ª emissão	12/15 a 12/19	CDI + 2,21%	25.289	45.000	70.289	85.700	95.690
7ª emissão	01/17 a 10/18	118% CDI + 0,14%	-	-	-	102.505	101.246
8ª emissão	11/17 a 12/19	119% CDI + 0,29%	24.308	24.000	48.308	60.802	60.301
9ª emissão	Até 01/18	CDI + 2,36%	31.212	-	31.212	144.037	-
10ª emissão	06/18 a 12/23	CDI + 1,73%	262	100.000	100.262	-	-
11ª emissão	06/18 a 12/21	CDI + 2,04%	7.426	43.714	51.140	-	-
12ª emissão	01/18 a 12/27	CDI + 2,42%	10.035	90.000	100.035	-	-
(-) Custo de captação			(1.861)	(3.739)	(5.600)	(5.015)	(6.766)
Total			129.127	399.975	529.102	569.614	449.746

(*) Considera o custo contratual da dívida, mais outros custos de captação e manutenção da dívida.

Conforme Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 29 de dezembro de 2017, foi aprovada a prorrogação do vencimento final da 3º emissão de debêntures, de junho de 2020 para dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2017, as debêntures eram simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e tinham as seguintes características:

Emissão	Espécie	Valor captado	Captação	Taxa contratual (a.a.)	Juros vencimento 1ª parcela	Pagamento de encargos	Pagamento do principal
3ª	Garantia real	100.000	06/13	CDI + 1,90%	12/13	Semestral	Semestral
4ª	Quirografária (*)	100.000	02/14	CDI + 1,85%	08/14	Semestral	Semestral
6ª	Garantia real	100.000	12/14	CDI + 2,00%	06/15	Semestral	Anual
8ª	Quirografária (*)	60.000	12/15	119% CDI	05/16	Semestral	Semestral
9ª	Quirografária	135.000	07/16	CDI + 2,36%	10/17	Único	Único
10ª	Quirografária	100.000	12/17	CDI + 1,60%	06/18	Semestral	Semestral
11ª	Quirografária	51.000	12/17	CDI + 2,00%	06/18	Semestral	Semestral
12ª	Quirografária	100.000	12/17	CDI + 2,25%	01/18	Mensal	Mensal

(*) Apresenta garantia adicional representada por hipoteca e alienação fiduciária.

Segue abaixo o escalonamento do vencimento das debêntures:

	Individual e Consolidado										
	31/12/17									31/12/16	01/01/16
Período após data de balanço	3ª emissão	4ª emissão	6ª emissão	8ª emissão	9ª emissão	10ª emissão	11ª emissão	12ª emissão	Total	Total	Total
Amortização:											
1 ano	408	32.048	25.289	24.308	31.212	262	7.426	10.035	130.988	275.633	35.512
2 anos	9.429	35.000	45.000	24.000	-	-	14.571	10.000	138.000	152.996	122.004
3 anos	18.857	-	-	-	-	14.286	14.571	10.000	57.714	131.000	152.996
4 anos	18.857	-	-	-	-	28.571	14.572	10.000	72.000	15.000	131.000
Após 4 anos	18.857	-	-	-	-	57.143	-	60.000	136.000	-	15.000
Total	66.408	67.048	70.289	48.308	31.212	100.262	51.140	100.035	534.702	574.629	456.512
Gastos:											
1 ano	(453)	(313)	(416)	(354)	-	(132)	(19)	(174)	(1.861)	(1.783)	(1.793)
2 anos	(454)	(51)	(382)	(356)	-	(132)	(19)	(173)	(1.567)	(1.789)	(1.793)
3 anos	(202)	-	-	-	-	(121)	(18)	(160)	(501)	(1.241)	(1.750)
4 anos	-	-	-	-	-	(132)	(19)	(174)	(325)	(202)	(1.228)
Após 4 anos	-	-	-	-	-	(276)	(2)	(1.068)	(1.346)	-	(202)
Total	(1.109)	(364)	(798)	(710)	-	(793)	(77)	(1.749)	(5.600)	(5.015)	(6.766)
Total líquido	65.299	66.684	69.491	47.598	31.212	99.469	51.063	98.286	529.102	569.614	449.746

A movimentação das debêntures é como segue:

	Individual e Consolidado	
	2017	2016
Saldo inicial	**569.614**	449.746
Captações	**251.000**	135.000
Encargos financeiros provisionados	**58.545**	78.910
Custo na captação de recursos	**(2.653)**	(57)
Amortização do custo na captação de recursos	**2.067**	1.808
Pagamento de principal	**(288.782)**	(27.000)
Pagamento de encargos financeiros	**(60.689)**	(68.793)
Saldo final	**529.102**	569.614

As captações de debêntures durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

Modalidade	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Vencimentos de principal	Taxa contratual (a.a.)	Valor captado (*)
Individual e Consolidado:						
10ª emissão	12/17	Semestral	Semestral	12/20 a 12/23	CDI + 1,60 %	100.000
11ª emissão	12/17	Semestral	Semestral	12/18 a 12/21	CDI + 2,00 %	51.000
12ª emissão	12/17	Mensal	Mensal	01/18 a 12/27	CDI + 2,25 %	100.000
Total						**251.000**

(*) Não considera dos custos de captação.

c) Garantias: Os tipos de garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2017 são como segue:

	Consolidado			
	Capital de giro	Financiamento à construção	Debêntures	Total
Real / direitos creditórios	25.109	381.305	503.490	909.904
Sem garantia	-	-	31.212	31.212
Total	25.109	381.305	534.702	941.116 (*)

(*) Valor de empréstimos, financiamentos e debêntures não considerados os custos de captação.

As garantias reais são representadas pelos terrenos, benfeitorias e imóveis dos respectivos projetos financiados (ver nota 6) e ações da controlada em conjunto Parque Torino Imóveis S.A. Os direitos creditórios são representados pelo fluxo de recebimento futuro dos empreendimentos financiados, dados em garantia no eventual inadimplemento junto às instituições financeiras. **d) Alocação dos encargos financeiros:** Os encargos financeiros são capitalizados conforme demonstrado abaixo:

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Encargos financeiros provenientes de:				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**(75.806)**	(114.401)	**(102.978)**	(148.233)
Empréstimos com partes relacionadas	**-**	(1.384)	**-**	(1.384)
Total dos encargos financeiros	**(75.806)**	(115.785)	**(102.978)**	(149.617)
Juros capitalizados em:				
Propriedade para investimento (nota 6)	**2.552**	3.275	**48.357**	91.357
Investimento	**47.983**	90.161	**2.178**	2.835
Encargos financeiros registrados no resultado (nota 15)	**(25.271)**	(22.349)	**(52.443)**	(55.425)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, o total de encargos capitalizados sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, representou uma taxa média de encargos de 11,86% a.a. (14,43% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2016). **e) Obrigações contratuais:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures não possuem cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros. A Companhia tem certas obrigações contratuais que devem ser cumpridas durante o período da dívida, tais como: prestar informações nos prazos solicitados; não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; garantir a contratação dos devidos seguros obrigatórios dos projetos, dentro das políticas definidas pela Companhia; cumprir os pagamentos previstos em contrato; garantir o cumprimento de todas as leis, regras e regulamentos em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos; manter válidas as licenças pertinentes ao funcionamento do negócio; honrar com as garantias apresentadas nos contratos; prestar informações sobre atos e fatos relevantes que venham afetar a sua condição financeira ou a capacidade de cumprimento de suas obrigações; comprovar a destinação imobiliária dos recursos captados nos projetos descritos em contrato; dentre outras. A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está atendendo a todas as obrigações contratuais dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

8. Adiantamentos – permutas

O saldo é referente a compromissos decorrentes de permutas efetuadas em que a Companhia adquiriu terrenos através da troca por galpões industriais. Os saldos foram registrados pelo seu valor justo na data da transação, mensurado através do valor de venda dos terrenos, apurados por laudos técnicos. Os compromissos serão liquidados pela entrega dos galpões industriais concluídos.

9. Imposto de renda e contribuição social

(a) A reconciliação entre a receita (despesa) de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) pela alíquota efetiva está demonstrada a seguir:

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**14.481**	(3.315)	**24.140**	2.896
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa nominal	**(4.924)**	1.127	**(8.208)**	(985)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial bruto de juros capitalizados baixados	**27.345**	34.114	**(1.402)**	1.083
Diferença da base de cálculo para empresas tributadas no lucro presumido	**-**	-	**22.378**	28.958
Outros	**509**	3.721	**505**	3.704
Crédito do IRPJ e da CSLL no resultado	**22.930**	38.962	**13.273**	32.760

Em 31 de dezembro de 2017, há crédito tributário referente a prejuízo fiscal e base negativa de controladas não constituído no valor de R$6.801 (R$6.289 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Saldos dos impostos diferidos

A composição dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nos balanços patrimoniais é demonstrada como segue:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Ativo não circulante:						
Imposto de renda e contribuição social	**114.303**	90.014	51.052	**114.556**	90.213	51.052
Passivo:						
Imposto de renda e contribuição social	**-**	-	-	**(27.391)**	(23.857)	(22.534)
PIS/COFINS	**-**	-	-	**(34.870)**	(32.049)	(29.556)
	-	-	-	**(62.261)**	(55.906)	(52.090)
Circulante	**-**	-	-	**(1.204)**	(948)	(965)
Não circulante	**-**	-	-	**(61.057)**	(54.958)	(51.125)
Total	**-**	-	-	**(62.261)**	(55.906)	(52.090)

A composição dos saldos do imposto de renda e da contribuição social diferidos é como segue:

	Individual			Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Efeito tributário sobre:						
Ativo diferido:						
Prejuízo fiscal e base negativa	**46.717**	33.985	23.160	**50.219**	38.279	26.391
Juros capitalizados baixados	**110.709**	96.075	66.384	**110.709**	96.075	66.384
Diferenças temporárias	**703**	94	2.338	**703**	117	2.347
	158.129	130.154	91.882	**161.631**	134.471	95.122
Passivos diferidos reclassificados	**(43.826)**	(40.140)	(40.830)	**(47.075)**	(44.258)	(44.070)
Ativo diferido	**114.303**	90.014	51.052	**114.556**	90.213	51.052
Passivo diferido:						
Mais valia do valor justo sobre propriedades para investimento	**(43.826)**	(40.140)	(40.830)	**(72.774)**	(66.820)	(65.437)
Aluguéis a receber e outros	**-**	-	-	**(1.692)**	(1.295)	(1.167)
	(43.826)	(40.140)	(40.830)	**(74.466)**	(68.115)	(66.604)
Passivos diferidos reclassificados	**43.826**	40.140	40.830	**47.075**	44.258	44.070
Imposto diferido passivo	**-**	-	-	**(27.391)**	(23.857)	(22.534)

Os saldos dos impostos diferidos reclassificados são relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e foram feitos individualmente por entidade, possuem a mesma natureza e serão realizados simultaneamente. Em 31 de dezembro de 2017, a estimativa de realização dos impostos diferidos ativos, mediante projeção de geração de lucro tributável futuro, elaborada pela Administração da Companhia, é como segue:

	IRPJ eCSLL	
	Individual	Consolidado
Expectativa de realização:		
2018	489	512
2019	2.727	3.263
2020	3.427	4.169
2021	4.415	5.861
2022	9.018	9.232
2023 a 2025	40.039	40.580
2026 a 2027	98.014	98.014
Total	158.129	161.631

A projeção acima mencionada está baseada na conclusão da construção de novos galpões em projetos, que atualmente, já se encontram em operação, na construção e na entrada em operação de novos galpões em projetos que, se encontram em fase pré-operacional do portfólio da Companhia. A receita projetada advinda da locação dos referidos ativos contribui para a geração de lucro tributável compatível à realização dos impostos diferidos ativos. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo passivo de PIS/COFINS diferido refere-se a efeito tributário sobre: (i) mais valia do valor justo sobre propriedades para investimento; e (ii) aluguéis a receber para o saldo remanescente. A movimentação do IRPJ e CSLL ativo e passivo diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	Individual				Consolidado			
	2017		2016		2017		2016	
	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido	Líquido
Saldo inicial	**130.154**	**(40.140)**	**90.014**	51.052	**134.471**	**(68.115)**	**66.356**	28.518
Efeito do IRPJ e CSLL diferidos no:								
Patrimônio líquido (nota 11 (f))	**1.359**	**-**	**1.359**	-	**1.359**	**-**	**1.359**	-
Resultado do exercício	**26.616**	**(3.686)**	**22.930**	38.962	**25.801**	**(6.351)**	**19.450**	37.838
Saldo final	**158.129**	**(43.826)**	**114.303**	90.014	**161.631**	**(74.466)**	**87.165**	66.356

10. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

O Grupo constituiu provisões para riscos para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na avaliação de seus assessores legais, que se espera ser necessária a saída de recursos financeiros para liquidar as respectivas obrigações. A natureza dessas ações é essencialmente referente a reclamações trabalhistas. A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é como segue:

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	**495**	739	**495**	739
Adições e atualização	**345**	375	**1.096**	375
Pagamento	**(138)**	(371)	**(469)**	(371)
Reversão	**(84)**	(248)	**(299)**	(248)
Saldo final	**618**	495	**823**	495

Os processos julgados com probabilidade de perda possível pelos consultores jurídicos montam em R$2.855 em 31 de dezembro de 2017 (R$752 e R$557 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente).

11. Patrimônio líquido

(a) Ações ordinárias e capital social

	Individual e Consolidado		
	31/12/17	31/12/16	01/01/16
Capital subscrito	**1.312.287**	1.003.820	729.043
Capital a integralizar	**(90.000)**	-	-
Capital social	**1.222.287**	1.003.820	729.043
Ações subscritas	**69.068**	203.402	174.557
Ações subscritas e não integralizadas	**(4.091)**	-	-
Ações subscritas e integralizadas (ações ordinárias, sem valor nominal - mil)	**64.977**	203.402	174.557

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016 é de R$2.000.000 (dois bilhões de reais).Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e, mediante deliberação desta Assembleia, poderão ser criadas novas classes de ações, como as preferenciais, respeitada a proporção de até cinquenta por cento do total das ações emitidas. Os detentores das ações têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de novas ações ou transferência parcial / total a terceiros, que pode ser exercido no prazo legal de até trinta dias. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e Reunião do Conselho da Administração, dentro do limite do seu capital autorizado, as alterações de capital, conforme segue:

Data da aprovação	Descrição	Número de ações (**) (mil)	Total de ações em circulação após a emissão (mil)	Preço unitário R$	Valor total do aumento de capital R$ mil	Valor do capital após aumento de capital R$ mil	Ágio na emissão de ações R$ mil
Exercício de 2017:							
18/08/2017	Emissão de novas ações	14.021	64.872	22,00	308.466	1.312.286	-
26/09/2017	Emissão de novas ações	4.196	69.068	-	1	1.312.287	-
Exercício de 2016:							
28/06/2016	Emissão de novas ações	175	174.732	9,32 (*)	175	729.218	1.459
28/06/2016	Capitalização da reserva de ágio	-	174.732	-	24.602	753.820	-
22/12/2016	Emissão de novas ações	28.670	203.402	8,72	250.000	1.003.820	-

(*) R$1,00 destinado para o aumento de capital e R$8,32 destinados para a reserva de ágio.
(**) No exercício de 2016 não é considerado o grupamento de ações mencionado abaixo.

Em 18 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital no valor de R$308.466, mediante à emissão de 14.021.186 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, realizado pelos atuais acionistas da Companhia a ser integralizado em três parcelas, sendo a primeira no valor de R$113.466, efetuada na mesma data de realização da AGE, a segunda no valor de R$105.000, efetuada em 18 de outubro de 2017 e a última no valor de R$90.000 em janeiro de 2018. Os recursos obtidos com o aumento de capital serão destinados à amortização de dívidas e novos investimentos na construção e expansão de ativos já detidos pela Companhia. Em 26 de setembro de 2017, o Conselho da Administração aprovou aumento de capital no valor de R$900 (novecentos reais) mediante a emissão de 4.196.205 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelos atuais acionistas da Companhia, em decorrência do exercício do direito de subscrição proveniente de nove Certificados de Bônus de Subscrição emitidos pela Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 06 de fevereiro de 2017 por ocasião do grupamento de ações. Em 06 de fevereiro de 2017, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o grupamento de ações da Companhia na proporção de quatro para um. As frações de ações geradas pós-grupamento foram canceladas e o valor correspondente a tais frações foi reembolsado aos acionistas com base no valor patrimonial de cada ação. **(b) Reserva de capital – Ágio na emissão de ações:** É o valor aportado pelos acionistas que ultrapassa o montante destinado ao aumento de capital, líquido dos gastos com emissão das ações. **(c) Reservas de lucro: Reserva legal -** A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social, não é obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para esta rubrica. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. A memória de cálculo referente a constituição da reserva legal para os exercícios de 2017 e de 2016 está detalhada no item (d) abaixo. **Retenção de lucros -** As reservas de retenção de lucros referem-se aos lucros não distribuídos aos acionistas em função, basicamente, do atendimento às necessidades de recursos da Companhia para aplicação em investimentos conforme orçamento de capital. Em 31 de dezembro de 2017, foi constituída reserva de retenção de lucros, no valor de R$31.986 (R$25.399 em 31 de dezembro de 2016). **(d) Dividendo mínimo obrigatório aos acionistas -** De acordo com o Estatuto Social da Companhia, cuja reformulação foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária em 18 de agosto de 2017, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou períodos menores, e declarar dividendos dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucro existentes no último balanço anual ou semestral. Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. A Assembleia Geral poderá alterar o percentual de dividendos a serem pagos aos acionistas. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 10% do lucro líquido do exercício (25% do lucro líquido em 2016), diminuído ou acrescido os seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedades por Ações. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da Lei. Conforme proposta da Administração da Companhia, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os dividendos de 2017 são como segue (os de 2016 e de 2015 são apresentados para fins comparativos):

	2017	2016	2015
Lucro do exercício	**37.411**	35.647	17.196
Reserva legal – 5% do lucro do exercício	**(1.871)**	(1.782)	(860)
Lucro disponível para distribuição	**35.540**	33.865	16.336
Dividendos propostos – 10% do lucro disponível para distribuição (*)	**3.554**	8.466	1.634
Dividendos propostos por ação (Reais – R$ por ação) (**)	**0,0515**	0,0416	0,0094

(*) 25% do lucro disponível para distribuição em 2016.
(**) Os dividendos por ação, considerando o grupamento descrito na nota 22, seriam de 0,1665 em 2016 e 0,0374 em 2015.

Os dividendos de 2016, no valor de R$8.466, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 28 de abril de 2017 e pagos em 18 de agosto de 2017. Os dividendos de 2015, no valor de R$1.634, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) no dia 29 de abril de 2016 e pagos em 28 de junho de 2016. **(e) Plano de opções de ações -** O plano de outorga de opção de compra de ações aprovado pela Companhia, conforme respectivo regulamento corresponderá a, no máximo, 892.149 ações, equivalentes a 5% do total das ações da Companhia em novembro de 2010. O regulamento também estabelece as condições de exercício, inclusive prazos. Uma vez exercida a opção pelos beneficiários, as ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento de capital da Companhia. O preço de exercício do plano de outorga de opção de compra de ações será equivalente ao valor do patrimônio líquido da ação determinado pelo Conselho de Administração no momento da deliberação e aprovação de cada programa. Os executivos e empregados da Companhia, inclusive de controladas, direta ou indiretamente, poderão ser habilitados a participar do referido plano. Caso o contrato de trabalho ou o mandato do colaborador venha a cessar em razão de, respectivamente, (a) pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (com ou sem justa causa) ou destituição (com ou sem justo motivo), obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, as opções cujo direito de exercício (i) não tenha sido adquirido, até tal data, serão canceladas; e (ii) já tenha sido adquirido até tal data, poderão ser exercidas em até 90 dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, serão canceladas. Em caso de morte do beneficiário, seus sucessores terão o direito de exercer eventuais opções não exercidas, independentemente da observância de períodos de restrição à venda de ações no âmbito do Programa e mesmo que o direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido, imediatamente e pelo prazo de exercício previsto no respectivo programa, sendo que o número de ações a que os sucessores do beneficiário fazem jus será calculado pro rata de acordo com o Plano. Na tabela a seguir estão detalhadas as características e condições dos programas de outorga de opções de ações:

Programa	Aprovação	Qtde (**)	% do total aprovado no plano	Vesting	Valor da opção	Participantes	Prazo inicial de exercício	Prazo final de exercício (*)
1	06/11	280.000	7,83%	Até 4 anos	R$ 1,00	Diretores	08/11	12/18
2	06/12	89.774	2,52%	Até 4 anos	R$ 5,59	Diretores	08/12	08/19
3	10/13	131.515	3,69%	Até 4 anos	R$ 7,51	Diretores e gestores	12/13	12/20
4	11/14	127.341	3,57%	Até 4 anos	R$ 7,51	Diretores e gestores	11/14	11/21
5	12/15	110.841	3,11%	Até 4 anos	R$ 7,51	Diretores e gestores	12/15	12/22

(*) Após o último *vesting* de cada plano, o beneficiário tem três anos adicionais para exercício.
(**) Após grupamento de ações da Companhia na proporção de quatro para um, mencionado acima, quatro opções de ações outorgam direito a uma ação aos beneficiários dos planos.

A movimentação das ações para cada programa de opções de ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 e informações complementares são demonstradas como segue:

		Movimentação 2017 (Ações mil)					
Programa	Quantidade de colaboradores	Saldo inicial	Concedidas	Prescritas / canceladas	Exercidas	Efeito do grupamento de ações	Saldo final
1	2	280	-	-	-	(210)	**70**
2	2	90	-	-	-	(68)	**22**
3	4	120	-	-	-	(90)	**30**
4	4	117	-	-	-	(88)	**29**
5	3	111	-	-	-	(83)	**28**
		718	-	-	-	(539)	**179**
Preço médio ponderado das ações		4,73	-	-	-	-	**18,92**

		Movimentação 2016 (Ações mil)				
Programa	Quantidade de colaboradores	Saldo inicial	Concedidas	Prescritas / canceladas	Exercidas	Saldo final
1	2	280	-	-	-	280
2	2	90	-	-	-	90
3	4	131	-	(11)	-	120
4	4	127	-	(10)	-	117
5	3	111	-	-	-	111
		739	-	(21)	-	718
Preço médio ponderado das ações		4,81	-	7,51	-	4,73

Programa	Número de ações exercíveis (mil)	Custo de remuneração no exercício	Custo de remuneração a ser reconhecido	Período remanescente do custo de remuneração (em anos)
1	70	-	-	-
2	22	-	-	-
3	30	48	-	-
4	4	87	74	0,9
5	4	93	161	2,0
2017	130	228	235	1,7
2016	426	264	463	2,4

Em todos os programas, nenhum valor é pago pelo beneficiário no ato do recebimento da opção. As opções outorgadas correspondem a 20,72% do total aprovado no plano. Os acionistas da Companhia, nos termos do art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não têm preferência no exercício da opção de compra de ações. A Companhia registra nas demonstrações financeiras a remuneração dos colaboradores baseada em ações com base no seu valor justo. O valor justo do programa foi estimado com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas médias ponderadas:

	1º plano	2º plano	3º plano	4º plano	5º plano
Taxa livre de risco	12,08%	8,66%	10,86%	12,42%	16,20%
Duração do exercício em anos (*)	7	7	7	7	7
Volatilidade anualizada esperada	45,73%	42,26%	36,56%	27,17%	26,73%
Dividendos esperados	5%	5%	5%	5%	6,02%
Valor justo da opção na data de outorga por ação	R$ 4,04	R$ 2,73	R$ 2,09	R$ 3,43	R$ 3,48

(*) Período de *vesting* de até 4 anos.

Para a taxa livre de risco foi considerado uma média das taxas CDI futuras do prazo de exercício máximo de cada tranche dos planos, dado por projeção da BM&FBOVESPA. Em função da ausência de dados históricos, a volatilidade esperada foi calculada em base na volatilidade histórica média de empresas do mesmo setor de atuação. Em 31 de dezembro de 2017, caso todas as opções atualmente outorgadas fossem exercidas, a Companhia emitiria 179 mil ações, o que representaria uma diluição de 0,26% em relação ao total de ações da Companhia de 69.068 mil (0,35% e 0,42% em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente). **(f) Gasto com emissão de ações:** Para o aumento de capital mencionado no item (a) acima, a Companhia incorreu em gastos relacionados, no montante de R$3.998 (R$2.639 líquido de efeitos tributários).

12. Lucro por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usados no cálculo do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	Individual e Consolidado 2017	2016
Lucro básico por ação:		
Lucro do exercício	**37.411**	35.647
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares)	**57.190**	43.858
Lucro por ação básico - em R$	**0,65415**	0,81278
Lucro diluído por ação:		
Lucro do exercício	**37.411**	35.647
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares)	**57.190**	43.858
Efeito diluidor das opções de ações (milhares)	**152**	155
Quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares)	**57.342**	44.013
Lucro por ação diluído - em R$	**0,65242**	0,80992

De acordo com o CPC 41 – Resultado por ação (IAS 33), item 64, os cálculos do lucro básico e diluído por ação, foram realizados considerando o grupamento de ações ocorrido em 06 de fevereiro de 2017 (ver nota 11 (a)).

13. Receitas líquidas

	Individual 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Receita de aluguéis	**18.884**	20.150	**106.026**	103.605
PIS/COFINS sobre receita	**(1.754)**	(1.832)	**(6.532)**	(6.831)
Receita líquida	**17.130**	18.318	**99.494**	96.774

14. Custos e despesas por natureza

	Individual 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Depreciação	**(236)**	(228)	**(243)**	(235)
Publicidade	**(1.119)**	(750)	**(1.119)**	(750)
Salários, encargos e benefícios	**(6.015)**	(4.950)	**(6.015)**	(4.932)
Honorários da administração	**(1.051)**	(1.005)	**(1.051)**	(1.005)
Consultorias e serviços	**(2.411)**	(2.425)	**(5.250)**	(5.788)
Despesas gerais	**(2.045)**	(1.941)	**(2.290)**	(2.191)
Opções de ações	**(228)**	(264)	**(228)**	(264)
Despesa de vacância	**(1.427)**	(1.960)	**(4.719)**	(5.339)
Outras (*)	**(3.478)**	(197)	**(5.329)**	(528)
	(18.010)	(13.720)	**(26.244)**	(21.032)
Classificadas como:				
Despesas comerciais	**(4.911)**	(4.959)	**(10.188)**	(10.961)
Despesas gerais e administrativas	**(8.570)**	(7.559)	**(9.676)**	(8.538)
Honorários da administração	**(1.051)**	(1.005)	**(1.051)**	(1.005)
Outras despesas operacionais	**(3.478)**	(197)	**(5.329)**	(528)
	(18.010)	(13.720)	**(26.244)**	(21.032)

(*) O exercício de 2017 inclui baixa de custos de transação referente ao IPO abortado no valor de R$2.686.

15. Despesas e receitas financeiras

	Individual 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 7 (d))	**(25.271)**	(22.349)	**(52.443)**	(55.425)
Perda com instrumentos financeiros derivativos	**(1.071)**	-	**(1.071)**	-
Atualizações monetárias	**(697)**	(4.181)	**(697)**	(4.181)
Outras despesas financeiras (*)	**(3.721)**	(600)	**(3.998)**	(1.066)
	(30.760)	(27.130)	**(58.209)**	(60.672)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	**6.804**	3.767	**7.143**	4.229
Atualizações monetárias	**-**	4.245	**-**	4.246
Outras receitas financeiras (*)	**2.855**	227	**3.292**	642
	9.659	8.239	**10.435**	9.117
Resultado financeiro	**(21.101)**	(18.891)	**(47.774)**	(51.555)

(*) Inclui efeito de distrato de contrato de compra e venda de terreno sendo de R$3.223 referente a baixa de juros capitalizados registrado em despesa financeira e R$2.281 em receita financeira, conforme detalhado na nota 16 (h).

16. Partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas são como segue:

	Individual 31/12/17	31/12/16	01/01/16	Consolidado 31/12/17	31/12/16	01/01/16
Saldos patrimoniais:						
Aplicações financeiras (a)	**2.172**	25.067	12.676	**2.172**	25.067	12.676
Clientes por aluguéis (b)	**20**	20	18	**291**	273	325
Contas a receber por venda de controlada (e)	**-**	4.767	5.062	**-**	4.768	5.062
Debêntures (f)	**31.212**	144.037	-	**31.212**	144.037	-
Fornecedor por aluguel (g)	**38**	37	-	**38**	37	-
Contas a receber por distrato de terreno (h)	**2.411**	-	-	**2.411**	-	-

	Individual 2017	2016	Consolidado 2017	2016
Resultado:				
Receita de aplicações financeiras (a)	**2.225**	1.083	**2.225**	1.083
Receita de aluguel (b)	**292**	272	**4.652**	4.360
Despesa por prestação de serviços administrativos (c)	**811**	826	**1.759**	1.798
Despesas financeiras com empresas relacionadas (d)	**-**	1.384	**-**	1.384
Despesas financeiras com debêntures (f)	**14.680**	9.037	**14.680**	9.037
Despesa de aluguel (g)	**455**	432	**455**	432
Receita financeira de distrato de terreno (h)	**2.281**	-	**2.281**	-

(a) Refere-se a aplicações financeiras em CDBs no Banco Inter S.A. ("Inter"), que é uma empresa controlada pelo acionista controlador da MRV Engenharia e Participações S.A. Em 31 de dezembro de 2017, as aplicações apresentam rendimento de 104,00% do CDI no Individual e Consolidado (105,00% e 108,00% em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente). A controlada em conjunto Cabral Investimentos SPE Ltda. ("Cabral") possui saldo de aplicações financeiras no Inter no valor de R$10.278 em 31 de dezembro de 2017 (R$9.277 e R$13.899 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente). Os rendimentos financeiros advindos destas aplicações foram de R$1.001 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R$1.766 no mesmo período de 2016). (b) Refere-se a contratos de alugueis firmados entre a Companhia e controladas com a empresa Patrus Transportes Urgentes Ltda., controlada por um acionista minoritário da Companhia. (c) Valores referentes a despesas por prestação de serviços administrativos realizados pela MRV Engenharia e Participações S.A. O contrato estabelece pagamento mensal de R$3,7 por empreendimento da Companhia ou de suas investidas em 31 de dezembro de 2017 (R$4,1 em 31 de dezembro de 2016). Este valor é atualizado anualmente pelo percentual médio praticado pela categoria no qual estão enquadrados os colaboradores da MRV Engenharia e Participações S.A. O contrato tem prazo de três anos a partir de 02 de dezembro de 2013, prorrogáveis automaticamente por igual período, caso não haja oposição por qualquer das partes. Em 02 de dezembro de 2016, não havendo oposição das partes, o contrato foi automaticamente prorrogado por igual período. (d) Refere-se a despesas financeiras geradas pelo mútuo entre a Companhia e sua controladora em conjunto MRV Engenharia e Participações S.A. no valor de R$110.201, concedido durante o exercício 2016. A atualização foi feita pelo CDI + 2,36% a.a. e o saldo foi quitado integralmente ainda em 2016. (e) Em 2015, a Companhia e a controlada LDI LOG Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("LDI"), alienaram suas participações societárias na empresa MRV LOG SP I Incorporações SPE Ltda. ("Office Park Pirituba") para a MRV Engenharia e Participações S.A., conforme descrito na nota 5 (a). (f) Refere-se a 9ª emissão de debêntures simples, para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R$135.000, com taxa de CDI + 2,36% a.a., que foi integralmente subscrita e integralizada pela controladora em conjunto MRV Engenharia e Participações S.A., no dia 29 de julho de 2016. (g) Refere-se a contrato de aluguel referente a fração do décimo andar de prédio comercial da sede, de propriedade das empresas Conedi Participações Ltda. ("Conedi") e MA Cabaleiro Participações Ltda. ("MA Cabaleiro"). A Conedi é acionista da Companhia e a MA Cabaleiro tem como acionista controlador Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez, acionista minoritário e conselheiro da Companhia. O contrato tem vigência até 28 de fevereiro de 2025, é reajustável pelo Índice Geral de Preços – mercado (IGP-M) e em 31 de dezembro de 2017, estabelece pagamento mensal total de R$38 (R$37 e R$34 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente). (h) Em 03 de julho de 2017, a Companhia distratou contrato de compra e venda de terreno adquirido da MDI Desenvolvimento Imobiliário Ltda. (MDI), empresa controlada pelo controlador em conjunto MRV Engenharia e Participações S.A. Em razão do distrato, a MDI pagará a LOG o montante total de R$4.821, R$2.540 correspondente à quantia originalmente paga pela LOG e R$2.281 referente a atualização do CDI desde a data de cada pagamento realizado até a data do distrato, reconhecido na rubrica "Receitas financeiras". Este valor será pago em 12 parcelas iguais e sucessivas, sendo a primeira parcela recebida naquela data. Nesta operação a Companhia baixou diretamente para o resultado na rubrica "Despesas financeiras", juros que se encontravam capitalizados, no valor de R$3.223. Em 13 de agosto de 2015, a controlada em conjunto Cabral Investimentos SPE Ltda. efetuou venda de terreno para a MRV Engenharia e Participações S.A., pelo valor de R$7.500, pago com sinal de R$750 e 12 parcelas mensais de R$563, atualizadas pelo INCC (Índice nacional de custo da construção). O saldo foi quitado em agosto de 2016 e a receita financeira decorrente desta transação foi de R$97 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. O Grupo mantém transações com o Banco Bradesco, controlador do Banco Bradesco Investimentos (BBI), que por sua vez é controlador da 2bCapital, atual gestor do Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, acionista da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, as transações são representadas por financiamentos e debêntures, no montante de R$386.445 (R$460.206 e R$468.076 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente). No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, essas transações, com taxas usuais de mercado, geraram despesas financeiras de R$46.165 (R$63.475 no mesmo período de 2016). **Remuneração de pessoal-chave:** Com base no CPC 05, que trata das divulgações sobre partes relacionadas, a Companhia considera pessoal-chave de sua Administração os membros do Conselho de Administração e os administradores eleitos pelo Conselho de Administração, em consonância com o Estatuto da Companhia, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia.

	Individual e Consolidado 2017	2016
Benefícios de curto prazo a administradores:		
Honorários da administração (*)	**1.051**	1.005
Participação nos lucros e resultados	**501**	481
Benefícios assistenciais	**54**	44
Benefícios de longo prazo a administradores:		
Previdência privada	**34**	-
Remuneração baseada em ações:		
Plano de opção de ações	**173**	204
	1.813	1.734

(*) Não inclui a contribuição patronal à seguridade social na alíquota de 20%.

Em 28 de abril de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global da Administração no valor de R$2.290. Além dos benefícios demonstrados acima, não são garantidos outros benefícios como pós-emprego, outros de longo prazo e de rescisão de contrato de trabalho.

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são representados pelos saldos de caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos. Todos os instrumentos financeiros mantidos pelo Grupo foram registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2017. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção de sua exposição à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), principal indexador das dívidas de capital de giro e debêntures, listadas na nota 7. Tais operações têm como objetivo a proteção patrimonial, minimizando os efeitos das mudanças nas taxas de juros através da substituição do CDI por taxas fixas. Estas operações foram estruturadas considerando os vencimentos dos empréstimos e debêntures entre 2018 e 2019. Seguem abaixo principais condições e efeitos:

						Efeito no resultado		31/12/2017
Tipo de operação	Ativo / Passivo	Vencimento	Valor nocional	Ponta ativa	Ponta passiva	Ganho ou perda na operação	Marcação a mercado	Valor justo do derivativo
Swap	100% CDI / 6,89%	07/18	50.000	50.803	50.784	19	(116)	(97)
Swap	100% CDI / 7,19%	01/19	60.000	60.963	60.981	(18)	(307)	(325)
Swap	100% CDI / 7,64%	04/19	100.000	101.605	101.650	(45)	(628)	(673)
Swap	100% CDI / 7,50%	07/19	15.000	15.012	15.013	(1)	(20)	(21)
			225.000			**(45)**	**(1.071)**	**(1.116)**

	Individual e Consolidado
Passivo circulante	(97)
Passivo não circulante	(1.019)
Total	**(1.116)**

Em 30 de março de 2016, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo não especulativo para proteção de sua exposição à variação da taxa de dólar na operação de capital de giro, conforme mencionado na nota 7 (a). Esta operação foi resgatada integralmente no seu vencimento pelo montante de R$5.301 e tinha como único objetivo a proteção patrimonial, minimizando os efeitos das variações cambiais através da substituição da taxa do dólar pela taxa pós-fixada CDI. Seguem abaixo principais condições e efeitos.

Tipo de operação	Ativo / Passivo	Vencimento	Valor nocional em dolar	Valor nocional em reais	Ponta ativa	Ponta passiva
Swap	Variação do dolar + 3,20% a.a. / CDI + 1,47% a.a.	09/16	8.253	30.000	27.039	32.340

Efeito no resultado – Individual e Consolidado	Perda na operação	Marcação a mercado	Total
Exercício 2016	(5.301)	-	(5.301)

Os efeitos no resultado referentes aos derivativos acima mencionados estão registrados na rubrica encargos financeiros e receita financeira conforme sua natureza.

(b) Categoria de instrumentos financeiros

	Individual 31/12/17	31/12/16	01/01/16	Consolidado 31/12/17	31/12/16	01/01/16
Ativos financeiros:						
Caixa e bancos	**78**	77	499	**640**	380	683
Valor justo por meio do resultado mantido para negociação (*)	**211.165**	143.103	13.545	**214.319**	146.561	16.761
Empréstimos e recebíveis	**11.533**	15.531	14.694	**35.983**	36.894	33.760
Passivos financeiros:						
Custo amortizado	**683.955**	714.373	669.600	**934.901**	992.645	971.559
Valor justo por meio do resultado mantido para negociação (*)	**1.116**	-	-	**1.116**	-	-

(*) Ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo com mensuração de nível 2, mediante a técnica de fluxos de caixa descontados.

(c) Exposição à taxa de juros e índices de correção: O Grupo está exposto a taxas de juros sobre os saldos de aplicações financeiras, contas a receber e empréstimos, financiamentos e debêntures, conforme notas 3, 4 e 7, respectivamente. *Análise de sensibilidade:* O Grupo está exposto a riscos de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do índice de correção da poupança ("TR"), devido aos principais instrumentos financeiros do Grupo estarem vinculados a tais indicadores, conforme detalhado abaixo. • *Exposição ao CDI* - O CDI é o principal indexador dos empréstimos, debêntures e das aplicações financeiras do Grupo. A expectativa de mercado, conforme dados retirados na BM&F (Bolsa de Mercadoria e Futuros), em 31 de dezembro de 2017, indicava uma taxa efetiva do CDI estimada em 6,86%, cenário provável para o ano de 2018, ante a taxa efetiva de 9,93% verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. • *Exposição à TR* - Os principais instrumentos financeiros vinculados à variação da Taxa Referencial ("TR") são os empréstimos na modalidade "Plano Empresário". A expectativa de mercado, conforme indicadores obtidos na BM&F (Bolsa de Mercadoria e Futuros), em 31 de dezembro de 2017, indicava uma taxa esperada da TR estimada em 0,01%, como cenário provável para o ano de 2018, ante a taxa efetiva de 0,60% verificada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2018 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no último ano, em relação à data do balanço, multiplicado pelo saldo passivo exposto líquido em 31 de dezembro de 2017, para calcular o efeito financeiro caso o cenário provável se materializasse no ano de 2017. Em conformidade com as informações requeridas pela Instrução CVM 475/08, foram calculados também os cenários I e II, considerando um aumento de 25% e 50%, respectivamente, nas taxas estimadas para o ano de 2018. Dessa forma, os efeitos financeiros para os cenários e índices descritos acima, seriam como segue no consolidado:

Indicadores	Ativo financeiro	Passivo financeiro	Passivo financeiro exposto líquido	Taxa anual efetiva para o ano de 2017	Taxa anual estimada para o ano de 2018 (*)	Variação da taxa efetiva para taxa do respectivo cenário	Efeito total estimado
Cenário provável:							
CDI	439.319	(596.676)	(157.357)	9,93%	6,86% (i)	-3,07%	4.831
TR	-	(344.440)	(344.440)	0,60%	0,01% (i)	-0,59%	2.032
							6.863
Cenário I:							
CDI	439.319	(596.676)	(157.357)	9,93%	8,58%	-1,35%	2.124
TR	-	(344.440)	(344.440)	0,60%	0,01%	-0,59%	2.032
							4.156
Cenário II:							
CDI	439.319	(596.676)	(157.357)	9,93%	10,29%	0,36%	(566)
TR	-	(344.440)	(344.440)	0,60%	0,02%	-0,58%	1.998
							1.432

(i) Dados obtidos no site da BM&F Bovespa. (*) Projeção para o ano 2018.

Conforme requerido pelo IFRS 7, a Administração entende que as taxas anuais estimadas apresentadas no cenário provável acima, refletem o cenário razoavelmente possível para o ano de 2018. **(d) Gestão do risco de capital:** O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (dívida detalhada na nota 7, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários – TVM, na nota 3) e pelo patrimônio líquido do Grupo. A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento do Grupo. Em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, o índice de endividamento era conforme demonstrado a seguir:

	Individual 31/12/17	31/12/16	01/01/16	Consolidado 31/12/17	31/12/16	01/01/16
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**682.932**	713.647	668.799	**930.034**	989.084	964.958
Caixa e equivalentes de caixa e TVM	**(211.243)**	(143.180)	(13.858)	**(214.959)**	(146.941)	(17.258)
Dívida líquida	**471.689**	570.467	654.941	**715.075**	842.143	947.700
Patrimônio líquido (PL)	**2.019.796**	1.774.157	1.495.765	**2.019.952**	1.774.284	1.495.873
Dívida líquida / PL	**23,4%**	32,2%	43,8%	**35,4%**	47,5%	63,4%

O Grupo está em fase de expansão cautelosa de seu portfólio de empreendimentos visando melhor alocar os recursos disponíveis com o objetivo de manutenção de crescimento de seu fluxo de caixa operacional e uma melhor estrutura de capital. **(e) Tabela de risco de liquidez e juros:** A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base na projeção dos indicadores de 31 de dezembro de 2017 até o vencimento contratual, o qual se baseia na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Individual:					
Taxas pós-fixadas	222.831	201.540	110.730	347.777	882.878
Passivos não remunerados	1.023	-	-	-	1.023
Total	223.854	201.540	110.730	347.777	883.901
Consolidado:					
Taxas pós-fixadas	277.517	255.696	159.794	533.352	1.226.359
Passivos não remunerados	4.867	-	-	-	4.867
Total	282.384	255.696	159.794	533.352	1.231.226

(f) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

(g) Valor justo dos instrumentos financeiros: Na tabela a seguir estão detalhadas as comparações entre os valores contábeis e justos dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Individual 31/12/17			31/12/16			01/01/16		
Instrumentos Financeiros	Contábil	Justo (*)	Diferença	Contábil	Justo (*)	Diferença	Contábil	Justo (*)	Diferença
Debêntures:									
CDI + 1,90% a.a.	**66.408**	**66.675**	**(267)**	86.956	86.803	153	94.066	90.373	3.693
CDI + 1,85% a.a.	**67.048**	**67.048**	**-**	94.629	88.130	6.499	105.209	101.492	3.717
CDI + 2,00% a.a.	**121.429**	**121.429**	**-**	85.700	81.780	3.920	95.690	91.448	4.242
118% CDI a.a.	**-**	**-**	**-**	102.505	100.644	1.861	101.246	99.356	1.890
119% CDI a.a.	**48.308**	**48.308**	**-**	60.802	58.438	2.364	60.301	58.695	1.606
CDI + 1,60% a.a.	**100.262**	**100.262**	**-**	-	-	-	-	-	-
CDI + 2,25% a.a.	**100.035**	**100.035**	**-**	-	-	-	-	-	-
CDI + 2,36% a.a.	**31.212**	**31.212**	**-**	144.037	144.037	-	-	-	-
Total	**534.702**	**534.969**	**(267)**	574.629	559.832	14.797	456.512	441.364	15.148
Empréstimos de capital de giro:									
CDI + 1,60% a.a.	**-**	**-**	**-**	-	-	-	15.372	15.323	49
CDI + 2,00% a.a.	**-**	**-**	**-**	-	-	-	50.212	50.212	-
CDI + 2,50% a.a.	**25.109**	**25.109**	**-**	-	-	-	-	-	-
Total	**25.109**	**25.109**	**-**	-	-	-	65.584	65.535	49
Financiamentos:									
Financiamento à construção	**130.753**	**130.753**	**-**	146.342	146.342	-	156.923	156.923	-
Total Geral - (sem custo de captação)	**690.564**	**690.831**	**(267)**	720.971	706.174	14.797	679.019	663.822	15.197

	Consolidado 31/12/17			31/12/16			01/01/16		
Instrumentos Financeiros	Contábil	Justo (*)	Diferença	Contábil	Justo (*)	Diferença	Contábil	Justo (*)	Diferença
Debêntures:									
CDI + 1,90% a.a.	**66.408**	**66.675**	**(267)**	86.956	86.803	153	94.066	90.373	3.693
CDI + 1,85% a.a.	**67.048**	**67.048**	**-**	94.629	88.130	6.499	105.209	101.492	3.717
CDI + 2,00% a.a.	**121.429**	**121.429**	**-**	85.700	81.780	3.920	95.690	91.448	4.242
118% CDI a.a.	**-**	**-**	**-**	102.505	100.644	1.861	101.246	99.356	1.890
119% CDI a.a.	**48.308**	**48.308**	**-**	60.802	58.438	2.364	60.301	58.695	1.606
CDI + 1,60% a.a.	**100.262**	**100.262**	**-**	-	-	-	-	-	-
CDI + 2,25% a.a.	**100.035**	**100.035**	**-**	-	-	-	-	-	-
CDI + 2,36% a.a.	**31.212**	**31.212**	**-**	144.037	144.037	-	-	-	-
Total	**534.702**	**534.969**	**(267)**	574.629	559.832	14.797	456.512	441.364	15.148
Empréstimos de capital de giro:									
CDI + 1,60% a.a.	**-**	**-**	**-**	-	-	-	15.372	15.323	49
CDI + 2,00% a.a.	**-**	**-**	**-**	-	-	-	50.212	50.212	-
CDI + 2,50% a.a.	**25.109**	**25.109**	**-**	-	-	-	-	-	-
Total	**25.109**	**25.109**	**-**	-	-	-	65.584	65.535	49
Financiamentos:									
Financiamento à construção	**381.305**	**381.305**	**-**	425.876	425.876	-	457.835	457.835	-
Total Geral - (sem custo de captação)	**941.116**	**941.383**	**(267)**	1.000.505	985.708	14.797	979.931	964.734	15.197

(*) Calculado a valor justo com mensuração de nível 2.

Os valores de mercado dos empréstimos, financiamentos e debêntures com CDI mais *Spread* e TR mais *Spread* foram estimados pela Administração da Companhia, considerando o valor futuro dos empréstimos na sua data de vencimento, pela taxa contratada, e descontada a valor presente pela taxa de mercado em 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016. O comparativo das taxas contratadas e taxas de mercado, considerados em 31 de dezembro de 2017, é como segue:

	Taxa atual no mercado	Datas de vencimento finais
Debêntures:		
CDI + 1,90% a.a.	CDI + 1,76% a.a.	12/22
CDI + 1,85% a.a.	CDI + 1,85% a.a.	02/19
CDI + 2,00% a.a.	CDI + 2,00% a.a.	12/21
119% CDI a.a.	119% CDI a.a.	12/19
CDI + 1,60% a.a.	CDI + 1,60% a.a.	12/23
CDI + 2,25% a.a.	CDI + 2,25% a.a.	12/27
CDI + 2,36% a.a.	CDI + 2,36% a.a.	01/18
Capital de giro:		
CDI + 2,50% a.a.	CDI + 2,50% a.a.	02/18
Financiamentos a construção:		
CDI + 1,65% a.a.	CDI + 1,65%a.a.	10/24
TR + 9,30% a 11,50% a.a.	TR + 9,30% a 11,50% a.a.	08/26

A Administração entende que o valor contábil dos demais instrumentos financeiros tais como caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e fornecedores, não

apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado em razão do vencimento de parte substancial dos saldos ocorrerem em datas próximas a dos balanços.

18. Garantias

Além das garantias descritas nas notas 6 e 7, o Grupo não possui ativos dados em garantia, bem como não é garantidor de quaisquer outros tipos de operações de terceiros.

19. Compromissos

Em 08 de novembro de 2010, a Companhia assinou acordo de quotista com a empresa Agropecuária Aroeiras Ltda., que tem por objetivo principal definir a forma de integralização de capital na Betim I Incorporações SPE Ltda. e demais relações entre os quotistas. Contando que a integralização de capital pela Agropecuária Aroeiras Ltda. está sendo feita mediante aporte de terrenos de sua propriedade no momento da constituição da SPE e os valores de responsabilidade da Companhia estão sendo substancialmente integralizados em moeda corrente ao longo do tempo, o saldo não integralizado apurado mensalmente sofrerá correção de 66% da variação do CDI, sendo esse valor aportado pela Companhia como aumento de capital na SPE Betim. Em 31 de dezembro de 2017, o valor a integralizar pela Companhia é de zero (R$8.270 e R$11.986 em 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2016, respectivamente).

20. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e de financiamento não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Individual		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Capitalização de juros	50.535	93.436	50.535	94.192
Aumento de capital proveniente de capitalização de reservas	-	24.602	-	24.602

21. Seguros

O Grupo adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2017, está demonstrada a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro risco de engenharia	Garante, durante o período de construção do empreendimento, indenização decorrente de danos causados à obra, tais como de incêndio, queda de raio, roubo, dentre outras coberturas especificas de instalações e montagens no local objeto do seguro.	155.687
Responsabilidade civil (Administradores)	Garante a cobertura de danos morais aos administradores da Companhia (D&O).	5.000
Seguro de vida em grupo e acidentes pessoais	Garante indenização referente a danos corporais ocorridos involuntariamente a funcionários, empreiteiros, estagiários e administradores.	13.612
Seguro empresarial	Garante indenização à Companhia referente aos eventos cobertos ocorridos nos imóveis comerciais locados, eventos tais como danos elétricos, incêndio, queda de raio, vendaval e etc.	105.151
Seguro garantia judicial	Garante ao beneficiário da apólice o pagamento do valor total do débito em discussão, referente a ação distribuída ou a ser distribuída perante uma das Varas Judiciais. Garantia contratada em substituição ao depósito judicial.	590

22. Eventos subsequentes

Em 03 de janeiro de 2018, foi quitado integralmente o valor remanescente da 9ª emissão de debêntures simples, para colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, subscrita e integralizada pela controladora em conjunto MRV Engenharia e Participações S.A., no valor de R$31.235. Em 18 de janeiro de 2018, ocorreu o recebimento da terceira e última parcela, no valor de R$90.000, referente ao aumento de capital no valor total de R$308.466, suportado pelos atuais acionistas da Companhia. Em 05 de fevereiro de 2018, foi quitado integralmente o valor remanescente de R$71.353, referente a 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real.

23. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para divulgação pela diretoria em 21 de fevereiro de 2018.

Conselho de Administração

Rubens Menin Teixeira de Souza - *Presidente*
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - *Vice - Presidente*
Leonardo Guimarães Corrêa - *Conselheiro*
Marcelo Martins Patrus - *Conselheiro*
Ryan William Hawley - *Conselheiro*
Manuel Maria Pulido Garcia Ferrão de Sousa - *Conselheiro*
Barry Stuart Sternlicht - *Conselheiro*

Diretoria Estatutária

Sérgio Fischer Teixeira de Souza - *Diretor Presidente*
Felipe Enck Gonçalves - *Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores*

Controladoria

Marcelo Paulino Santana - *Diretor de Controlaria*
José Roberto Diniz Santos - *Gestor Executivo de Contabilidade e Reporte - CRC-MG 093074/O-1*
Simoni Regina de Carvalho Pereira - *Coordenadora Contábil - CRC-MG 064063/O-1*

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores da LOG Commercial Properties e Participações S.A.
Belo Horizonte - MG

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da LOG Commercial Properties e Participações S.A. (Companhia), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LOG Commercial Properties e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da LOG Commercial Properties e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento	
Notas explicativas 2.2 (c) e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
As propriedades para investimento da Companhia estão relacionadas a empreendimentos em operação, empreendimentos em estágio de construção e terrenos, e são mensuradas ao valor justo utilizando-se da metodologia de fluxo de caixa descontado, para os empreendimentos em operação ou em estágio de construção, e pelo método comparativo direto de dados de mercado, para os terrenos. A determinação do valor justo utiliza premissas, tais como projeção de receitas futuras de aluguel, projeção de despesas, taxas de desconto e desinvestimento e fatores de comparabilidade de mercado, que estão sujeitas a um alto grau de julgamento da Companhia e dos avaliadores externos contratados por esta. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo das propriedades para investimentos e ao impacto que eventuais mudanças nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados à determinação do valor justo das propriedades para investimento. Obtivemos os laudos de determinação do valor justo das propriedades para investimento preparados por avaliadores externos contratados pela Companhia e, com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos as premissas usadas na determinação do fluxo de caixa descontado e na avaliação do método comparativo direto de dados de mercado e comparamos com expectativas e informações de mercado existentes na data-base das demonstrações financeiras. Como forma de avaliarmos a razoabilidade das projeções financeiras da Companhia utilizadas no cálculo do fluxo de caixa descontado, avaliamos o que havia sido projetado no exercício fiscal anterior e comparamos a projeção com os montantes efetivamente realizados para o exercício fiscal corrente. Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, efetuamos uma análise de sensibilidade nas principais premissas utilizadas pela Companhia. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente quanto às premissas e metodologia adotadas na mensuração do valor justo das propriedades para investimentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor das propriedades para investimento no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	
Notas explicativas 2.2(h) e 9 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principal assunto de auditoria	**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**
O registro de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo deve ser efetuado na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros contra os quais tais ativos possam ser utilizados. A Companhia possui saldos relevantes de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no ativo. Devido às incertezas inerentes ao negócio que impactam as projeções de lucros tributáveis futuros e as premissas para determinar a capacidade de recuperação desses impostos diferidos ativos e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam causar no valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Obtivemos o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia. Obtivemos as projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Companhia e, com o auxílio dos nossos especialistas em impostos e finanças corporativas, avaliamos as bases de cálculo desses impostos diferidos ativos e as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia na elaboração dos planos de negócio, orçamentos ou contratos de construção já firmados e outras informações de mercado, como inflação de custos e taxas de desconto. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia, principalmente quanto à expectativa de realização do ativo fiscal diferido. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o valor de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2016 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e 31 de dezembro de 2016, e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa 2.4, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de fevereiro de 2018, sem qualquer modificação.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2018.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRC MG-058176/O-0

GALPÕES LOGCP

LOCAÇÃO IMEDIATA PARA QUEM NÃO TEM TEMPO A PERDER

LOG VIA EXPRESSA - MG
Módulos a partir de 1.300m²

PARQUE TORINO - MG
Módulos a partir de 1.700m²

A LOG ATUA EM NOVE ESTADOS BRASILEIROS – BAHIA, CEARÁ, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS, MINAS GERAIS, PARANÁ, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO E SERGIPE – CONTA COM UM PORTFÓLIO DE MAIS DE 1,5 MILHÕES DE METROS QUADRADOS EM EMPREENDIMENTOS, NÚMERO QUE CRESCE A CADA DIA.

commercial properties

ALUGUEL DE GALPÕES
0800 400 0606
LOGCP.COM.BR

EDITAL

O Sindicato dos Práticos de Farmácia e dos Empregados no Comércio de Drogas, Medicamentos e Produtos Farmacêuticos do Estado de Minas Gerais – SINPRAFARMA/MG, comunica, em atenção ao artigo 605 da CLT, que a contribuição sindical/2018 deve ser descontada dos empregados por ele representado, na folha do mês de março/2018 com o repasse em abril/2018.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2018.
Paulo Cesar de Oliveira
Presidente

EDITAL DE CITAÇÃO

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL DA CATEGORIA PROFISSIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EXERCÍCIO DE 2018 - Federação Estadual Única, Democrática dos Sindicatos de Servidores, Funcionários Públicos das Câmaras de Vereadores, Fundações, Empresas Públicas, Autarquias e Prefeituras Municipais de Minas Gerais - FESERP/MG, entidade sindical de segundo grau, com área de abrangência no Estado de Minas Gerais, CNPJ nº 11.480.870/0001-21 e a sua Confederação Filiada CSPB e a sua Central filiada CSB, em cumprimento ao art. 605 da CLT, faz saber a todos os órgãos públicos do Estado de Minas Gerais, do Poder Executivo e Legislativo (Prefeituras, Câmaras e Autarquias Municipais), assim como os do que deverão proceder ao desconto de um dia de trabalho de todos os seus servidores públicos, para o exercício de 2018, a título de Contribuição Sindical prevista no art.8º, IV, c/c art. 149 e seguintes da CF e artigos 578 e seguintes da CLT.O desconto da referida Contribuição Sindical deverá ser efetuado na folha de pagamento do mês de março de 2018 e recolhido exclusivamente através da GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana até 30/04/2018, na Caixa Econômica Federal. DIRETORIA DA FESERP/MG

SERPRAM - SERVIÇO DE PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR S/A. CNPJ nº 25.658.691/0001-46 - NIRE 31300015670. EDITAL DE CONVOCAÇÃO. Ficam os senhores acionistas de SERPRAM - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S/A convocados para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar na sede da Companhia, na Rua Adolfo Engel, 19, Bloco II, bairro Jardim Tropical, em Alfenas, MG, no dia 04/04/2018, às 20:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da diretoria e demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2017; b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do referido exercício; c) eleger os administradores para o período de 01/05/2018 à 30/04/2020 e fixar honorários para o período 05/2018 à 04/2019; d) outros assuntos. Acham-se à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2017. Alfenas, 20 de fevereiro de 2018. Dr. José Carlos Miranda - Diretor Presidente.

TECNOHIDRAULICA SOLUÇÕES EM MANUTENÇÃO LTDA – EPP, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente torna público que solicitou através do Processo nº 9981/01-07, Licença Sumária para a atividade: serviços de usinagem, tornearia e solda; fabricação de ferragens; fabricação de produtos de trefilados de metal padronizados; instalação de máquina e equipamentos industriais; comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial partes e peças, para seu empreendimento localizado à rua rua Beta nº219 – bairro Vila Paris – Contagem/MG, CEP 32372-090

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL /2018 – ASSALARIADOS RURAIS – AGRICULTURA FAMILIAR

Pelo presente Edital a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FETAEMG E OS SINDICATOS DE TRABALHADORES(AS) RURAIS,** entidades sindicais representativas da categoria de trabalhadores(as) rurais no nos municípios de ABADIA DOS DOURADOS, ABAETÉ, ABRE CAMPO, ACAIACA, AÇUCENA, ÁGUA BOA, ÁGUA COMPRIDA, AGUANIL, ÁGUAS FORMOSAS, ÁGUAS VERMELHAS, AIMORÉS, AIURUOCA, ALAGOA, ALBERTINA, ALÉM PARAÍBA, ALFENAS, ALFREDO VASCONCELOS, ALMENARA, ALPERCATA, ALPINÓPOLIS, ALTEROSA, ALTO CAPARAÓ, ALTO JEQUITIBÁ, ALTO RIO DOCE, ALVARENGA, ALVINÓPOLIS, ALVORADA DE MINAS, AMPARO DO SERRA, ANDRADAS, ANDRELÂNDIA, ANGELÂNDIA, ANTÔNIO CARLOS, ANTONIO DIAS, ANTONIO PRADO DE MINAS, ARACAÍ, ARACITABA, ARAÇUAÍ, ARANTINA, ARAPONGA, ARAPORÃ, ARAÚJOS, ARAXÁ, ARCEBURGO, ARCOS, AREADO, ARGIRITA, ARICANDUVA, ARINOS, ASTOLFO DUTRA, ATALÉIA, AUGUSTO DE LIMA, BAEPENDI, BALDIM, BANDEIRA, BANDEIRA DO SUL, BARÃO DE COCAIS, BARÃO DE MONTE ALTO, BARBACENA, BARRA LONGA, BARROSO, BELA VISTA DE MINAS, BELMIRO BRAGA, BELO HORIZONTE, BELO ORIENTE, BELO VALE, BERILO, BERIZAL, BERTÓPOLIS, BETIM, BIAS FORTES, BICAS, BIQUINHAS, BOA ESPERANÇA, BOCAINA DE MINAS, BOCAIUVA, BOM DESPACHO, BOM JARDIM DE MINAS, BOM JESUS DA PENHA, BOM JESUS DO AMPARO, BOM JESUS DO GALHO, BOM REPOUSO, BOM SUCESSO, BONFIM, BONFINÓPOLIS DE MINAS, BONITO DE MINAS, BORDA DA MATA, BOTELHOS, BOTUMIRIM, BRÁS PIRES, BRASILÂNDIA DE MINAS, BRASÍLIA DE MINAS, BRAÚNAS, BRAZÓPOLIS, BRUMADINHO, BUENO BRANDÃO, BUENÓPOLIS, BUGRE, BURITIS, BURITIZEIRO, CABECEIRA GRANDE, CABO VERDE, CACHOEIRA DA PRATA, CACHOEIRA DE MINAS, CACHOEIRA DO PAJEÚ, CACHOEIRA DOURADA, CAETANÓPOLIS, CAETÉ, CAIANA, CAJURI, CALDAS, CAMACHO, CAMANDUCAIA, CAMBUÍ, CAMBUQUIRA, CAMPANÁRIO, CAMPANHA, CAMPESTRE, CAMPINA VERDE, CAMPO AZUL, CAMPO BELO, CAMPO DO MEIO, CAMPO FLORIDO, CAMPOS ALTOS, CAMPOS GERAIS, CANA VERDE, CANAÃ, CANÁPOLIS, CANDEIAS, CANTAGALO, CAPARAÓ, CAPELA NOVA, CAPELINHA, CAPETINGA, CAPIM BRANCO, CAPINÓPOLIS, CAPITÃO ANDRADE, CAPITÃO ENÉAS, CAPITÓLIO, CAPUTIRA, CARAÍ, CARANAIBA, CARANDAÍ, CARANGOLA, CARATINGA, CARBONITA, CAREAÇU, CARLOS CHAGAS, CARMÉSIA, CARMO DA CACHOEIRA, CARMO DA MATA, CARMO DE MINAS, CARMO DO CAJURU, CARMO DO PARANAÍBA, CARMO DO RIO CLARO, CARMÓPOLIS DE MINAS, CARNEIRINHO , CARRANCAS, CARVALHÓPOLIS, CARVALHOS, CASA GRANDE, CASCALHO RICO, CÁSSIA, CATAGUASES, CATAS ALTAS, CATAS ALTAS DA NORUEGA, CATUJI, CAXAMBU, CEDRO DO ABAETÉ, CENTRAL DE MINAS, CENTRALINA, CHÁCARA, CHALÉ, CHAPADA DO NORTE, CHAPADA GAÚCHA, CHIADOR, CIPOTÂNEA, CLARAVAL, CLARO DOS POÇÕES, CLÁUDIO, COIMBRA, COLUNA, COMENDADOR GOMES, COMERCINHO, CONCEIÇÃO DA APARECIDA, CONCEIÇÃO DA BARRA DE MINAS, CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS, CONCEIÇÃO DAS PEDRAS, CONCEIÇÃO DE IPANEMA, CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO, CONCEIÇÃO DO PARÁ, CONCEIÇÃO DO RIO VERDE, CONCEIÇÃO DOS OUROS, CÔNEGO MARINHO, CONFINS, CONGONHAL, CONGONHAS, CONGONHAS DO NORTE, CONQUISTA, CONSELHEIRO LAFAIETE, CONSELHEIRO PENA, CONSOLAÇÃO, CONTAGEM, COQUEIRAL, CORAÇÃO DE JESUS, CORDISBURGO, CORDISLÂNDIA, CORINTO, COROACI, COROMANDEL, CORONEL FABRICIANO, CORONEL MURTA, CORONEL PACHECO, CORONEL XAVIER CHAVES, CÓRREGO FUNDO, CÓRREGO NOVO, COUTO DE MAGALHAES DE MINAS, CRISÓLITA, CRISTAIS, CRISTÁLIA, CRISTIANO OTONI, CRISTINA, CRUCILÂNDIA, CRUZEIRO DA FORTALEZA, CRUZILIA, CUPARAQUE, CURRAL DE DENTRO, CURVELO, DATAS, DELFIM MOREIRA, DELFINÓPOLIS, DELTA, DESCOBERTO, DESTERRO DE ENTRE RIOS, DESTERRO DO MELO, DIAMANTINA, DIOGO DE VASCONCELOS, DIONÍSIO, DIVINÉSIA, DIVINO, DIVINO DAS LARANJEIRAS, DIVINOLÂNDIA DE MINAS, DIVINÓPOLIS, DIVISA ALEGRE, DIVISA NOVA, DIVISÓPOLIS, DOM BOSCO, DOM CAVATI, DOM JOAQUIM, DOM SILVÉRIO, DOM VIÇOSO, DONA EUSÉBIA, DORES DE CAMPOS, DORES DE GUANHÃES, DORES DO INDAIÁ, DORES DO TURVO, DORESÓPOLIS, DOURADOQUARA, DURANDÉ, ELÓI MENDES, ENGENHEIRO CALDAS, ENGENHEIRO NAVARRO, ENTRE RIOS DE MINAS, ERVÁLIA, ESMERALDAS, ESPERA FELIZ, ESPINOSA, ESPIRITO SANTO DO DOURADO, ESTIVA, ESTRELA DALVA, ESTRELA DO INDAIÁ, ESTRELA DO SUL, EUGENÓPOLIS, EWBANK DE CÂMARA, EXTREMA, FAMA, FARIA LEMOS, FELÍCIO DOS SANTOS, FELISBURGO, FELIXLÂNDIA, FERNANDES TOURINHO, FERROS, FERVEDOURO, FLORESTAL, FORMIGA, FORMOSO, FORTALEZA DE MINAS, FORTUNA DE MINAS, FRANCISCO BADARÓ, FRANCISCO DUMONT, FRANCISCO SÁ, FRANCISCÓPOLIS, FREI GASPAR, FREI INOCÊNCIO, FREI LAGONEGRO, FRONTEIRA, FRONTEIRA DOS VALES, FRUTA DE LEITE, FRUTAL, FUNILÂNDIA, GALILÉIA, GAMELEIRAS, GLAUCILÂNDIA, GOIABEIRA, GOIANÁ, GONÇALVES, GONZAGA, GOUVEIA, GOVERNADOR VALADARES, GRÃO MOGOL, GRUPIARA, GUANHÃES, GUAPÉ, GUARACIABA, GUARACIAMA, GUARANÉSIA, GUARANI, GUARARÁ, GUARDA-MOR, GUAXUPÉ, GURINHATÃ, HELIODORA, IAPU, IBERTIOGA, IBIÁ, IBIAÍ, IBIRACATU, IBIRACI, IBIRITÉ, IBITIÚRA DE MINAS, IBITURUNA, ICARAÍ DE MINAS, IGARAPÉ, IGARATINGA, IGUATAMA, IJACI, ILICÍNEA, IMBÉ DE MINAS, INCONFIDENTES, INDAIABIRA, INDIANÓPOLIS, INGAÍ, INHAPIM, INHAÚMA, INIMUTABA, IPABA, IPANEMA, IPATINGA, IPIAÇU, IPUIUNA, IRAÍ DE MINAS, ITABIRA, ITABIRINHA, ITABIRITO, ITACAMBIRA, ITACARAMBI, ITAGUARA, ITAIPÉ, ITAJUBÁ, ITAMARANDIBA, ITAMARATI DE MINAS, ITAMBACURI, ITAMBÉ DO MATO DENTRO, ITAMOGI, ITAMONTE, ITANHANDU, ITANHOMI, ITAOBIM, ITAPAGIPE, ITAPECERICA, ITAPEVA, ITATIAIUÇÚ, ITAÚ DE MINAS, ITAÚNA, ITAVERAVA, ITINGA, ITUETA, ITUIUTABA, ITUMIRIM, ITURAMA, ITUTINGA, JABOTICATUBAS, JACINTO, JACUÍ, JACUTINGA, JAGUARAÇU, JAÍBA, JAMPRUCA, JANAÚBA, JANUÁRIA, JAPARAÍBA, JAPONVAR, JECEABA, JENIPAPO DE MINAS, JEQUERI, JEQUITAÍ, JEQUITIBÁ, JEQUITINHONHA, JESUÂNIA, JOAÍMA, JOANÉSIA, JOÃO MONLEVADE, JOÃO PINHEIRO, JOAQUIM FELÍCIO, JORDÂNIA, JOSÉ GONÇALVES DE MINAS, JOSÉ RAYDAN, JOSENÓPOLIS, JUATUBA, JUIZ DE FORA, JURAMENTO, JURUAIA, JUVENILIA, LADAINHA, LAGAMAR, LAGOA DA PRATA, LAGOA DOS PATOS, LAGOA DOURADA, LAGOA FORMOSA, LAGOA GRANDE, LAGOA SANTA, LAJINHA, LAMBARI, LARANJAL, LASSANCE, LAVRAS, LEANDRO FERREIRA, LEME DO PRADO, LEOPOLDINA, LIBERDADE, LIMA DUARTE, LIMEIRA DO OESTE, LONTRA, LUISBURGO, LUISLÂNDIA, LUMINÁRIA, LUZ, MACHACALIS, MACHADO, MADRE DE DEUS DE MINAS, MALACACHETA, MAMONAS, MANGA, MANHUAÇÚ, MANHUMIRIM, MANTENA, MAR DE ESPANHA, MARAVILHAS, MARIA DA FÉ, MARIANA, MARILAC, MÁRIO CAMPOS, MARIPÁ DE MINAS, MARLIÉRIA, MARMELÓPOLIS, MARTINHO CAMPOS, MARTINS SOARES, MATA VERDE, MATERLÂNDIA, MATEUS LEME, MATHIAS CARDOSO, MATIPÓ, MATO VERDE, MATOZINHOS, MATUTINA, MEDEIROS, MEDINA, MENDES PIMENTEL, MERCÊS, MESQUITA, MINAS NOVAS, MINDURI, MIRABELA, MIRADOURO, MIRAÍ, MIRAVÂNIA, MOEDA, MOEMA, MONJOLOS, MONSENHOR PAULO, MONTALVÂNIA, MONTE ALEGRE DE MINAS, MONTE AZUL, MONTE BELO, MONTE CARMELO, MONTE FORMOSO, MONTE SANTO DE MINAS, MONTE SIÃO, MONTES CLAROS, MONTEZUMA, MORADA NOVA DE MINAS, MORRO DA GARÇA, MORRO DO PILAR, MUNHOZ, MURIAÉ, MUTUM, MUZAMBINHO, NACIP RAYDAN, NANUQUE, NAQUE, NATALÂNDIA, NATÉRCIA, NAZARENO, NEPOMUCENO, NINHEIRA, NOVA BELÉM, NOVA ERA, NOVA LIMA, NOVA MÓDICA, NOVA PONTE, NOVA PORTEIRINHA, NOVA RESENDE, NOVA SERRANA, NOVA UNIÃO, NOVO CRUZEIRO, NOVO ORIENTE DE MINAS, NOVORIZONTE, OLARIA, OLHOS-D'ÁGUA , OLÍMPIO NORONHA, OLIVEIRA, OLIVEIRA FORTES, ONÇA DE PITANGUI, ORATÓRIOS, ORIZÂNIA, OURO BRANCO, OURO FINO, OURO PRETO, OURO VERDE DE MINAS, PADRE CARVALHO, PADRE PARAÍSO, PAI PEDRO, PAINEIRAS, PAINS, PAIVA, PALMA, PALMÓPOLIS, PAPAGAIOS, PARÁ DE MINAS, PARACATU, PARAGUAÇU, PARAISÓPOLIS, PARAOPEBA, PASSA QUATRO, PASSA TEMPO, PASSA VINTE, PASSABÉM, PATIS, PATOS DE MINAS, PATROCÍNIO, PATROCÍNIO DO MURIAÉ, PAULA CÂNDIDO, PAULISTAS, PAVÃO, PEÇANHA, PEDRA AZUL, PEDRA BONITA, PEDRA DO ANTA, PEDRA DO INDAIÁ, PEDRA DOURADA, PEDRALVA, PEDRAS DE MARIA DA CRUZ, PEDRINÓPOLIS, PEDRO LEOPOLDO, PEDRO TEIXEIRA, PEQUERI, PEQUI, PERDIGÃO, PERDIZES, PERDÕES, PERIQUITO, PESCADOR, PIAU, PIEDADE DE CARATINGA, PIEDADE DE PONTE NOVA, PIEDADE DO RIO GRANDE, PIEDADE DOS GERAIS, PIMENTA, PINGO-D'ÁGUA, PINTÓPOLIS, PIRACEMA, PIRAJUBA, PIRANGA, PIRANGUÇU, PIRANGUINHO, PIRAPETINGA, PIRAPORA, PIRAÚBA, PITANGUI, PIUMHI, PLANURA, POÇO FUNDO, POÇOS DE CALDAS, POCRANE, POMPÉU, PONTE NOVA, PONTO CHIQUE, PONTO DOS VOLANTES, PORTEIRINHA, PORTO FIRME, POTÉ, POUSO ALEGRE, POUSO ALTO, PRADOS, PRATA, PRATÁPOLIS, PRATINHA, PRESIDENTE BERNARDES, PRESIDENTE JUSCELINO, PRESIDENTE KUBITSCHECK, PRESIDENTE OLEGÁRIO, PRUDENTE DE MORAIS, QUARTEL GERAL, QUELUZITO, RAPOSOS, RAUL SOARES, RECREIO, REDUTO, RESENDE COSTA, RESPLENDOR, RESSAQUINHA, RIACHINHO, RIACHO DOS MACHADOS, RIBEIRÃO DAS NEVES, RIBEIRÃO VERMELHO, RIO ACIMA, RIO CASCA, RIO DO PRADO, RIO DOCE, RIO ESPERA, RIO MANSO, RIO NOVO, RIO PARANAÍBA, RIO PARDO DE MINAS, RIO PIRACICABA, RIO POMBA, RIO PRETO, RIO VERMELHO, RITÁPOLIS, ROCHEDO DE MINAS, RODEIRO, ROMARIA, ROSÁRIO DA LIMEIRA, RUBELITA, RUBIM, SABARÁ, SABINÓPOLIS, SACRAMENTO, SALINAS, SALTO DA DIVISA, SANTA BÁRBARA, SANTA BÁRBARA DO LESTE, SANTA BÁRBARA DO MONTE VERDE, SANTA BÁRBARA DO TUGÚRIO, SANTA CRUZ DE MINAS, SANTA CRUZ DE SALINAS, SANTA CRUZ DO ESCALVADO, SANTA EFIGÊNIA DE MINAS, SANTA FÉ DE MINAS, SANTA HELENA DE MINAS, SANTA JULIANA, SANTA LUZIA, SANTA MARGARIDA, SANTA MARIA DE ITABIRA, SANTA MARIA DO SALTO, SANTA MARIA DO SUAÇUÍ, SANTA RITA DE CALDAS, SANTA RITA DE IBITIPOCA, SANTA RITA DE JACUTINGA, SANTA RITA DE MINAS, SANTA RITA DO ITUETO, SANTA RITA DO SAPUCAÍ, SANTA ROSA DA SERRA, SANTA VITÓRIA, SANTANA DA VARGEM, SANTANA DE CATAGUASES, SANTANA DE PIRAPAMA, SANTANA DO DESERTO, SANTANA DO GARAMBÉU, SANTANA DO JACARÉ, SANTANA DO MANHUAÇU, SANTANA DO PARAISO, SANTANA DO RIACHO, SANTANA DOS MONTES, SANTO ANTÔNIO DO AMPARO, SANTO ANTÔNIO DO AVENTUREIRO, SANTO ANTÔNIO DO GRAMA, SANTO ANTÔNIO DO ITAMBÉ, SANTO ANTÔNIO DO JACINTO, SANTO ANTÔNIO DO MONTE, SANTO ANTÔNIO DO RETIRO, SANTO ANTÔNIO DO RIO ABAIXO, SANTO HIPÓLITO, SANTOS DUMONT, SÃO BENTO ABADE, SÃO BRÁS DO SUAÇUI, SÃO DOMINGOS DAS DORES, SÃO DOMINGOS DO PRATA, SÃO FÉLIX DE MINAS, SÃO FRANCISCO, SÃO FRANCISCO DE PAULA, SÃO FRANCISCO DE SALES, SÃO FRANCISDO DO GLÓRIA, SÃO GERALDO, SÃO GERALDO DA PIEDADE, SÃO GERALDO DO BAIXIO, SÃO GONÇALO DO PARÁ, SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO, SÃO GONÇALO DO RIO PRETO, SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ, SÃO GOTARDO, SÃO JOÃO BATISTA DO GLÓRIA, SÃO JOÃO DA LAGOA, SÃO JOÃO DA MATA, SÃO JOÃO DA PONTE, SÃO JOÃO DAS MISSÕES, SÃO JOÃO DEL REI, SÃO JOÃO DO MANHUAÇU, SÃO JOÃO DA MANTENINHA, SÃO JOÃO DO ORIENTE, SÃO JOÃO DO PACUI, SÃO JOÃO DO PARAISO, SÃO JOÃO EVANGELISTA, SÃO JOÃO NEPOMUCENO, SÃO JOAQUIM DE BICAS, SÃO JOSÉ DA BARRA, SÃO JOSÉ DA LAPA, SÃO JOSÉ DA SAFIRA, SÃO JOSÉ DA VARGINHA, SÃO JOSÉ DO ALEGRE, SÃO JOSÉ DO DIVINO, SÃO JOSÉ DO GOIABAL, SÃO JOSÉ DO JACURI, SÃO JOSÉ DO MANTIMENTO, SÃO LOURENÇO, SÃO MIGUEL DO ANTA, SÃO PEDRO DA UNIÃO, SÃO PEDRO DO SUAÇUI, SÃO PEDRO DOS FERROS, SÃO ROMÃO, SÃO ROQUE DE MINAS, SÃO SEBASTIÃO DA BELA VISTA, SÃO SEBASTIÃO DA VARGEM ALEGRE, SÃO SEBASTIÃO DO ANTA, SÃO SEBASTIÃO DO MARANHÃO, SÃO SEBASTIÃO DO OESTE, SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO, SÃO SEBASTIÃO DO RIO PRETO, SÃO SEBASTIÃO DO RIO VERDE, SÃO THOMÉ DAS LETRAS, SÃO TIAGO, SÃO TOMÁS DE AQUINO, SÃO VICENTE DE MINAS, SAPUCAÍ-MIRIM, SARDOÁ, SARZEDO, SEM-PEIXE, SENADOR AMARAL, SENADOR CORTES, SENADOR FIRMINO, SENADOR JOSÉ BENTO, SENADOR MODESTINO GONÇALVES, SENHORA DE OLIVEIRA, SENHORA DO PORTO, SENHORA DOS REMÉDIOS, SERICITA, SERITINGA, SERRA AZUL DE MINAS, SERRA DA SAUDADE, SERRA DO SALITRE, SERRA DOS AIMORÉS, SERRANIA , SERRANÓPOLIS DE MINAS, SERRANOS, SERRO, SETE LAGOAS, SETUBINHA, SILVERÂNIA, SILVIANÓPOLIS, SIMÃO PEREIRA, SIMONÉSIA, SOBRÁLIA, SOLEDADE DE MINAS, TABULEIRO, TAIOBEIRAS, TAPARUBA, TAPIRA, TAPIRAÍ, TAQUARAÇU DE MINAS, TARUMIRIM, TEIXEIRAS, TEÓFILO OTONI, TIMÓTEO, TIRADENTES, TIROS, TOCANTINS, TOCOS DO MOJI, TOLEDO, TOMBOS, TRÊS CORAÇÕES, TRÊS MARIAS, TRÊS PONTAS, TUMIRITINGA, TUPACIGUARA, TURMALINA, TURVOLÂNDIA, UBÁ, UBAÍ, UBAPORANGA, UBERABA, UBERLÂNDIA, UMBURATIBA, UNAÍ, UNIÃO DE MINAS, URUCÂNIA, URUCUIA, VARGEM ALEGRE, VARGEM BONITA, VARGEM GRANDE DO RIO PARDO, VARGINHA, VARJÃO DE MINAS, VÁRZEA DA PALMA, VARZELÂNDIA, VAZANTE, VERDELÂNDIA, VEREDINHA, VERÍSSIMO, VERMELHO NOVO, VESPASIANO, VIÇOSA, VIEIRAS, VIRGEM DA LAPA, VIRGÍNIA, VIRGINÓPOLIS, VIRGOLÂNDIA, VISCONDE DO RIO BRANCO, VOLTA GRANDE, WENCESLAU BRAZ, ENTIDADES SINDICAIS agrupadas no Plano da CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura, no uso de suas atribuições estatutárias e legais, em conformidade com o Decreto Lei nº 1166/71, alterado pela Lei 9.701/96; artigos 582 e 610 da CLT, com as alterações trazidas pela Lei 13.467/17, faz saber aos trabalhadores rurais, assalariados(as) rurais, agricultores familiares, proprietários ou não, que exercem atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executado em condições de mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros; Assentados e parceleiros da reforma agrária, pescadores e garimpeiros artesanais que trabalham por conta própria e não tenham empregados rurais, que as guias para o recolhimento da Contribuição Sindical Rural de todos os membros que integram a categoria de trabalhadores(as) rurais estão à disposição no site da FETAEMG – www.fetaemg.org.br, observado o prazo de pagamento fixado na própria guia, bem como o que dispõem os artigos 578 e 579 da CLT com redação dada pela Lei nº 13.467/2017. O recolhimento deverá ser efetuado nas agências do Branco do Brasil e agências bancárias credenciadas. Maiores informações podem ser obtidas na Fetaemg através do telefone (31) 3073-0000 – pelo e-mail fetaemg@fetaemg.org.br e nos Sindicato de Trabalhadores (as) Rurais de cada município. Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2018. Vilson Luiz da Silva – Presidente Fetaemg.

COMARCA DE BELO HORIZONTE - MG - 8ª VARA CÍVEL - EDITAL DE CITAÇÃO - O Dr Alexandre Magno Mendes do Valle, MM. Juiz de Direito Titular da Oitava (8ª) Vara Cível, na forma da Lei, etc... FAZ SABER a todos quantos, o presente edital com prazo de 30 (trinta) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que processa-se perante este Juízo e Secretaria, Ação de Busca/Apreensão, processo nº 0024.11.177.337-0, proposta por BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento em face de Adolfo Lucena da Silva. Tem o presente o condão de citar Adolfo Lucena da Silva, CPF nº 073.776.626-38, que se encontra em lugar incerto e não sabido, para querendo, em quinze (15) dias, após findo o prazo deste edital, apresentar contestação, ou pagar a integralidade da dívida pendente , conforme § 2 º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, com alteração dada pela Lei 10.931, de 02 de agosto de 2004, em caso de revelia será nomeado curador especial. Advogado: Leonardo da Silva Amorim OAB/MG 137.230. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, expediu-se este edital, que será afixado no local de costume e tendo em vista que, no memento, não existem os sítios eletrônicos mencionados no art. 257, II, do Código Processo Civil, fica autorizada a publicação do edital em jornal local de ampla circulação, com fundamento no parágrafo único do mesmo diploma legal. Belo Horizonte, 31 de Agosto de 2017. K-28/02e01/03

EDITAL DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXERCÍCIO 2018

Pelo presente edital, o **Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Urbanos, Vias Internas e Públicas, de Lavras e Região**, com base territorial em Lavras, Bom Sucesso, Campo Belo, Cana Verde , Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Ijaci,Ingaí, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Nepomuceno, Perdões, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo e São Francisco de Paula - STTRLAVRAS, CNPJ 19.090.752/0001-19, com sede na Avenida Juscelino Kubitscheck, nº 666 - Centro - Lavras/MG - CEP 37.200-000; NOTIFICA AS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE PASSAGEIROS (URBANO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL, FRETAMENTO E TURISMO) DO TRANSPORTE DE CARGA EM GERAL (LEIS 12.619/12-13.103/15) E AS EMPRESAS QUE EMPREGAM TRABALHADORES NAS CATEGORIAS DIFERENCIADAS, SEJAM NO COMÉRCIO, INDÚSTRIA, AGRICULTURA, CRÉDITO, EDUCAÇÃO E CULTURA, COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE, ASSEIO E CONSERVAÇÃO, que possuem em seu quadro de funcionários: trabalhadores da categoria profissional, aqueles que laboram com vínculo empregatício e tem subordinação hierárquica na base territorial acima mencionada, mesmo que sejam de formas avulsas ou temporárias, em empresas de transportes de passageiros; transportes de fretamentos; transportes de turismo; transporte escolar; transportes e coletas de: cargas sólidas; cargas líquidas em garrafas, tambores e tanques; produtos perecíveis; produtos agrícolas, pecuários, florestais, sucoalcoleiros; produtos gasosos, explosivos, inflamáveis, corrosivos; motoristas e condutores de veículos nos transportes de: logísticas e multimodais; produtos industrializados em confecções, artefatos de couros, alimentos; cargas próprias; comércios atacadistas e varejistas; documentos bancários; minérios brutos e beneficiados; em empresas de asseios, conservações, coletas de lixos urbanos, hospitalares e industriais; transportes terceirizados; transportes na construção pesada, civil e do mobiliário; operadores de máquinas móveis, equipamentos leves e pesados cuja atividade profissional para locomoção seja exigida CNH - Carteira Nacional de Habilitação; motoristas, condutores e ajudantes de motoristas empregados de empresas de quaisquer atividades econômicas; movimentadores de mercadorias transportadas; com observância também no § 3º do artigo 511 da Consolidação das Leis do Trabalho, todos com atuação Municipal, Urbana, Intermunicipal, Interestadual, Internacional, Áreas Internas e Vias Públicas; para que fiquem OBRIGADAS A EFETUAREM O DESCONTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL EXERCÍCIO 2018 de seus empregados representados por este Sindicato, conforme determina o Art. 511, da CLT, em seus parágrafos 3º, 582 da CLT, Leis 12.619/12 e 13.103/15; observando o disposto nos artigos 8º, incisos III, IV e VI; 7º e XXVI da Constituição Federal, c/c com os artigos 545, 543 alínea "e" e 462, 578, 579, 580, e 582 da CLT, tudo em observância no que dispõe a Lei 13.467/2017, conforme autorização prévia e expressa para cobrança da Contribuição Sindical Profissional, dada pela categoria em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas conforme a seguir: a) Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 15/01/2018 conforme Edital publicado no Jornal Hoje em Dia edição do dia 05/01/2018 com os empregados da categoria profissional vinculados as empresas e transportadores de passageiros interestadual, intermunicipal, fretamento e turismo; STTRLAVRAS X SINDPAS; b) Assembleias realizadas nos dias: 16 a 18 de janeiro de 2018 conforme edital publicado no Jornal Hoje em Dia edição do dia 05/01/2018, para os Trabalhadores em Transportes: Motoristas, Ajudantes, Conferentes, Mecânicos, Pessoal de Escritório e Manutenção em Geral, lotados nas empresas de Carga em Geral da Cidade de Lavras/MG, bem como nas bases territoriais: Bom Sucesso, Campo Belo, Cana Verde, Carmo da Cachoeira, Coqueiral, Ijaci, Ingaí, Itumirim, Itutinga, Luminárias, Nepomuceno, Perdões, Ribeirão Vermelho, Santana do Jacaré, Santo Antônio do Amparo e São Francisco de Paula-MG; STTRLAVRAS X SETCEMG, STTRLAVRASXSETSUL. O referido desconto deverá ser efetuado sobre os salários de março do corrente ano e recolhido em estabelecimento bancário credenciado pela Caixa Econômica Federal até o dia 30 de abril de 2018. O não recolhimento na data prevista implicará em multa prevista no Art. 600 da CLT. As guias de recolhimento estão disponíveis pelo site: www.caixa.gov.br e caso a empresa não consiga retirar via internet, poderá solicitar informações junto ao STTRLAVRAS, a Avenida Juscelino Kubitscheck, nº 666 - Centro - Lavras/MG; Tel.: (35) 3821-4712, horário de 08:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00h. Lavras, 27/02/2018. Geraldo de Melo Ferreira - Presidente.

EDITAL
Recolhimento da Contribuição Sindical Profissional do ano de 2018

O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO DE ITABIRA/MG, SANTA BÁRBARA/MG, BARÃO DE COCAIS/MG E SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG, com sede social na Rua Esmeralda, nº 531 B, Centro, Itabira/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 05.918.904/0001-14, com Código Sindical 915.561.090.91007-7, por seu presidente eleito, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e atendendo ao que dispõe o Art. 605, da Consolidação das Leis do Trabalho e mediante a aprovação pelos trabalhadores da categoria, em assembleia realizada no dia 23/02/2018, ás 17:00 horas, sede do Sindicato na Rua Esmeralda, nº 531B, Centro, Itabira/MG, em primeira convocação com 2/3 da categoria, ou meia hora após, em segunda convocação, com qualquer número de presentes, comunica as empresas e empregadores (inclusive empreiteiros e condomínios) da Construção Civil e do 3º Grupo (indústrias de Mármores e Granitos, Cal e Gesso, Produtos e Artefatos de Cimento e Cerâmica e Olaria para Construção) do Plano de Enquadramento Sindical descritas no quadro aludido no Art. 577, da CLT, dos municípios de Itabira, Santa Bárbara, Barão de Cocais e São Gonçalo do Rio Abaixo; para o regular recolhimento da Contribuição Sindical Urbana Profissional referente exercício 2018, bem como a regularização de recolhimento pendentes (no caso de contribuintes inadimplentes) da referida Contribuição dos exercícios 2013, 2014, 2015,2016 e 2017, contribuição devida por força do que estabelecem os artigos 579 a 591 da CLT. O pagamentos da referida Contribuição poderá até 30(trinta) de abril de 2018, em qualquer estabelecimento integrante do sistema nacional de compensação bancária, como a da GRCSU – Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana. O não recolhimento da Contribuição à entidade sindical implicará na aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre a contribuição, nos 30 (trinta) primeiros dias, acrescidas de 2% (dois por cento) por mês subsequente de atraso, mais 1% (um por cento) de juros ao mês, ou fração de mês. O não recolhimento da Contribuição Sindical em foco implicará na Cobrança Judicial dos valores devidos, conforme exigência contida no artigo 606 da CLT, posteriormente, remeter ao Sindicato: a) relação nominal dos empregados contribuintes, com função e salário percebido no mês e o respectivo valor recolhido; b) cópia da GRCSU devidamente quitada. As guias de recolhimento são enviadas pela Entidade Sindical Profissional, devendo as empresas e empregadores que não receberem até 31/03/2018 solicitá-las diretamente na sede do Sindicato no endereço supra ou através do endereço eletrônico: sinticonitabira@yahoo.com.br ou sticita@veloxmail.com.br.
Maiores informações no telefone (031) 3831-8373 e endereço eletrônico: sinticonitabira@yahoo.com.br ou sticita@veloxmail.com.br.
Itabira, 26 de fevereiro de 2018.

FRANCISCO DE PAULA COSTA
Presidente

UNISSUL SUPERMERCADOS S/A - CNPJ 06.311.489/0001-07 - NIRE 3130001992-6
AVISO AOS ACIONISTAS - Acham-se à disposição dos senhores acionistas da UNISSUL SUPERMERCADOS S/A, inscrita no CNPJ 06.311.489/0001-07, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, com exceção do documento previsto no inciso III, não aplicável ao caso. A documentação encontra-se disponível na sede social da Companhia, localizada na Rua Gaspar Lopes, nº 81, Centro, na cidade de Alfenas/MG e também na sua filial de Pouso Alegre/MG, localizada na Rua das Quaresmeiras, nº 500, Distrito Industrial, locais onde as cópias poderão ser obtidas. Alfenas, 28 de fevereiro de 2018. **Carlos Magno de Souza Fonseca** - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS MG

Aviso de Concorrência nº 002/2018. O Município de Buritis – MG, através da Comissão Permanente de Licitação, sediada à Avenida Bandeirantes, Nº 723 Centro em Buritis – MG, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar ás 09h00min, do dia 09 de Abril, em sua sede, licitação na modalidade Concorrência, com o Objetivo de prestação de serviços de execução de obra para conclusão da Creche Proinfancia Tipo "C", no Distrito de São Pedro do Passa Três. Buritis, 28 de Fevereiro de 2018. Vânia Ferreira da Costa. Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEUS LEME/MG, por meio da sua Assessoria de Licitações e Contratos, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade **PREGAO PRESENCIAL 010/2018, mediante Sistema de Registro de Preços**, cujo objeto é a aquisição de **LÂMINAS DE CORTE PARA MÁQUINAS PESADAS**, **conforme especificações do ANEXO I do edital**. A abertura está prevista para o dia **14/03/2018, às 08:30 horas**. Cópias do Edital poderão ser adquiridas até o dia **14/03/2018**, na Sede da Prefeitura, localizada à Rua Pereira Guimarães, nº 08, Centro, Assessoria de Licitações e Contratos, no horário de **08:00 às 16:00** hs. ao preço de R$ 10,00 **mais taxa de expediente,** ou gratuitamente pelo site: www.mateusleme.mg.gov.br. Outras informações pelos telefones (31) 3537-5805 ou 3537-5829.
Adm. Sérgio Guimarães Leite – Assessor de Licitações e Contratos.
Mateus Leme, 28 de fevereiro de 2018.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – A Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Petroleiros no Estado de Minas Gerais Ltda - COPETRO, usando das suas atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os seus 1.473 (hum mil, quatrocentos e setenta e tres) associados para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, que se realizará em sua sede social, situada na Av. Paraná, nº 485 - quinto andar, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no próximo dia 28/03/2018(vinte e oito dias, do mês de março, do ano de dois mil e dezoito), em primeira convocação às 16:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total dos associados. Caso não haja número legal para a instalação da Assembléia, ficam desde já convocados para a segunda convocação, às 17:00 horas, no mesmo dia e local, com a presença de metade e mais 1(um) do número total dos associados. Persistindo a falta de "quorum legal", a Assembléia, realizar-se-á, então, no mesmo dia e local, em terceira e última convocação, às 18:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) - Leitura, para discussão e aprovação, do Relatório do Conselho de Administração, Parecer do Auditor Independente, Parecer do Conselho Fiscal, Demonstração das Sobras e demais contas dos semestres encerrados em 30 de junho e 31 de dezembro de 2017; b) - Destinação das Sobras apuradas no exercício de 2017, deduzidas as parcelas para os Fundos obrigatórios (FATES e Reserva Lega); c) - Uso e aplicação do FATES; d) Eleição para renovação do Conselho Fiscal (conforme Resolução do Bacen 3041/02 do Bacen) e)- Assuntos de interesse geral. Belo Horizonte, 15 de fevereiro de 2018. Ignácia Luiza Costa Pinto de Pádua – Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACARAMBI - MG

AVISO DE LICITAÇÃO, concorrência pública nº 01/2018 processo nº 19/2018, Objeto: Concessão de uso de prédios públicos para exploração comercial, localizados no Terminal Rodoviário Miguel Carneiro, na Praça Cais do Água Viva e na comunidade de Fabião II, durante 48 meses. Inicio da sessão 04/04/2018, as 08h30mim. Nívea Maria de Oliveira - Prefeita Municipal. **Informações e Esclarecimentos:** (38) 3613-2171 ou (38) 3613-2550. Edital disponível para fornecimento via email licitação@itacarambi.mg.gov.br pelo site www.itacarambi.mg.gov.br ou diretamente no Setor de Licitação e Contratos.

PODER JUDICIÁRIO. JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VARGINHA/MG – 1ª VARA FEDERAL. EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. SÉRGIO SANTOS MELO, JUIZ FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL DE VARGINHA/MG, SEÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, NA FORMA DA LEI, FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo Federal, tramita o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA N.° 2008.38.09.005034-1, que o(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL move em face de ANDERSON KATSUJI HAMADA E OUTROS, objetivando o pagamento de dívida de R$ 48.211,87 (quarenta e oito mil duzentos e onze reais e oitenta e sete centavos), atualizada até 05/07/2017, conforme Demonstrativo de Débito. Tendo em vista que a(o) executado(a) encontra-se atualmente em lugar incerto, pelo presente edital, com prazo de 30 (trinta) dias, INTIMA JOSÉ NORDÉLIO VIEIRA DE LIMA, CPF 348.700.997-91, e MARIA ANTÔNIA PINTO VIEIRA, CPF N° 163.811.736-53, para, nos termos do disposto no artigo 523, caput do CPC, comprovarem, no prazo de 15 (quinze) dias, o cumprimento do julgado. Transcorrido o referido prazo sem que haja o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que os executados, independentemente de penhora ou nova intimação, apresentem, nos próprios autos, suas impugnações consoante o preceituado no artigo 525 do CPC. O presente edital será publicado e afixado, na forma da lei, na sede desta Subseção Judiciária de Varginha/MG, na Av. Princesa do Sul, 1855, Bairro Rezende, Varginha/MG - Dado e passado nesta Cidade de Varginha, em 16/11/2017. Eu, (Emane de Oliveira Medeiros), Diretor de Secretaria, conferi. SÉRGIO SANTOS MELO.Juiz Federal da 1ª Vara.

EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

O **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINDADOS / MG**, entidade sindical inscrita no CNPJ sob o número 19.715.739/0001-08, com sede à Rua David Campista, 150, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, CEP: 30.150-090, em cumprimento ao disposto no artigo 8º, IV e 149, ambos da Carta Magna; aos dispositivos pertinentes do Código Tributário Nacional; aos artigos 578 e seguintes da CLT; ao art. 602 da CLT e observado o procedimento previsto no artigo 605 da norma celetista, comunica a todas as empresas de processamento de dados, serviços de informática e similares do estado de Minas Gerais, que tenham empregados da categoria representada por este sindicato na sua respectiva base territorial, que a contribuição sindical de seus obreiros, associados ou não, deve ser descontada na folha de pagamento do mês de março de 2018 e recolhida até o fim do mês de abril de 2018, na importância correspondente a 01 (um) dia de trabalho de cada trabalhador (1/30 (um trinta avos) do salário/vencimento do mês do desconto), tudo, conforme prévia e expressamente autorizado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na sede da entidade no dia 22/02/2018, no particular, respeitando integralmente a Lei 13.467/17. A referida contribuição sindical deverá ser recolhida em guia própria a ser obtida junto ao SINDADOS-MG, pelo e-mail sindados@sindados-mg.org.br ou através do telefone (31) 3237.7600, recolhendo os valores descontados à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil, ou aos estabelecimentos bancários nacionais, integrantes do sistema de arrecadação de tributos federais (art. 586 da CLT), em nome do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINDADOS / MG, CNPJ: 19.715.739/0001-08, conforme determinações legais aplicáveis, tudo, sob as penas da Lei, inclusive, com a cobrança executiva judicial, acrescido de juros e correção monetária. As guias pagas devem ser remetidas à entidade sindical, em conjunto a relação nominal dos contribuintes ou cópias das folhas de pagamento, com o valor da remuneração do mês de recolhimento, o desconto e a função de cada empregado, respeitando-se, para tanto, o prazo máximo de 30 dias após o desconto. No caso de existência de débitos em atraso, o acerto pode ser realizado diretamente na sede da entidade, no endereço inicialmente citado.
Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2018.
Rosane Maria Cordeiro - Diretora Administrativa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 019/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2018
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO AO CRAS, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para conhecimento dos interessados, que está instaurando o processo, através do presente instrumento, nos termos da Lei 10.520/02. REALIZAÇÃO : 12/03/2018 ÁS 09:00 HORAS. LOCAL : SALA DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS. INFORMAÇÕES: (031) 3736-1515 OU 31- 98359-7922. E-MAIL- compras@desterrodeentrerios.mg.gov.br
PREFEITURA MUNICIPAL DE DESTERRO DE ENTRE RIOS, 22 DE FEVEREIRO DE 2018
Antônio Pereira de Morais – Prefeito Municipal
Janice Aparecida de Morais Lima – Pregoeira

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS DE MINAS GERAIS - Recolhimento da Contribuição Sindical - Pelo presente Edital, o Sindicato dos Empregados nas Empresas de Refeições Coletivas de Minas Gerais, representante da categoria, faz saber aos senhores empregadores de refeições coletivas e merenda escolar de Minas Gerais, que conforme dispões o art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desconto da contribuição sindical de seus empregados equivalente a um dia de trabalho, que será repassado a esse sindicato, o desconto deverá ser efetuado até 31 de março de 2018, e recolhido em estabelecimento bancário credenciado pela caixa Econômica Federal, até dia 30 de abril de 2018, impreterivelmente. Ficam os interessados cientificados, desde já que o não recolhimento da contribuição sindical de seus empregados até o dia 30 de abril de 2018, importará na multa de 10% (dez por cento) nos 30 primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente e juros de 1% (um por cento) mais correção monetária , conforme estabelece o art. 600 da Consolidações das Leis do Trabalho. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até 30 de março de 2018 solicitá-las na sede desta entidade. Belo Horizonte, 27 de Fevereiro de 2018. Edvânio Sampaio Dias- Presidente

A SATEL SAFAR E O SITICOP/MG FIRMARAM ACORDO PARA O PAGAMENTO DAS PLR´S RELATIVAS AOS ANOS DE 2008/2012. ASSIM OS EX EMPREGADOS DA SATEL SAFAR QUE TRABALHARAM NESTE PERÍODO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, DEVEM PROCURAR A SATEL OU UMA DAS DELEGACIAS DO SITICOP/MG OU CONTATAR O SINDICATO (31-3217-7200), PARA OBTER AS INFORMAÇÕES DE COMO RECEBER EVENTUAIS CRÉDITOS QUE TENHAM DIREITO. OS EMPREGADOS DEVEM ESTAR EM POSSE DA CTPS, DADOS BANCÁRIOS DE SUA TITULARIDADE (INVENTARIANTE OU HERDEIRO DEVE COMPROVAR DOCUMENTALMENTE SUA CONDIÇÃO).

SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS DE MINAS GERAIS - Recolhimento da Contribuição Sindical - Pelo presente Edital, o Sindicato dos Empregados nas Empresas de Refeições Coletivas de Minas Gerais, representante da categoria, faz saber aos senhores empregadores de refeições coletivas e merenda escolar de Minas Gerais, que conforme dispões o art. 582 da Consolidação das Leis do Trabalho, o desconto da contribuição sindical de seus empregados equivalente a um dia de trabalho, que será repassado a esse sindicato, o desconto deverá ser efetuado até 31 de março de 2018, e recolhido em estabelecimento bancário credenciado pela caixa Econômica Federal, até dia 30 de abril de 2018, impreterivelmente. Ficam os interessados cientificados, desde já que o não recolhimento da contribuição sindical de seus empregados até o dia 30 de abril de 2018, importará na multa de 10% (dez por cento) nos 30 primeiros dias, com adicional de 2% (dois por cento) ao mês subsequente e juros de 1% (um por cento) mais correção monetária , conforme estabelece o art. 600 da Consolidações das Leis do Trabalho. As guias de recolhimento já estão sendo expedidas, devendo os empregadores que não as receber até 30 de março de 2018 solicitá-las na sede desta entidade. Belo Horizonte, 27 de Fevereiro de 2018. Edvânio Sampaio Dias- Presidente

EDITAL DE INTIMAÇÃO

FERNANDO PEREIRA DO NASCIMENTO, Oficial do 1° Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte, situado na Rua Rio de Janeiro, 1611, Bairro de Lourdes, Belo Horizonte/MG, segundo as atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei n° 9.514/97, faz saber a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que fica **INTIMADO** o devedor fiduciante **Flavio Mendonça Brito**, para satisfazer, no prazo de 15 (quinze) dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, conforme planilha disponível na sede da serventia protocolizada sob o n° **456063**, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referente ao Contrato de Financiamento Imobiliário n° 201522207, garantido por **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**, firmado com **Banco Inter S/A** em 09/10/2015, registrado nesta Serventia sob o **R-11** da matrícula n° **19.206**, do imóvel situado na **Rua Professor José Renault, n°. 277 / Apto. 202, Bairro São Bento**, nesta cidade de Belo Horizonte/MG, com saldo devedor no valor de **R$ 14.391,62** em 19/02/2018. O pagamento deverá ser procedido diretamente ao credor na agência bancária onde foi efetuado o contrato de financiamento, devendo o recibo ser apresentado nesta Serventia. Poderá ainda o pagamento ser procedido diretamente na sede da serventia, mediante cheque administrativo ou visado, nominal ao credor fiduciário. Na oportunidade, fica V.Sa. cientificado que o não cumprimento das referidas obrigações, no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do Credor Fiduciário - Banco Inter S/A - nos termos do art. 26. § 7o da Lei 9.514/97. Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2018 p/Fernando Pereira do Nascimento - Oficial de Registro e Leonardo Schneider-Escrevente Autorizado.

REGISTRO DE IMÓVEIS DE BETIM - EDITAL DE INTIMAÇÃO - Vander Zambeli Vale, Oficial de Registro de Imóveis de Betim-MG, na forma da Lei, etc... utilizando-se das atribuições conferidas pelo art. 26 da Lei 9.514/97, bem como pela credora do contrato de financiamento imobiliário n. 844440568263-9, **INTIMA a Sra.** AMANDA GONÇALVES LEITE MORAES, sendo que a mesma encontra-se em local incerto e não sabido, para satisfazer, no prazo de 15 dias, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação, referentes ao contrato de compra e venda garantido por Alienação Fiduciária, registrado sob o número 10, na matrícula 112.544, desta Serventia, referente ao imóvel caracterizado situado na **RUA CAMBARÁ, Nº 267, APTO 301, PREDIO 06, SANTO ANTÔNIO, BETIM-MG, com saldo devedor que, em 09/02/2018, perfazia o montante de R$43.913,53 (quarenta e três mil, novecentos e treze reais e cinquenta e três centavos),** relativos às prestações, até então vencidas, devendo comparecer a este Serviço de Registro de Imóveis, situado à Av. Governador Valadares, 510, 3º andar, Centro, Betim, onde deverá efetuar o pagamento do débito acima discriminado, purgando-se a mora, sob pena de se Consolidar a Propriedade em nome do credor fiduciário. Dado e passado nesta cidade de Betim em 09 de fevereiro de 2018. O Oficial, (ass.) **Vander Zambeli Vale.**
Rafaela Diniz Silva
Escrevente Autorizada

Edital de Convocação

O Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais- ASPRA/PMBM, Marco Antônio Bahia Silva, 3º SGT PM, no uso de suas atribuições estatutárias (ART.10º, I) convoca todos os associados da entidade, para a Assembleia Geral Extraordinária, com a finalidade de cumprir os Art 8º e Art.10º- II, III e IV. A pauta será: Aprovar a instituição de Reserva Particular Ecológica em áreas pertencentes a terreno de propriedade dessa instituição, localizado no bairro Maria Helena, em Venda Nova, Belo Horizonte, Minas Gerais. A referida AGE, será realizada no dia 16/03/2018, a Rua Álvares Maciel,108, Santa Efigênia, BH/MG, em primeira chamada as 08horas, com maioria absoluta dos associados e em segunda e última chamada, as 08hs e 30min., com qualquer número de associados.
A assembleia somente deliberará, sobre o assunto constante desta pauta.

Belo Horizonte, 01 de março de 2018.

Marco Antônio Bahia Silva, 3º SGT PM
Presidente da ASPRA/PMBM

Edital de Leilão
Prefeitura Municipal de Alfenas
Edital de Leilão 001/2018 – Proc. 064/2018 – O **Leiloeiro Jonas Gabriel Antunes Moreira**, JUCEMG 638, torna público que levará a leilão em 20/03/2018, às 13:00, na sala de licitações situada a Rua João Luiz Alves, 181, centro Alfenas, os bens inservíveis desta Prefeitura, sendo veículos, sucatas de veículos e outros. Informações, fotos e edital no site: www.jonasleiloeiro.com.br ou pelo fone: 37-3402-2001

V I A Ç Ã O B R A S I L I A S/A.
Rod. MG 5, s/nº KM 8 - B. Nações Unidas
Sabará/MG – CEP 34590-390
JUCEMG NIRE – 313.0011035-4
CNPJ 17.183.633/0001-85
ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de Fevereiro de 2018, às 11:00 horas, na sede social da VIAÇÃO BRASILIA S/A., situada na Rodovia MG 5, s/nº - KM 8 – Bairro Nações Unidas, em Sabará/MG) CEP 34590-390, reuniram-se os acionistas titulares de 100% (cem por cento) das ações representativas do seu Capital Social. Dispensada a convocação, na forma do art. 124, § 4º, da lei nº 6404/76, foi regularmente instalada a assembléia, sendo eleitas para ocuparem os cargos de Presidente e Secretário, respectivamente os Srs. Raimundo Lessa de Moura Júnior e Eron Warner Sá de Moura
Foram tomadas por unanimidade, as seguintes deliberações;
I – Aprovadas sem ressalvas pelos não impedidos, as contas apresentadas pelos Srs. Diretores, relativamente ao exercício de 2016;
II – Aprovadas pelos não impedidos, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2016 e publicadas nos jornais "Hoje em dia", em 01/02/2018, no caderno "Editais" e no "Minas Gerais", em 01/02/2018, Caderno 2 "Publicações de terceiros e editais de comarcas", conforme cópias anexas.
III – O prejuízo do exercício no valor de R$ 472.444,39 (Quatrocentos e setenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e reais e trinta e nove centavos), será incorporado à conta de Prejuízos Acumulados, na forma do que prevê o artigo 200 da lei nº 6404/76.
IV– Ratificada a distribuição de Lucros no exercício de 2016, conforme demonstrado abaixo:

RLM – Participações e Empreendimentos S/A	419.710,00
Raimundo Lessa de Moura Júnior	437.002,50
Maria Coeli Moura Steuble Costa	18.287,50
TOTAL	875.000,00

E nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Assembléia Geral Ordinária, sendo a presente ata lida e aprovada por todos os presentes.

Sabará(MG), 05 de Fevereiro de 2018.

Raimundo Lessa de Moura Junior – Diretor, acionista e Presidente da AG
Eron Warner Sá de Moura – Acionista e Secretário da AGO.

Acionista:
RLM Brasilia Participações S/A
Representada por Raimundo Lessa de Moura Júnior

EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS
ATAS Nº 003 E 004/18 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/18 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/18

Aos 27 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, na sede da **SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA**, CNPJ/MF nº 17.819.061/0001-88 sediada à Rua 33 nº 474, Setor Sul, Ituiutaba-MG – Minas Gerais, representada neste ato por seu Diretor Sr. Rubens Erifatam Vaz e, de outro lado, as empresas abaixo relacionadas, representadas na forma de seus estatutos sociais, acordam proceder, nos termos das Leis 8.666/93 e 10.520/02 e do Decreto Municipal nº 5.908/06, bem como do edital de Pregão constante dos autos do processo em epígrafe, ao REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de Ácido Fluossilícico, observada a ordem de classificação:

Razão Social: Bauminas Química S/A			
Endereço: Rod. MG 030, Km 29 – S/N H. Bicalho - Vila Nova Suíça – Nova Lima –MG Cep: 34.000-000			
CNPJ: 19.525.278/0003-72			
Representante Legal: Sra. Taisa Marsola Spaduzano			
CPF: 303.953.118-29			
Item	**Classificação**	**Quantidade (Kg)**	**Valor Total**
01-A	**1º**	**45.000**	**R$ 45.000,00**
Razão Social: Belgiquímica Produtos Químicos Ltda EPP			
Endereço: Rua Bélgica, 2245 – Vila Elisa – Ribeirão Preto/SP – Cep: 14.075-480			
CNPJ: 09.130.198/0001-00			
Representante Legal: Sr. Carlos José Cardoso			
CPF: 071.869.928-97			
Item	**Classificação**	**Quantidade (Kg)**	**Valor Total**
01-B	**1º**	**15.000**	**R$ 18.000,00**

Fica declarado que os preços constantes das presentes Atas, portanto, registrados, terão **validade por 12 (doze) meses**, contados do início de sua vigência em **01/03/2018.**
Nada mais havendo a ser declarado, foi dada por encerrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, vai assinada pelas partes. Ituiutaba, 28 de fevereiro de 2018.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Sindicato dos Trabalhadores em Entidades Culturais e Recreativas no Estado de Minas Gerais – SINDEC-MG, entidade sindical de primeiro grau, inscrita no CNPJ, 00786960/0001-29 neste ato representado por seus coordenadores Otacília Francisco de Oliveira e Deuseli Gomes Teodoro no uso de suas atribuições estatutárias e conforme autorização prévia e expressa dos membros da categoria, conferida em AGE realizada no dia 23/02/2018 em segunda convocação conforme Estatuto da Entidade Sindical vem, por meio do presente edital e em cumprimento ao art. 605, da CLT, dar publicidade e **NOTIFICAR** os empregadores da categoria profissional representada da obrigação da empresa em proceder ao desconto da Contribuição Sindical prevista pelo art. 578, nos termos e prazos previstos no art. 580 e art. 582, todos da CLT, a incidir sobre os salários concernentes ao mês de Março de 2018, com observância, ainda, aos demais artigos do Título V, capítulo III da CLT. Os valores deverão ser recolhidos à Caixa Econômica Federal até o dia 30 de Abril de 2018, impreterivelmente, através da guia de recolhimento de contribuição sindical urbana – GRCSU, com a posterior remessa ao sindicato laboral, situado na Rua são Paulo, nº 893, 11º andar, sala 1101 a 1103, Belo Horizonte, MG, dos seguintes documentos: 1) cópia do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e relação nominal dos empregados contribuintes, indicando a função e o salário recebido no mês do desconto, com o respectivo valor recolhido; 2) GRCSU – Guia de recolhimento de contribuição sindical urbana, devidamente quitada. O não recolhimento sujeitará o responsável às penalidades previstas pelo art. 600, da CLT, e Cláusulas de CCTS. Para devido recolhimento o sindicato estará encaminhando às guias próprias de recolhimento. Caso a entidade empregadora não receba a respectiva guia, deverá entrar em contato com sindicato através do seu e-mail, secretariasindecmg@sindecmg.com.br, ou pelo telefone (031) 3213-5184 ou através do site da Caixa Econômica Federal.
Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2018. Otacília Francisco de Oliveira e Deuseli Gomes Teodoro - Coordenadores do SINDEC-MG.

CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS - CONVALES
AVISO DE LICITAÇÃO - Processo 006/2018 - Pregão Presencial 004/2018
Objeto: Contratação de empresa para seguro de veículos. Data de Abertura e julgamento: dia 14/03/2018 às 09:00 horas. Edital e informações: Av. José Fernandes Valadares, 375, Primavera I - Arinos - MG, ou pelo Telefax 38.3635-1185.
Arinos-MG, 28 de fevereiro de 2018
Luan Vinicius Rodrigues de Lima - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPARAÓ/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - Processo nº 019/2018, Pregão Presencial nº 010/2018, Registro de Preços nº 006/2018, com abertura para o dia 19 de março de 2018 às 09:00, objeto: Registro de Preço para aquisição de peças para as máquinas motoniveladora e retroescavadeira pertencentes a frota desta Municipalidade. O edital completo encontra-se à disposição na sede da Prefeitura à Av. Américo V de Carvalho, 120, Centro, Caparaó – MG, CEP 36834-000 ou através do site: www.caparao.mg.gov.br. **Cristiano Xavier da Costa - Prefeito Municipal.** 02 de janeiro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSENÓPOLIS-MG
A PREFEITURA DE JOSENÓPOLIS-MG, com sede à Rua Santos Pestana, 20 – Centro - 39.575-000, torna-se público a quem interessar que estará realizando no dia 14/03/2018 às 09h00min, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº. 11/2018**, objetivando o registro de preços para a aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos e maquinas do Município de Josenopolis-MG. Informações complementares no endereço acima mencionado através do e-mail: licitacao.josenopolismg@gmail.com. **Jose Guilherme Teixeira – Segundo Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2018 - O Município de Nova Porteirinha – MG, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação no dia 02 de abril de 2018, às 12:00 hs, na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Av. Tancredo Neves de Almeida, 260 – Centro, sob a modalidade Concorrência Pública nº. 01/2018, Tipo: Maior Oferta, objetivando a concessão de imóvel para exploração comercial de restaurante/churrascaria, através de outorga de concessão de uso a título oneroso, imóvel situado no galpão na Colonização II, conforme detalhamento constante no edital. O edital poderá ser solicitado pelo e-mail: licitacao@novaporteirinha.mg.gov.br.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA

REPUBLICAÇÃO DE AVISO
CREDENCIAMENTO Nº 041/2018
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, através da **DIRETORIA DE COMPRAS** - O Município de Uberlândia, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, consoante Decreto Municipal nº 16.926 de 05 de janeiro de 2017 e alteração posterior, torna público para conhecimento dos interessados, que foi realizada correção/alteração do prazo de recebimento da documentação previsto no Edital de Credenciamento nº 041/2018, assim como se segue, pelo prazo desta publicação até 28/12/2018. O Edital e sua retificação encontra-se a disposição na Diretoria de Compras, na Av. Ubiratan Honório de Castro, nº 826, bairro Santa Mônica, telefone 0xx 34-3239-2488, das 12 às 17 horas. A entrega dos envelopes com documentação inerente à habilitação, deverá ser feita à Comissão Permanente de Licitação e Especial da Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Uberlândia, situada nesta cidade na Avenida Ubiratan Honório Castro, nº 826: de: 27/02/2018 a 28/12/2018. Horário: das 12:00 às 17:00 horas. A quem possa interessar, comunica-se que o detalhamento das alterações encontram-se no sítio da Prefeitura Municipal de Uberlândia no link Licitações, que será republicado com as devidas alterações, nos termos do §4º do art. 21 da Lei Federal nº 8.666/1993. Uberlândia-MG, 27 de fevereiro de 2018. **GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO -** Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 030/2018 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da **DIRETORIA DE COMPRAS** - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para fornecimento de medicamentos (amoxicilina, metoclopramida, enalapril, bicarbonato de sódio, metronizadol creme, norepinefrina e outros), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 20/03/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - www.licitacoes.caixa.gov.br. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 21/03/2018 e o início dos Lances na Internet será das 09:00 até às 10:00 horas do dia 22/03/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 27 de fevereiro de 2018. **GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO -** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0709/2017 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da DIRETORIA DE COMPRAS - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para fornecimento de medicamentos (amitriptilina 25 mg, captopril 25 mg outros), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 16/03/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - www.licitacoes.caixa.gov.br. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 19/03/2018 e o início dos Lances na Internet será das 09:00 até às 10:00 horas do dia 20/03/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 27 de fevereiro de 2018. **GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0739/2017 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da **DIRETORIA DE COMPRAS** - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para fornecimento de medicamentos (carbamazepina, cloreto de potássio, acido acetilsalicilico e outros), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 16/03/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - www.licitacoes.caixa.gov.br. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 19/03/2018 e o início dos Lances na Internet será das 13:00 até às 14:00 horas do dia 20/03/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 27 de fevereiro de 2018. **GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO -** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0740/2017 CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio da **DIRETORIA DE COMPRAS** - Realizará licitação supramencionada - Objeto: Registro de Preços para futura ou eventual contratação de empresa para fornecimento de medicamentos (carbamazepina, amoxilina, albendazol e outros), em atendimento à Secretaria acima citada. O Credenciamento para este Pregão deverá ser efetuado até às 23:59 horas do dia 16/03/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no site da Caixa Econômica Federal - www.licitacoes.caixa.gov.br. A sessão pública na Internet para recebimento das Propostas estará aberta até as 09:00 horas do dia 19/03/2018 e o início dos Lances na Internet será das 14:00 até às 15:00 horas do dia 20/03/2018, no mesmo endereço WEB. Uberlândia, 27 de fevereiro de 2018. **GLADSTONE RODRIGUES DA CUNHA FILHO -** SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 046/2018
Pregão Presencial nº 016/2018
Objeto: contratação de empresa destinada a locação de impressoras multifuncionais para manutenção das diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 19/03/2018. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas.
28/02/2018
Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 047/2018
Pregão Presencial nº 017/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada em análises clínicas para realização de exames clínicos laboratoriais neste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 20/03/2018. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas.
28/02/2018
Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
Secretaria Municipal de Saúde. AVISO DE LICITAÇÃO. **Pregão Presencial SRP SAÚDE nº 04/2018. Processo de Compra nº 373/2017** - tipo menor preço por item. Objeto: Pregão para aquisição de consumo para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI'S). Local da realização da sessão pública do pregão: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Av. Olegário Maciel nº 166 – Centro, no dia 14 de MARÇO de 2018 às 09:00 horas. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - Situada na Avenida Olegário Maciel, 166 – Centro e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br Paracatu, 28 de Fevereiro de 2018. DIEGO PORFÍRIO DE ARAÚJO – **Pregoeiro.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG
Torna público e para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, sob a modalidade **Pregão Presencial N.º 13/2018** – Aquisição de gêneros alimenticios atendendo as necessidades da Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG. As propostas deverão ser entregues até às 09:00 horas do dia 14/03/2018. A abertura dos envelopes será realizada, a partir das 09:00 horas, no mesmo dia e local no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal – R. Henriqueta Rubin, nº 27 – Centro - SGRA, onde poderá ser obtido o Edital completo.
São G. do R. Abaixo, 28 de fevereiro de 2018.
Antônio Carlos Noronha Bicalho - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERDELÂNDIA/MG
RETIFICAÇÃO
Proc. Licitatório nº 010/2018, Pregão Presencial nº 006/2018, onde se lê: **Objeto:** Contratação de empresa especializada em coleta, transporte, tratamento por termo destruição dos resíduos de serviço de saúde classes A, B e C gerados pelas Unidades Básicas de Saúde do município de Verdelândia – MG, Leia-se: **Objeto:** Contratação de empresa especializada em coleta, transporte, tratamento por termo destruição dos resíduos de serviço de saúde classes A, B e E gerados pelas Unidades Básicas de Saúde do município de Verdelândia – MG. Pregoeira Aline Pereira da Silva. Tel. (38) 3625-8113. Email: licitacaoverdelandia@hotmail.com.

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA PONTE/MG
EXTRATO DE TERMO ADITIVO.
O Município de São João da Ponte – MG, torna público o 4º Termo Aditivo – ao Contrato nº 096/2015 – Processo Licitatório nº 073/2015- Tomada de Preços nº 011/2015. Objeto: Contratação de empresa especializada do ramo de engenharia civil para a construção de 01(uma) prédio escolar Padrão FNDE na Comunidade de Boa Vistinha, em conformidade com o detalhado no termo de referência Termo de Convênio nº 700335/2011 do Ministério da Educação. Empresa: CONSTRUTORA CAMVEL LTDA – ME. Fica aditivado o Valor de R$ 22.447,02 (Vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e sete e dois centavos) e prazo prorrogada a vigência contratual até 17 de abril de 2018, permanecendo as demais cláusulas já existentes inalteradas.
São João da Ponte - 16 de Fevereiro de 2018.
Rafaela Rosana Pereira
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG
Aviso de Licitação
Processo nº 048/2018
Pregão Presencial nº 018/2018
Objeto: Aquisição de materiais esportivos destinados a manutenção das diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes até as 08:00:00 horas do dia 21/03/2018. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas.
28/02/2018
Marcus Vinicius de Almeida Ramos
Prefeito Municipal.

CONSÓRCIO DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO NOROESTE DE MINAS - CONVALES
AVISO DE LICITAÇÃO - Processo 007/2018 - Pregão Presencial 005/2018
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de recolhimento de lixo hospitalar. Data de Abertura e julgamento: dia 15/03/2018 às 09:00 horas. Edital e informações: Av. José Fernandes Valadares, 375, Primavera I - Arinos - MG, ou pelo Telefax 38.3635-1185.
Arinos-MG, 28 de fevereiro de 2018
Luan Vinicius Rodrigues de Lima - Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITACAMBIRA/MG
AVISO DE RETIFICAÇÃO
OBJETO - Eventual e futura aquisição de pneus novos, câmaras, capas e protetores, bem como serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem, para atender diversas Secretarias Municipais. "Onde se lê **Processo licitatório nº 017/2018,** leia-se **Processo licitatório nº 018/2018**. Maiores informações na sede da Prefeitura, pelo e-mail. compraslicitac@hotmail.com, ou pelo Telefone: XX38 3254 1173 no horário de 7:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas, Itacambira 28 de fevereiro de 2018.
Ass. Geraldo Carlos Soares de Oliveira – Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO
Torna Público o aviso de licitação, referente ao PROCESSO Nº 014/2018-PREGÃO Nº 012/2018-Objetivando a aquisição parcelada de medicamentos e outros correlatos, para atender a secretaria de saúde desta municipalidade-credenciamento: 13/03/2018 às 08:30h, abertura 13/03/2018 às 08:45h. interessados manter contato (38) 38318104 ou diretamente na sede do município, na Rua São Pedro, 518, Centro, Pai Pedro-MG-28/02/2018-Elieser Tássio do Prado Santos-Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAI PEDRO
Torna Público o aviso de licitação, referente ao PROCESSO Nº 015/2018-PREGÃO Nº 013/2018-Objetivando a contratação especializada para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento por termo de destruição e destinação final de resíduos de serviços de saúde, das unidades de saúde desta municipalidade-credenciamento: 14/03/2018 às 08:30h, abertura 14/03/2018 às 08:45h. interessados manter contato (38) 38318104 ou diretamente na sede do município, na Rua São Pedro, 518, Centro, Pai Pedro-MG-28/02/2018-Elieser Tássio do Prado Santos-Pregoeiro.

CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA DE BELO HORIZONTE
MINISTÉRIO DA **DEFESA**
BRASIL GOVERNO FEDERAL

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão SRP NR 14/2017 - CPOR/CM-BH
A União, por intermédio do EXÉRCITO BRASILEIRO, neste ato representado pelo CENTRO DE PREPARAÇÃO DE OFICIAIS DA RESERVA E COLÉGIO MILITAR DE BELO HORIZONTE (CPOR/CM-BH), através de seu Ordenador de Despesas, Coronel MARCO JOSÉ DOS SANTOS, torna público que será realizada no dia **13 de março de 2018, às 09:00 h** (horário de Brasília) a licitação na modalidade Pregão SRP, **do tipo menor preço,** para a eventual contratação de empresa para aquisição de gêneros alimentícios para o CPOR/CMBH e Órgãos Participantes. O endereço eletrônico onde os licitantes retirarão o edital é: ***www.comprasnet.gov.br.***
NUP: 64213.000510/2018-00

COMARCA DE MONTES CLAROS - ESTADO DE MINAS GERAIS. EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. PRIMEIRA VARA CÍVEL. A Exmª. Sra. Dra. Cibele Maria Lopes Macedo, MMª. Juíza de Direito da Primeira Vara Cível desta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juizo e Secretaria da 1ª Vara Cível da Comarca de Montes Claros/MG, processam os termos e atos da AÇÃO DE EXECUÇÃO requerida por COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO NORTE DE MINAS LTDA # SICOOB CREDINOR contra LUIZ KLEYZER DA MOTA PEREIRA, Processo número 5005765-30.2016.8.13.0433, e por meio deste CITA o executado LUIZ KLEYZER DA MOTA PEREIRA, brasileiro, casado, trabalhador de fabricação de sorvete, inscrito no CPF sob o nº 843.710.306-10, com endereço em lugar incerto e não sabido, para, no prazo de três (03) dias, pagar em juízo a importância de R$7.608,04 (sete mil, seiscentos e oito reais e quatro centavos), mais os acréscimos legais, sob pena de não o fazendo serem penhorados tantos de seus bens quantos bastem para assegurar a execução. Fica consignado que em caso de silêncio da parte executada, será nomeado Curador para representá-la nos autos. E, para que não se alegue ignorância, a MMª. Juiza mandou expedir o presente edital, na forma da lei, que será publicado pelos órgãos competentes e afixado no local de costume. Expedido nesta cidade de Montes Claros, aos quinze dias do mês de fevereiro de 2.018. Eu, (Deusdedit Luiz Guedes Barbosa), Esc. Judicial da Secretaria da 1ª Vara Cível, o subscrevo. Belª. (Cibele Maria Lopes Macedo) # Juiza de Direito da Primeira Vara Cível. Adv. Dr. Pedro Henrique Barbosa - OAB/MG 157.061.

EDITAL DE PROCLAMAS: REGISTRO CIVIL E NOTAS DO DISTRITO DO BARREIRO
RUA JOSÉ BRANDÃO, 86, BARREIRO DE BAIXO, CEP 30.640-020 - BELO HORIZONTE/MG - (31)2535-7238
Faz saber que pretendem casar-se:

ELSON FILIPE DA COSTA GALDINO, solteiro, vigilante, nascido em 09/03/1991 em Guanhaes, MG, residente a Rua Antonio Eustaquio Piazza, 2873, Tirol Barreiro , Belo Horizonte, filho de ASSIS ANTONIO GALDINO e ELZA DA COSTA GALDINO Com LIVIA MICHELLE NUNES BOTELHO, solteira, pedagoga, nascida em 28/01/1982 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Antonio Eustaquio Piazza, 2873, Tirol Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOAO DAVI BOTELHO FILHO e HELOIZA MARILAQUE NUNES BOTELHO.//

JUNIO CORREIA DA SILVA, solteiro, patrulheiro, nascido em 22/06/1991 em Sete Lagoas, MG, residente a Rua Geraldo Rosa Filho, 453, Mangueiras Barreiro , Belo Horizonte, filho de NELSON CORREIA DA SILVA e NEUSA DE SOUSA MARTINS SILVA Com CAMILA GOMES DE OLIVEIRA, solteira, atendente de loja, nascida em 03/11/1990 em Sete Lagoas, MG, residente a Rua Geraldo Rosa Filho, 453, Mangueiras Barreiro , Belo Horizonte, filha de AGNALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA e GILMARA ALVES GOMES.//

ERLI CARLOS DA SILVA, viuvo, aposentado, nascido em 08/05/1955 em Matipo, MG, residente a Rua A, 35 /301, Itaipu Barreiro , Belo Horizonte, filho de JOSE BARROSO DA SILVA e MARIA NOLASCA DA COSTA Com MARIA DAS DORES DOS SANTOS, viuva, aposentada, nascida em 16/07/1957 em Ponte Nova, MG, residente a Rua A, 35 /301, Itaipu Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOSE VITOR EMILIANO e EFIGENIA CAMILA.//

FELIPE CICERO SILVA PEREIRA, solteiro, auxiliar administrativo, nascido em 24/01/1990 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Calumbi, 275, Milionarios Barreiro , Belo Horizonte, filho de FRANCISLEY CICERO PEREIRA e EDNA SILVA RODRIGUES Com GLESIANE DA SILVA REIS, solteira, auxiliar de producao, nascida em 16/04/1995 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Calumbi, 275, Milionarios Barreiro , Belo Horizonte, filha de ANTONIO OSMAR DOS REIS e LEONICE DA SILVA LIMA REIS.//

CHARLES CHRISTIAN OLIVEIRA, solteiro, gerente administrativo, nascido em 12/01/1984 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Ana Hilbert, Bloco 02, 60 Apt.203, Santa Helena Barreiro , Belo Horizonte, filho de MILTON SOARES DE OLIVEIRA FILHO e ANA MARIA XAVIER DE OLIVEIRA Com RENATA PEREIRA VESPASIANO, solteira, bacharel em direito, nascida em 23/09/1986 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Ana Hilbert, Bloco 02, 60 Apt.203, Santa Helena Barreiro , Belo Horizonte, filha de WILSON VESPASIANO e MARILENE PEREIRA SANTOS VESPASIANO.//

MOISES GONCALVES PASCOAL, solteiro, advogado, nascido em 28/03/1993 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Ivaldir Alves Pedrosa, 89, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filho de ELIO PASCOAL e ROSILENE GONCALVES PASCOAL Com ADAGLY LORRANE SILVA LIMA, solteira, vendedora, nascida em 25/11/1997 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Ivaldir Alves Pedrosa, 89, Lindeia Barreiro , Belo Horizonte, filha de TONY EDSON DE LIMA e CLAUDIA PAULA DA SILVA.//

HENRIQUE PATRICK DE OLIVEIRA, solteiro, pintor, nascido em 20/05/1996 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua W Quatro, 105 / 201, Urucuia Barreiro , Belo Horizonte, filho de ARI MODESTO DE OLIVEIRA e JOANA APARECIDA DE OLIVEIRA Com AMANDA ESTEFANE DOS SANTOS CARDOSO, solteira, auxiliar de cabeleireiro, nascida em 15/06/1997 em Entre Rios, MG, residente a Rua W Quatro, 105 / 201, Urucuia Barreiro , Belo Horizonte, filha de RODRIGO DOS SANTOS CARDOSO e AGDA DAIANA DOS SANTOS PENA.//

MARCUS VINICIUS DOS PRAZERES, divorciado, eletricista, nascido em 10/11/1977 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Joao Vicente De Moura, 85 /303, Santa Cruz Barreiro , Belo Horizonte, filho de FRANCISCO TITO MIGUEL DOS PRAZERES e LENIRA BATISTA DOS PRAZERES Com LUCIENE DA SILVA HORA, divorciada, autonomo, nascida em 26/08/1977 em Belo Horizonte, MG, residente a Rua Joao Vicente De Moura, 85 /303, Santa Cruz Barreiro , Belo Horizonte, filha de JOAO HORA e LEOBINA GOMES DA SILVA HORA.//

Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 do Código Civil Brasileiro.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da lei.
Belo Horizonte, 28/02/2018.
Leticia Franco Maculan Assumpcao
Oficial do Registro Civil